



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA**

FRANCISCA EUDÉSIA NOBRE BEZERRA

**AS VOZES DA “MALDIZENÇA”
MEMÓRIA E IMAGINÁRIO SOBRE A MORTE E O MORRER NO SERTÃO
CENTRAL DO CEARÁ**

**FORTALEZA-CEARÁ
2015**

FRANCISCA EUDÉSIA NOBRE BEZERRA

AS VOZES DA “MALDIZENÇA”
MEMÓRIA E IMAGINÁRIO SOBRE A MORTE E O MORRER NO SERTÃO
CENTRAL DO CEARÁ

Dissertação submetida ao Programa de
Mestrado em História do Centro de
Humanidades da Universidade Estadual
do Ceará, como requisito para obtenção
do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Gisafran Nazareno
Mota Jucá

FORTALEZA-CEARÁ
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Bezerra, Francisca Eudésia Nobre.

As vozes da "Maldizença" - Memórias e Imaginário sobre a morte e o morrer no Sertão Central do Ceará; [recurso eletrônico] / Francisca Eudésia Nobre Bezerra. 2015.

1 CD-ROM: il.; 4 ½ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 129 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Mestrado Acadêmico em História e Culturas, Fortaleza, 2015.

Área de concentração: História e Culturas.
Orientação: Prof. Ph.D. Gisafran Nazareno Mota

Jucá.

1. Morte. 2. Memória. 3. Imaginário. I. Título.

FRANCISCA EUDÉSIA NOBRE BEZERRA

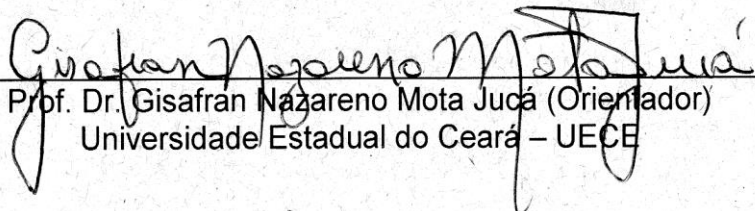
“AS VOZES DA “MALDIZENÇA” – MEMÓRIA E IMAGINÁRIO SOBRE A MORTE E O MORRER NO SERTÃO CENTRAL DO CEARÁ”

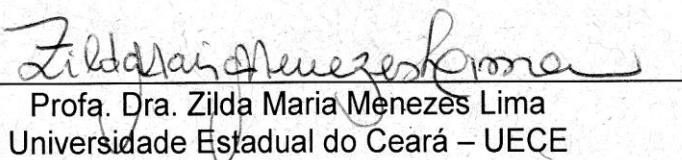
Dissertação submetida ao Programa de Mestrado Acadêmico em História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em História.

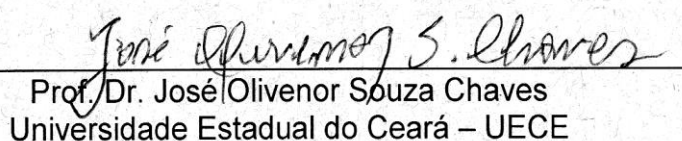
Área de Concentração: História e Culturas

Aprovada em: 16/04/2015.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Juca (Orientador)
Universidade Estadual do Ceará – UECE


Profa. Dra. Zilda Maria Menezes Lima
Universidade Estadual do Ceará – UECE


Prof. Dr. José Olivenor Souza Chaves
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Aos meus pais, Antônio Firmino Bezerra
e Raimunda Nobre Bezerra, pela
“simplicidade” que enxergam a vida e
compreendem o mundo.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o resultado da colaboração de muitas pessoas, sem as quais não teria sido possível sua realização. As palavras de agradecimento que registro neste momento, reflete minha estima e respeito por cada pessoa que colaborou, direta ou indiretamente, com as minhas reflexões.

Agradeço a Deus, esta força interior que me move na esperança e luta por um mundo melhor através do conhecimento.

Ao meu orientador Professor Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá, que me indicou caminhos entre as várias possibilidades da pesquisa. Registro minha profunda admiração e respeito pela pessoa e profissional que és.

À minha família, minha base de sustentação, na pessoa da minha querida irmã Eudênia Nobre, meus adorados sobrinhos, Micaele, Felipe e Ravi. Em especial aos meus pais, Antônio Firmino Bezerra e Raimunda Nobre Bezerra, pelo amor, pela formação que me proporcionaram ao me preparem para a vida, e, sobretudo pela atenção nas noites insones durante a construção deste trabalho, mesmo que para eles lhes seja alheio pelo desconhecimento da escrita, mas são gigantes diante do reconhecimento da importância do conhecimento.

Aos narradores e narradores desta pesquisa, sem os mesmos (as) não teria sido possível a concretização deste trabalho, Sra. Ana Maria, Sr. Eduardo Queiroz, Sra. Elvira Bezerra, Sra. Francisca Carlos, Sr. Josino Luiz, Sr. Mauro Freitas (In memoriam), Sra. Maria Nogueira, Sra. Maria de Fátima, Sra. Maria Faustino, Sr. Sinval Bezerra, Pastor Manoel. A estes (as) toda minha estima e gratidão pela atenção e confiança. Obrigada pela hospitalidade, e por me confiarem suas memórias.

Aos professores e professoras do MAHIS, em especial aos da linha de pesquisa Memória, Oralidade e Cultura Escrita, que contribuíram durante esse período, instigando minhas reflexões.

Aos membros da banca de qualificação, Profa.Dra. Zilda Maria Menezes de Lima e Prof. Dr. Gerson Júnior. Suas colaborações foram valiosas para este trabalho.

Ao Prof. Dr. José Olivenor Souza Chaves, que ao lado da Profa. Zilda Maria Menezes de Lima compôs a banca de defesa.

Aos meus queridos colegas do mestrado, Cícero Garcia, CintyaChaves, Frederico Pontes, Rochester Lima, Rok Sônia Nayara, Eliene Magalhães, Gabriela Ferreira,

Thiago Porto e Cecília Alencar. Agradeço pelas colaborações que me inquietaram, ajudando na construção deste trabalho. No mesmo sentido sou grata pela amizade e momentos de alegria e descontração.

Aos professores da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC, onde iniciei a aventura de “viajar” pela história. Em especial a Profa. Dra. Noélia Alves de Sousa, que aceitou o desafio de me orientar no curso de Especialização.

Ao Prof. Dr. Carlos Jacinto Barbosa, por ter me apresentado as várias possibilidades da pesquisa através da história oral, percorrendo os meandros da memória.

Ao meu grande amigo Elielder Lima, pela companhia nas idas e vindas ao meu espaço de pesquisa. Serei sempre grata a sua amizade e disponibilidade em me ajudar.

A minha grande amiga Liliane Viana, que me auxiliou nas horas que mais precisei. Sua amizade é preciosa.

Ao grupo de estudo e pesquisa, Oralidade, Cultura e Sociedade, coordenado pelos Professores, Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá e Dra. Zilda Maria Menezes Lima, vinculado ao Mestrado Acadêmico em História. Pelos momentos de reflexão e aprendizado.

A CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo incentivo financeiro a pesquisa.

Aos funcionários do MAHIS, Neto, Dona Rosilda e Dona Sílvia, sempre presentes para ajudar no que for preciso.

E a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, em especial, Wandsson, pelo carinho da ajuda, a Kilvânia, Marcos e Nielda que me apresentaram o objeto deste trabalho e me indicaram caminhos.

“Depois de muito refletir sobre o assunto, parece-me que um historiador deve também e necessariamente ser poeta, pois só os poetas podem entender esta arte que consiste em ligar os fatos com habilidade.”

(Novalis)

RESUMO

Esta pesquisa trata da memória e do imaginário sobre a morte e o morrer na comunidade de Oiticica, Ibareta, Sertão Central do Ceará, na segunda metade do século XX. A “Maldizença”, era compreendida como uma crença que consistia em vozes, choros e lamentos das almas, que no imaginário representava um mau presságio para a comunidade, por prenunciar a presença da morte, em geral violenta, portanto ligada a momentos de tensão social. O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a experiência dessa comunidade com as questões relacionadas ao imaginário acerca da morte e do morrer. Para refletir sobre o assunto foi utilizado, primordialmente, a memória enquanto fonte, e a metodologia da história oral, considerando que pela especificidade do objeto, somente através da oralidade seria possível uma análise da subjetividade que o envolve para tentar compor o conhecimento.

Palavras-chave: Morte; memória; imaginário

ABSTRACT

This research deals with memory and imagination about death and dying in Oiticica community, Ibaretama, Central Hinterland of Ceará, in the second half of the XX century. The "Maldizença" was understood as a belief, which consisted of voices, cries and lamentations of souls, which in the imagination represented a bad omen for community, Herald the presence of death in violent general, therefore linked to moments of social tension. This study aims to reflect on the experience of the community with the issues related to the imagery of death and dying. To reflect on the subject was used primarily as a source memory, and the methodology of oral history, whereas the specificity of the object, only through orality could be a subjective analysis that involves trying to make knowledge.

Keywords: Death; memory; imaginary

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Juízo Final.....	28
Figura 2 – Juízo Final.....	29
Figura 3 – Purgatório.....	31
Figura 4 – Dante e seus poemas.....	32
Figura 5 – ArtsMoriendi– O homem em seu leito de morte.....	34
Figura 6 – Danças Macabras.....	36
Figura 7 – Antropofagia no Brasil.....	37
Figura 8 – Rainha Vitória e sua filha, princesa Beatriz.....	39
Figura 9 – Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.....	47

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	IMAGINÁRIO E O REAL: CAMINHOS QUE SE CRUZAM NO DISCURSO DA MEMÓRIA	18
2.1	MEMÓRIA E IMAGINÁRIO: DEFININDO CONCEITOS E METODOLOGIA.....	18
2.2	NOS RASTROS DO IMAGINÁRIO: CONCEPÇÕES E ATITUDES DIANTE DA MORTE E DO ALÉM AO LONGO DA HISTÓRIA	23
2.3	SERTÃO: CENÁRIO DA “MALDIZENÇA”	40
2.3.1	Religiosidade na Terra da Santa	46
2.3.2	A violência que rondava o Sertão	54
3	A INVENÇÃO DA “MALDIZENÇA” COMO UMA ANUNCIAÇÃO DA MORTE.....	58
3.1	A MORTE DE CARLOS VIEIRA E OS PRESSÁGIOS DA “MALDIZENÇA” ..	58
3.2	E DEPOIS DISSO “EMENDOU”: OUTRAS MORTES SÃO ANUNCIADAS..	68
3.3	A FUNÇÃO DAS “IMAGENS AUDITIVAS” NA FORMAÇÃO DE UM IMAGINÁRIO SOBRE A “MALDIZENÇA”	73
3.3.1	As vozes que ecoam no sopro do vento	77
3.3.2	A noite como tempo dos fantasmas.....	80
3.4	A PRESENÇA DO ALÉM NA GEOGRAFIA DA “MALDIZENÇA”	85
3.4.1	A Igreja as Santa e a aparição dos fantasmas	87
3.4.2	A Rua da Bolandeira e os transeuntes noturnos	89
3.4.3	Cemitério: a morada terrena dos mortos	92
4	A MUDANÇA DOS TEMPOS E O “SILÊNCIO” DA “MALDIZENÇA”	96
4.1	A IGREJA EVANGÉLICA EM OITICICA.....	96
4.2	OS EVANGÉLICOS E UM OUTRO OLHAR SOBRE A MORTE, O MORRER E A “MAALDIZENÇA”	98
4.3	O TRÂNSITO RELIGIOSO E A FORMAÇÃO DO IMAGINÁRIO	103
4.4	AS TRANSFORMAÇÕES PERCEBIDAS NO TEMPO E AS SENSIBILIDADES NO ATO DE RECORDAR	111
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
	FONTES.....	121
	BIBLIOGRAFIA	123

1 INTRODUÇÃO

A História Cultural abriu um horizonte de possibilidades para a historiografia, novos objetos entraram em cena e se tornaram fundamentais para a construção do conhecimento, no mesmo sentido um novo olhar foi direcionado aos antigos objetos. Os historiadores passaram a perceber a história a partir de outra perspectiva, diferenciada daquela em que os grandes homens e seus feitos eram o que realmente importava para a pesquisa. Nasce uma história preocupada com os anônimos, estudar suas formas de viver, pensar e sentir, se torna importante para a compreensão de uma dada realidade. “Trata-se antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo”.(PESAVENTO, 2008, p. 15)

Essa visão ampla em relação ao objeto, contribuiu para essa abertura nos estudos da Nova História Cultural. Passamos a estudar as mais variadas formas, buscando indícios que possam nos dizer algo sobre a caminhada da humanidade no decorrer do tempo. A noção de cultura se transforma significativamente. Em períodos anteriores limitava-se apenas a produção literária e artística oficialmente reconhecida, e geralmente oriunda da cultura letrada. Hoje a noção é outra, como afirma José D’Assunção Barros:

Para além dos sujeitos e agências que produzem a cultura, estudam-se os meios através dos quais esta se produz e se transmite: as *práticas* e os *processos*. Por fim, ‘a matéria prima’ cultural propriamente dita (os *padrões* que estão por trás dos objetos culturais produzidos): as “visões de mundo”, os sistemas normativos que constroem os indivíduos, os ‘modos de vida’ relacionados aos vários grupos sociais, as concepções relativas a estes vários grupos sociais, as ideias disseminadas através de correntes de movimentos de diversos tipos.(BARROS, 2005, p. 6)

As visões de mundo, os modos de vida, dentre outros, requerem uma ampliação do leque de objetos para que uma dada realidade possa ser compreendida através da representação que os sujeitos envolvidos fazem da mesma.

Essa guinada historiográfica trouxe em seu bojo um aparato de temáticas, teorias, metodologias, fontes, objetos etc., que indicaram novos caminhos ao saber-fazer da história que, nesse sentido, ganha objetos antes à margem da história oficial, a morte, o medo, as crenças, a etiqueta, o amor, o sexo, a lágrima, dentre outros.

Refletir sobre a morte através da “Maldizença” ou “Choro”, como também se tornou conhecida, é enveredar por uma dessas temáticas percebidas a partir desse novo olhar proporcionado por essa guinada historiográfica, que permitiu trilhar novos caminhos na construção do conhecimento histórico.

Nas linhas que seguem apresento esta pesquisa esclarecendo que, apesar da indispensável colaboração nas reflexões e no andamento da escrita por parte do orientador, a quem sou imensamente grata e reafirmo sua importância, e das demais pessoas que contribuíram com reflexões importantes sobre o tema, utilizo o verbo na primeira pessoa para destacar a experiência ímpar vivenciada em campo na construção deste trabalho.

Tendo como espaço de atuação a comunidade de Oiticica, Ibaretama, Sertão Central do Ceará, no período da segunda metade do século XX, a “Maldizença” se configurou como uma crença popular na manifestação da morte que permeou o imaginário da citada comunidade, e que se apresentava como sendo precursora da morte, geralmente em decorrência de algum tipo de violência. É descrita como uma profusão de choros, vozes, gritos e lamentos que ecoavam no ar passando pelo centro da comunidade e se refugiando no cemitério local. Ao ouvirem as pessoas ficavam apreensivas a espera de algum acontecimento que teria como desfecho a morte de alguém. Uma crença percebida apenas pela audição, pois não se configurava em imagens diante da visão.

O objetivo deste trabalho foi refletir sobre a formação do imaginário dessa comunidade sobre a morte, os mistérios que a cerca, e a influência que exerceu sobre as pessoas a ponto de perceberem a “Maldizença” como algo assustador e temível. Essa curiosidade foi despertada no momento de uma conversa informal com alguns amigos que residem em Oiticica. Chamou-me atenção a forma que essas pessoas falavam sobre o assunto, demonstrando medo apenas ao recordar os acontecimentos posteriores as “aparições” do “Choro”. Uma das pessoas chegou a fazer o sinal da cruz ao recordar os fatos. No sertão, o sinal da cruz é a proteção de todo cristão diante do mal. Outra pessoa enfatizou o medo da comunidade quando o “Choro” se manifestava, pois significava algo ruim, mais precisamente violento, que estaria por acontecer e que culminaria na morte de alguém.

Minha curiosidade foi aguçada ao pensar sobre a história de Oiticica, que criou no imaginário uma crença que mesclava medo, violência e morte. O que teria levado essa comunidade a formar um pensamento acerca da morte e das questões que a cerca? Como essa comunidade concebia a morte? Quais acontecimentos violentos e traumáticos aconteceram que influenciaram na construção de um presságio que anunciava momentos de tensão social? Como lidavam com o medo? De que tinham medo?

Atualmente a historiografia tem fornecido elementos significativos para compreensão das atitudes do homem diante da morte. Muitas são as pesquisas científicas que se dedicaram a compreender essa dimensão do pensamento humano que regem o imaginário e as representações sobre a morte, o morrer e o Além no ocidente cristão.

No que se refere à violência, ressalto que Oiticica não se diferenciava das outras partes do Sertão e de outras regiões do Ceará, o diferencial está na percepção da violência enquanto elemento da formação de um imaginário sobre a morte.

Jacques Le Goff indaga, “por que, então, um novo domínio da história, o do imaginário? (1994, p.16). Embora os esclarecimentos acima possam dar conta de uma resposta, se faz necessário enfatizar a importância da escolha deste domínio para compreensão do objeto estudado. O próprio autor responde em poucas palavras, porém esclarecedoras:

Em primeiro lugar, porque cada vez mais os historiadores se apercebem de que tudo na vida dos homens e das sociedades está também na história e necessita de um tratamento histórico [...]. O imaginário alimenta o homem e fá-lo agir. É um fenômeno coletivo, social e histórico. Uma história sem o imaginário é uma história mutilada e descarnada. (LE GOFF, 1994, p. 16)

Estudar o imaginário de uma comunidade ou sociedade é perceber o homem nas suas várias dimensões, sobretudo nas suas estruturas mentais, que muito tem a dizer sobre a forma de pensar, agir e construir a realidade.

Para percorrer o caminho desse imaginário me utilizei primordialmente da memória enquanto fonte e da história oral enquanto metodologia. As metodologias também se ampliaram a partir da exigência dos novos objetos que requerem procedimentos diferenciados de análise. O maior diferencial da História Oral é que o

pesquisador lida com o testemunho vivo, o que de certa forma fascina, e ao mesmo tempo chama pra si uma grande responsabilidade com o fazer histórico e a produção do conhecimento.

É nessa capacidade de apreensão do vivido que consiste o valor da memória, que só foi reconhecida enquanto fonte histórica nos termos que concebemos hoje, a partir dessa guinada historiográfica do final do século XX, sendo que os trabalhos de alguns teóricos da memória foram fundamentais para o status de fonte documental concebido atualmente na história.

Além da memória foi utilizada como fonte, a Bíblia Sagrada¹, uma pesquisa realizada em algumas cidades do Ceará na década de 1960², com o intuito de perceber a infra-estrutura dessas cidades, dentre elas Quixadá³. Algumas imagens iconográficas de obras referentes ao imaginário cristão sobre a morte e o Além e a obra do memorialista João Eudes Costa⁴.

No primeiro capítulo, intitulado “O imaginário e o real: caminhos que se cruzam no discurso da memória”, busquei inicialmente refletir sobre os conceitos de memória e imaginário, que permeiam todo o trabalho, a partir de autores como Regina Zilberman, que concebe a memória enquanto faculdade humana responsável por reter conhecimentos. Beatriz Sarlo, Gisafran Jucá e François Dosse, que destacam a importância da subjetividade da memória enquanto fonte para a história. E principalmente o pensamento de James Fentress e Chris Wickam, com o conceito de memória social, que destaca a importância da memória individual na construção da memória social, eliminando uma pretensa passividade do sujeito em detrimento do coletivo.

Sobre o imaginário, me apoiei no pensamento de François Laplatine e Liana Trindade, Sandra Jathai Pesavento e Michel Manfessoli, que na essência concebem o imaginário como uma construção social, espiritual e mental que regem

¹**Bíblia Sagrada**. Editora Ave Maria Ltda. 85ª Edição. São Paulo. 1992

²**Tendência da Urbanização e Déficit Habitacional na Cidade de Quixadá**. Superintendência do Desenvolvimento econômico e cultural – SUDEC. Divisão de Biblioteca e documentação. Fortaleza, 1968. Disponível na Biblioteca Menezes Pimentel. Setor de obras raras. (Pesquisa realizada em Quixadá na década de 1960)

³ A necessidade de fazer referência a cidade de Quixadá, se deve ao fato de que Ibaretama, município onde está localizado o distrito de Oiticica, pertenceu ao município de Quixadá até a década de 1980.

⁴COSTA, João Eudes Cavalcante. **Retalhos da História de Quixadá**. Rio - São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2002

o real e é regido por ele, é o estado de espírito que caracteriza um povo. Jacques Le Goff o define a partir de três tipos de referências, a primeira se refere à proximidade em relação aos termos vizinhos, representação, simbologia e ideologia; a segunda se refere à presença do imaginário em todo e qualquer documento utilizado pelo historiador; e o terceiro diz respeito às imagens, que são inerentes ao historiador do imaginário.

A partir dos conceitos citados, e de algumas obras iconográficas, percorri alguns caminhos ao longo da história da formação do imaginário sobre a morte e o Além nas suas três dimensões, céu, purgatório e inferno, forjados pela igreja ocidental cristã e influenciaram o pensamento contemporâneo sobre o assunto. Busquei apoio em autores como Philippe Ariès, Edgar Morin, Norbert Elias, Michel Vovelle, Jean-Claude Schmitt, João José Reis, Cláudia Rodrigues, dentre outros, estes autores foram importantes para compreensão da história da morte. Destaco ainda a interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento, sociologia, filosofia, e psicologia, que forneceram informações e reflexões importantes acerca do objeto. No que se refere ao medo me apoiei no pensamento de Jean Delumeau (2009).

Ainda neste capítulo apresento o distrito de Oiticica e as relações políticas e sociais estabelecidas, enfatizando a religiosidade e a violência que permearam o período e que se apresentam como responsáveis pelo surgimento da “Maldizença”. Para falar sobre a violência e seus significados, me reportei ao estudo de Otaviano Vieira Júnior, sobre a história da família no Sertão (1780-1850) (2004), da narrativa de José Jucá “Crimes célebres do Ceará”. Este narra crimes violentos do início do século XX praticados na região, semelhantes aos que ocorreram em Oiticica.

No segundo capítulo denominado, “A invenção da “Maldizença” como uma anunciação da morte, relatei a morte de Carlos Vieira, assassinado brutalmente pela família de sua esposa. Essa morte evidenciou os agouros que posteriormente veio a se configurar como “Maldizença”. Outras mortes aconteceram e desta feita prenunciadas pelo “Choro”. Destaquei a experiências das pessoas ao escutar. Para refletir sobre o assunto busquei subsídios na teoria de Jean Paul Sartre sobre as imagens auditivas, e as consciências imaginante e reflexiva. Outro autor importante neste ponto foi Gastor Bachelard, que me ajudou a refletir sobre elementos importantes citados nas memórias, como o vento a noite etc.

Outro assunto tratado neste capítulo é o da geografia da “Maldizença”, ou seja, o percurso apontado nas memórias como sendo os locais das “aparições”. Nestes locais outras espécies de fantasmas se fizeram perceber. Almas do outro mundo, que por algum motivo, vagueiam entre os vivos. Para refletir sobre essa população de fantasmas que vagueiam nos espaços da “Maldizença”, me apoiei no essencialmente nos trabalhos de Jean-Claude Smith, Jean Delumeau.

Intitulei o capítulo da seguinte forma: “A mudança dos tempos e o “silêncio” da “Maldizença”. Onde faço referência a algumas transformações que contribuíram para um novo olhar sobre essa crença. A chegada da Igreja evangélica direcionou um olhar diferenciado sobre as questões referentes à morte, o morrer e o Além. Por conseguinte o “Choro” foi interpretado com outra ótica diferenciada daquela da religião católica. Em seguida destaco a formação do imaginário de um dos entrevistados, o Sr. Antônio Maria, coveiro do cemitério de Oitica em decorrência do trânsito religioso. No mesmo sentido utilizei as memórias de Dona Maria para perceber as transformações espaciais e sociais ocorridas em Oitica.

2 O IMAGINÁRIO E O REAL: CAMINHOS QUE SE CRUZAM NO DISCURSO DA MEMÓRIA.

Neste primeiro capítulo, busquei definir os conceitos de memória e imaginário que nortearam este trabalho como um todo. Em seguida, busquei perceber, ao longo da história, alguns elementos que possam ter influenciado o imaginário sobre a morte, o morrer e o destino final na comunidade de Oiticica. Por fim apresentarei a comunidade no que se refere ao seu espaço físico e aos seus vários aspectos sociais.

2.1 MEMÓRIA E IMAGINÁRIO: DEFININDO CONCEITOS E METODOLOGIAS.

Pelas especificidades da comunidade e do objeto, optei pela história oral enquanto metodologia, por permitir que se tornem inteligíveis os fenômenos subjetivos, tornando-os tão concretos quanto qualquer outro fato (ALBERTI. 2004)

A história oral permite que as subjetividades, expressas nas memórias, sejam problematizadas, que se reconheça nesses fenômenos subjetivos a capacidade de interferir na realidade, assim como qualquer outro evento. O que norteia a pesquisa em história oral é exatamente a subjetividade do entrevistado, que sempre nos revela algo, lançando luz sobre o objeto e sobre a vida cotidiana das pessoas. Deve-se considerar que “a diversidade da história oral consiste no fato de que afirmativas “erradas” são ainda psicologicamente “corretas”, e que esta verdade pode ser igualmente tão importante quanto registros factuais confiáveis.” (PORTELLI, 1997, P. 32)

O maior diferencial da História Oral é que o pesquisador lida com o testemunho vivo, o que, de certa forma, fascina e ao mesmo tempo chama para si uma grande responsabilidade com o fazer histórico e a produção do conhecimento.

Ao falar, os narradores transmitem o passado de várias formas, não só através da voz, mas dos gestos, dos silêncios, do tom de voz etc. Uma série de sentimentos aflora no ato de narrar – alegria, tristeza, decepção, nostalgia – que, de certa forma, dão sentido à sua narrativa de acordo com a representação que fazem do mundo e da vivência social. A percepção do mundo está intimamente ligada à

forma como apreendemos a realidade, e essa apreensão leva a marca das relações estabelecidas em sociedade. Portanto, o passado é composto por essa rede de significados atribuídos a ele, e resta ao pesquisador perceber como ele se insere nas práticas cotidianas e como influi na maneira de pensar, sentir e agir no presente.

A memória vem sendo estudada nas suas várias dimensões e por várias ciências, como psicologia, filosofia, antropologia, história etc., e todas têm se dedicado a compreendê-la de acordo com cada interesse específico. Na história, a memória enquanto objeto vem sendo analisada no sentido de compreender como os acontecimentos são absorvidos por indivíduos e grupos sociais e como são (re)significados à medida que o tempo se distancia do vivido, justificando os motivos pelos quais a utilização da história oral, enquanto metodologia, tem sido cada vez mais utilizada entre os historiadores.

Por conseguinte, a memória se torna a fonte por excelência desta pesquisa. A respeito disso, tomo de empréstimo a definição de Regina Zilberman;

Memória constitui, por definição, uma faculdade humana, encarregada de reter conhecimentos adquiridos previamente. Seu objeto é um “antes” experimentado pelo indivíduo, que o armazena em algum lugar do cérebro, recorrendo a ele quando necessário. Esse objeto pode ter valor sentimental, intelectual ou profissional, de modo que a memória pode remeter a uma lembrança ou recordação; mas não se limita a isso, porque compete àquela faculdade o acúmulo de um determinado saber, a que se recorre quando necessário. (ZILBERMAN, 2010, p. 28)

Nessa linha de raciocínio a memória se apresenta como guardiã do passado, porém, como bem observou Beatriz Sarlo, este é sempre conflituoso. Para essa autora, memória e história recorrem ao passado sempre em concorrência. Não é sempre que a história acredita na memória, e esta não concebe uma reconstituição que prescindia dos direitos da lembrança e da subjetividade. Penso que cada uma guarda suas particularidades, podendo, em alguns casos, se complementarem, sem a necessidade de ambas caminharem em uma via de mão dupla. Como a própria autora ressaltou, é através da memória que o passado se faz presente. (SARLO, 2007) No mesmo sentido, Gisafran Jucá afirma que a história se alimenta da memória e que esta tem um valor inestimável para a reconstrução do passado, cabendo ao historiador, através de seu senso crítico e da metodologia empregada, apurar os elementos transmitidos pela memória, sem destruir as informações espontâneas presentes nas narrativas. (JUCÁ, 2011, p.42)

Dos antigos aos dias atuais, a memória tem desempenhado um papel importante, considerando as especificidades de cada época, assim como o uso que se fazia e faz da mesma. Por muito tempo confundiu-se memória com história, mas posteriormente a memória foi de certa forma, relegada a segundo plano em virtude da cientificidade da ciência histórica, em que a objetividade e a neutralidade eram fundamentais em busca da “verdade” histórica.

François Dosse afirma que Maurice Halbwachs, no início do século XX, opôs os dois termos na medida em que dissociou a memória da história, afirmando que a memória está completamente do lado do vivido, enquanto a história dá conta do tempo exterior. Para Halbwachs, “a história só começa no ponto em que a tradição termina, no momento em que se apaga ou se decompõe a memória social” (2003, p. 280)

Os estudos recentes apontam para uma aproximação entre memória e história. Conforme Pierre Nora:

A via está aberta a uma outra história; não mais os determinantes, mas seus efeitos; não mais ações memorizadas nem mesmo comemoradas, mas os vestígios dessas ações e o jogo das comemorações; não mais os acontecimentos por si mesmos, mas sua construção no tempo, o apagar e o ressurgir de suas significações; não o passado tal e qual aconteceu mas seus reempregos sucessivos; não a tradição, mas a maneira pela a qual é constituída e transmitida. (NORA. Apud. DOSSE, 2003, p. 286)

Este autor nos abre um leque significativo de possibilidades dentro das novas perspectivas e abordagens em história, tendo em vista que o interesse pela história mais recente e, da mesma forma, a atual recorrência à memória como fonte de pesquisa têm se mostrado de extrema importância para a compreensão do passado recente, o que tem motivado reflexões inovadoras, sobretudo na história.

James Fentess e Chris Wickam relembram que Maurice Halbwachs, teórico da memória coletiva, afirma que a identidade de grupo é que estrutura a memória, visto que todas as lembranças de um indivíduo são estruturadas a partir de sua experiência em grupo. Por outro lado, afirmam que Halbwachs dá excessiva importância à coletividade em detrimento do individual. Entretanto, compartilham com ele a ideia de que os grupos sociais constroem suas visões de mundo, suas imagens, estabelecendo conjuntamente versões do passado a partir das

recordações pessoais; porém, as recordações que compartilhamos com outras pessoas é que são relevantes para elas no contexto de um determinado grupo em que estão inseridas. Esses autores utilizam o termo memória social em detrimento de memória coletiva para contrapor o seu objeto ao da memória individual. Enfatizam que quem recorda são os indivíduos, embora grande parte da memória esteja ligada às experiências compartilhadas a partir da inclusão nos mais variados tipos de grupos sociais.(FENTRESS e WICKAM, 1992)

Neste trabalho me apoiei na ideia de memória social pensada por Fentress e Wickam, na medida em que a memória é percebida no seu contexto social a partir das memórias individuais, formadas pela percepção dos sujeitos sobre os fatos.Estes, embora de ordem social, são interpretados à luz da subjetividade individual da qual cada sujeito é dotado.

Quanto ao imaginário, destaco o pensamento de Laplatine e Trindade, quando afirmam que “o imaginário, de maneira geral, é a faculdade originária de pôr ou dar-se, sob a forma de apresentação de uma coisa, ou fazer aparecer uma imagem e uma relação que não são dadas diretamente na percepção.” (1997, p. 24). Segundo o autor e a autora, como o próprio termo induz, o imaginário estaria ligado diretamente à apresentação de algo através da imagem, mas também através de algo que, por sua natureza, não se põe diretamente à percepção, ou seja, uma apresentação direta ou mental.

Sandra JatahiPesavento, de forma mais esclarecedora, pensa o Imaginário como um sistema de ideias e imagens construídas pelos sujeitos para dar sentido ao mundo, e que essas imagens são fruto do ato de pensar a partir de um incentivo externo aos sentidos.Portanto, na construção imaginária do mundo, o imaginário é capaz de substituir-seao real concreto “como um seu outro lado, talvez ainda mais real, pois é por ele e nele que as pessoas conduzem as suas existências”. (2008, p. 47-48)

No entanto, foi com Michel Manfessoli, herdeiro intelectual de Gilbert Durand, que encontrei uma definição clara e precisa que resume o pensamento dos autores anteriores e acrescenta outros elementos esclarecedores sobre o conceito, lançando luz sobre o objeto desta pesquisa. Ao ser indagado em entrevista sobre o

conceito de Imaginário, após um breve histórico⁵ sobre a visão ao longo do tempo acerca do conceito, responde de forma concisa:

É o estado de espírito que caracteriza um povo. Não se trata de algo simplesmente racional, sociológico ou psicológico, pois carrega também algo de imponderável, um certo mistério da criação ou da transfiguração. [...] o Imaginário permanece uma dimensão ambiental, uma matriz, uma atmosfera, aquilo que Walter Benjamim chama de aura. O Imaginário é uma força social de ordem espiritual, uma construção mental, que se mantém ambígua, perceptível, mas não quantificável. (MANFESSOLI, 2001, p. 2).

Mesmo diante da clareza da definição acima, comungo com o historiador Jacques Le Goff, quando este afirma que, pela própria natureza do imaginário, suas fronteiras de definição ainda se mostram pouco nítidas em relação a conceitos vizinhos. Le Goff tenta fazê-lo mediante três tipos de referências: a primeira diz respeito aos conceitos, e nesse ponto distingue as fronteiras entre imaginário e representação, simbologia e ideologia⁶; a segunda referência remete aos documentos dos quais o historiador se utiliza, afirmando que todo e qualquer documento pode ser analisado em termos de imaginário, guardadas as devidas especificidades, pois o imaginário do escrito não é o mesmo da palavra, do monumento ou da imagem; a terceira e última das referências é o simples fato de no imaginário haver imagens⁷, que, por sinal, são concretas, objetos de uma ciência individualizada: a Iconografia. No entanto, esse autor tem reservas quanto ao estudo do imaginário que se molda a partir do irracional e do psicanalítico (LE GOFF, 2004).

Geralmente, quando se pensa em imagens, de imediato remete-se a alguns termos referentes que, para melhor compreensão, serão divididos em dois grupos: o primeiro, relacionado às imagens iconográficas – fotografias, pinturas, caricaturas, símbolos, desenhos etc. –, que serão abordadas neste primeiro momento; o segundo diz respeito às imagens, que, em suas essências, transmitem a ideia de mobilidade: fantasmas, aparições, ilusões, fantasias etc. Esse

⁵Manfessoli se refere ao longo debate em torno do conceito de imaginário, ressaltando que, por um momento, se pensou o imaginário (referindo-se a alguns países europeus) como o oposto do real, do verdadeiro, tido como ficção.

⁶Para Le Goff, a representação diz respeito a todas as traduções mentais de uma realidade exterior percebida, e está ligada ao processo de abstração. E o imaginário, embora ocupando uma pequena fração da representação, vai além dela, é criador. Em seguida vem a simbologia, na qual o objeto considerado remete a um sistema de valores subjacentes, histórico ou ideal. E, por fim, tem-se a ideologia, que se configura enquanto uma concepção de mundo, que tende a impor uma representação do “real” material ou do imaginário.

⁷O autor afirma que o fato do imaginário estar diretamente ligado a imagens já é suficiente para diferenciar o imaginário da representação e da ideologia, que, muitas vezes, são puramente intelectuais.

segundogrupo será estudado no capítulo posterior, a fim de compreender a formação do imaginário em torno da “Maldizença”.

2.2 NOS RASTROS DO IMAGINÁRIO: CONCEPÇÕES E ATITUDES DIANTE DA MORTE E DO ALÉM AO LONGO DA HISTÓRIA.

Ao longo da história da humanidade, homens e mulheres compartilharam do sentimento de medo diante de alguma ameaça. Cada época, com seus motivos, desencadeou ondas de temor em comunidades, sociedades, civilizações e no indivíduo em particular, pois o homem é, por natureza, um ser que cultiva o medo, e este o acompanhará por toda sua existência. Se olharmos panoramicamente para a história da humanidade, veremos que as guerras, as epidemias, a fome, a violência, dentre outros, provocaram ondas de medos coletivos. Para o historiador Jean Delumeau (2009), quando o medo é coletivo, tem um significado menos rigoroso e mais amplo que o medo individual, pois desencadeia uma série de emoções oriundas do terror. Esse medo é entendido como o hábito que um grupo tem de temer alguma ameaça, real ou imaginária.

O imaginário sobre a morte na cultura brasileira, é formado pelas concepções religiosas oriundas da sua matriz de formação – européia, indígena e africana. Para uma melhor compreensão do objeto desta pesquisa, percorrerei brevemente alguns caminhos na história, a fim de perceber como se formou esse imaginário e seus reflexos na comunidade de Oiticica. É necessário ressaltar que o tema da cultura e religiosidade brasileira a esse respeito é bastante amplo e requer fôlego acadêmico para um aprofundamento, e que esse não é meu objetivo neste momento. O que se propõe é apenas salientar alguns elementos responsáveis pelas concepções e atitudes diante da morte na nossa cultura que são identificados no imaginário sobre a “Maldizença”.

Um dos maiores medos do homem é a morte, que sempre foi temida na história da humanidade, seja por instinto de sobrevivência em alguns momentos, seja pela incapacidade humana de compreensão da mesma. Qual seria, portanto, a origem do medo que atormenta a humanidade desde tempos remotos? O que ameaçaria o homem a ponto de ser conduzido ao extremo do pavor? A resposta a essas indagações nos conduz, sobretudo, à ideia da aniquilação da vida, ou seja, à previsão da morte, pois o homem, ao contrário dos outros animais, tem consciência

de sua finitude e é, portanto, o único no mundo a conhecer o medo no seu mais alto nível. Nesse caso, a morte passa a ser um “problema” para os vivos (ELIAS, 2001). O medo, por sua vez, se faz presente em qualquer tempo ou espaço na história da humanidade e nos mais diferentes setores da existência cotidiana. (DELUMEAU, 2009).

Na obra literária de Érico Veríssimo, *Incidente em Antares*⁸, o leitor pode perceber, através da trama, alguns conceitos, crenças e atitudes característicos do imaginário brasileiro sobre a morte, o morrer e o Além⁹. É nessa linha de raciocínio que destaco um trecho da obra para iniciar as reflexões em questão. Neste trecho, dois personagens dialogam sobre a morte:

– Mas o que é a morte? – Pergunta o professor Libindo Olivares...
 Lucas Faia apressa-se a responder, entre sério e gaiato:
 – A morte é a ausência da vida.
 O promotor público sacode negativamente a cabeça e repele a definição.
 – Pense nos milhões, nos bilhões, nos trilhões de seres humanos que ainda não nasceram e portanto sofrem (se posso usar o verbo) duma “ausência de vida”... nem por isso se pode afirmar, que os ainda não nascidos estão mortos (VERÍSSIMO, 2006: 317)

O diálogo dos personagens remete ao pensamento do filósofo Arthur Schopenhauer (2001). Adepto do ateísmo e conhecido pelo seu pessimismo, afirma que a morte é a musa da filosofia, pois sem ela seria difícil que se tivesse filosofado:

Se o que faz a morte nos parecer tão assustadora, fosse a ideia do não-ser, então deveríamos experimentar o mesmo temor diante do tempo que ainda não éramos. Pois é incontestável que o não-ser do depois da morte não pode ser diferente daquele anterior ao nascimento; ele não merece, portanto, ser mais lamentado. Toda uma infinidade de tempo flui quando ainda não éramos, mas isso não nos aflige de modo algum. Mas ao contrário, o fato de que após o intermédio momentâneo de uma existência efêmera uma segunda infinidade de tempo deva se seguir, na qual não seremos mais, para nós parece uma dura e até mesmo intolerável condição. (SCHOPENHAUER, 2001, p. 27)

⁸A obra “Incidente em Antares” foi o último romance escrito por Érico Veríssimo, em 1971, e aborda a temática do fantástico e do sobrenatural. Está dividida em duas partes, em que o autor mescla acontecimentos reais da história brasileira com a ficção, ambientada na fictícia cidade gaúcha de “Antares”, que é apresentada na primeira parte do texto juntamente com as personagens da trama. Na segunda parte, ápice da obra, ocorre o incidente propriamente dito, no qual sete pessoas morrem e são impedidas de serem sepultadas por conta de uma greve de coveiros na cidade. Diante da situação em que se encontram, os mortos resolvem levantar dos seus caixões para reivindicar um enterro digno de qualquer cristão.

⁹ Não se pode esquecer que nas concepções, práticas e atitudes religiosas no Brasil existe um sincretismo entre a religião católica cristã, a religião africana e a indígena, que formaram a matriz religiosa brasileira. No entanto, na obra de Érico Veríssimo, *Incidente em Antares*, o autor salientou o pensamento cristão.

Para o filósofo, esse medo do não *ser* não faz sentido, pois ocorre a morte da consciência, assim como esta não existia antes do nascer da vida, quando ainda não éramos. No entanto, a existência de um não *ser* antes da vida perde o sentido exatamente pela falta da consciência, que se manifesta apenas com o nascimento e desenvolvimento do ser humano. Durante essa existência efêmera é que homens e mulheres desenvolvem culturalmente um pensamento sobre o viver, o morrer e todas as questões relacionadas a essas dimensões da existência humana. Nasce desse entendimento todos os sistemas de crenças, superstições, ideias sobre a vida, a morte e o pós-morte, e nesse sentido o próprio filósofo afirma que “é, em especial, em torno desse fim que se dirigem todos os sistemas religiosos e filosóficos, que são, portanto, como que o antídoto que a razão, por força de suas reflexões, fornece contra a certeza da morte”. (SCHOPENHAUER, 2001, p. 23)

Retornando ao romance de Érico Veríssimo, observemos as palavras da personagem Pe. Gerônimo, representante da religião católica cristã em Antares. Ele afirma que existem três destinos, conforme a vontade de Deus, que designará a qual desses três lugares cada morto será destinado.

–Eu acho que quem morre se acaba! – exclama o coronel Vacariano.
 O Pe. Gerônimo protesta timidamente:
 – Não blasfeme, coronel. Quem morre vai para o céu, o purgatório ou o inferno, conforme os desígnios de Deus.
 – Bueno – retruca o outro,
 – Mas não volta para Antares. Isso é que quero dizer. (VERÍSSIMO, 2006, p. 316)

A fala do Padre Gerônimo, ao mesmo tempo em que reflete o pensamento da sociedade brasileira até os dias atuais, serve de mote para buscarmos na história alguns elementos formadores desse imaginário que ainda hoje permeia as crenças, atitudes e pensamentos sobre a morte, o morrer e o Além.

A história ocidental da morte mostra claramente as mudanças e atitudes em relação à mesma. O que não difere em cada época e em cada lugar é o fato de que essas atitudes partem do princípio do medo em relação ao desconhecido, pois o homem, ao longo de sua história, sempre buscou, de uma forma ou de outra, compreender o processo que interrompe o viver. Em consequência, surgem as várias especulações em relação à finitude da vida. As ideias de Céu, purgatório,

inferno, sofrimento, medo – tudo isso permeou o imaginário da humanidade e, de uma forma ou de outra, ditou regras, originou mitos e crenças e deu asas à imaginação humana. Seja através das religiões ou da própria cultura, a morte é presença viva na memória de indivíduos e sociedades, manifestando-se de várias formas de acordo com a vivência de cada grupo e originando atitudes sociais no cotidiano.¹⁰

A preocupação com a morte e com os mortos surgiu ainda na pré-história, no momento em que o homem criou a sepultura, que, por sinal, é considerada um dos mais significativos sinais de humanização no homem pré-histórico. A sepultura seria um indício da espiritualidade da qual o homem é dotado¹¹. Os povos primitivos dotaram-se de emoções diante da morte e, por conseguinte, passaram a ter cuidados especiais com os seus mortos. Os funerais e a conservação do cadáver indicam o início da crença na imortalidade. Esses rituais sinalizavam uma tentativa de prolongamento da vida, que nada mais é que a tomada de consciência da morte.

Edgar Morin (1970) aponta que, nos dados pré-históricos e etnológicos da imortalidade, existe uma consciência realista da morte, não de sua essência, que nunca foi conhecida e nunca será, mas de sua realidade. Afirma ainda que, embora a morte não tenha “ser”, não deixa de ser real, e essa realidade receberá um nome próprio– Morte–, despertando no homem a consciência de que essa é uma lei inelutável, que o designa como mortal, mesmo que se pretenda imortal.

A consciência da morte norteou os sistemas de crenças e religiões posteriores da história da humanidade. A crença na imortalidade alimentou as práticas, atitudes e posturas. Cada povo, cada cultura desenvolveu sua forma de lidar com o fim da vida. Para o objetivo aqui proposto me deterei, neste primeiro momento, nas concepções e práticas ocidentais cristãs, que tiveram uma importância relevante nas percepções brasileiras sobre a morte por conta da matriz brasileira essencialmente católica.

¹⁰Sobre a história da morte e as atitudes diante da morte ver, dentre outros: ARIÈS, Phillipe. **História da Morte no Ocidente**. Rio de Janeiro. Ediouro, 2003; ELIAS, Robert. **A solidão dos moribundos, seguido de envelhecer e morrer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001; SHOPENHAUER, Arthur. **Da morte, Metafísica do poder, Do sofrimento do mundo**. Editora Martin Claret Ltda. São Paulo. SCHIMITTS, Jean-Claude. Os vivos e os mortos na sociedade medieval. Tradução Maria Lúcia Machado. — São Paulo Companhia das Letras. 1999. MORIN, Edgar. **O homem e a morte**. Edições Europa-América, LDA. Portugal. 1970.

¹¹ MORIN, Edgar. **O homem e a morte**. Edições Europa-América, LDA. Portugal. 1970.

Para o cristianismo, assim como para a grande maioria dos povos antigos, a vida não finda com a morte, sendo esta apenas uma passagem para um outro mundo. Decorre dessa concepção todo um sistema imaginário sobre os destinos do homem após o fim da vida. O que acontece após a morte? Existe um mundo paralelo onde os mortos ou espíritos se abrigam após o fim da vida? Quais os mistérios que rondam esse lugar?

A Idade Média foi um período de transformações significativas no âmbito da religião que influenciou o pensamento sobre a morte. Foi nesse período que se configurou toda uma geografia do Além. No cenário da cristandade européia, uma série de acontecimentos como fome, pestes e guerras alimentou o imaginário medieval sobre essas questões. As concepções religiosas cristãs e, em particular, a Igreja Católica definiram criteriosamente os espaços e os destinos após a morte. Essas concepções serviram de fundamentação para as atitudes, comportamentos e condutas da sociedade medieval de acordo com os ensinamentos da Igreja. As figuras de um Deus bom e de um Deus juiz se complementavam quando o assunto era o além: Deus era bom e justo por ter deixado aos homens e mulheres o livre-arbítrio para escolher o caminho do bem ou o do pecado, mas também podia ser juiz impiedoso quando se fazia mau uso do livre arbítrio e seguia-se o caminho contrário aos ensinamentos da Igreja. Dessa forma, é atribuído ao Além o mesmo sentido de justiça existente entre os vivos (LE GOFF 1995, p. 252-255). Esse Deus será soberano no Juízo final, momento em que cada um que viveu na terra se curvará diante de seu trono para o último julgamento. Na Bíblia¹² é possível encontrar elementos do julgamento dos mortos em vários de seus livros, e com maior fervor no livro do Apocalipse.

E vi um grande trono branco e o que estava assentado sobre ele, de cuja presença fugiram a terra e o céu; e não foi achado lugar para eles. E vi os mortos, grandes e pequenos, em pé diante do trono; e abriram-se uns livros; e abriu-se outro livro, que é o da vida; e os mortos foram julgados pelas coisas que estavam escritas nos livros, segundo as suas obras. O mar entregou os mortos que nele havia; e a morte e o além entregaram os mortos que neles havia; e foram julgados, cada um segundo as suas obras. E a morte e o inferno foram lançados no lago de fogo. Esta é a segunda morte, o lago de fogo. E todo aquele que não foi achado inscrito no livro da vida, foi lançado no lago de fogo (APOCALIPSE 20:11-15).

¹²**Bíblia Sagrada.** Editora “Ave Maria” Ltda. 85ª Edição. São Paulo – SP, 1992.

Essa passagem bíblica, que ainda conduz os ensinamentos da vida cristã, apresenta o julgamento final, o fim da história humana e o início de um estado eterno. Os mortos serão julgados de acordo com o que está escrito no livro da vida de cada um, o livro, por sua vez, foi escrito a partir da conduta da pessoa enquanto viva. Não é por acaso que a Idade Média foi cercada pelas mais variadas representações que alimentaram um imaginário sobre a morte e o juízo final.

A arte e a literatura deram visibilidade ao imaginário medieval ao representar o que havia de mais macabro nas visões da morte e do além. As mais variadas formas de expressão do cotidiano– a poesia, a literatura, a pintura, a escultura– transmitiram aquilo que a Igreja da época conseguia imprimir na sensibilidade das pessoas.

Figura 1 – Juízo Final



Juízo Final de Marten de Vos, 1570. Museu de Belas Artes de Servilla.¹³

Na pintura de Marten de Vos observa-se a chegada de Deus e dos anjos anunciando o julgamento, alguns anjos com suas trombetas e outros em meio aos mortos com a função de, a partir do julgamento, conduzi-los ao reino dos céus ou às chamas do inferno. Abaixo estão os mortos que acordaram do sono profundo para

¹³Juízo Final de Marten de Vos, 1570. Museu de Belas Artes de Servilla.

serem julgados pelos seus atos a partir do livro da vida. O temor da morte está intimamente ligado à crença no dia do Juízo Final, momento em que Deus retornará para o último julgamento. A partir dessa ideia ficam claras duas certezas para homens e mulheres: a morte e o julgamento. Após esse momento são definidos locais para justos e pecadores, ou seja, o paraíso para os primeiros e a fornalha ardente do inferno para os últimos – destinos diferentes para os diferentes tipos de comportamentos em vida.

O Filho do Homem enviará seus anjos e eles apanharão do seu Reino todos os escândalos e os que praticam a iniquidade e os lançarão na fornalha ardente. Ali haverá choro e ranger de dentes. Então os justos brilharão como o sol no Reino de seu Pai. O que tem ouvidos, ouça! (Mt, 13, 41-43).

O inferno era tema recorrente na Idade Média, e a arte traduzia em imagens o que permeava o imaginário.

Figura 2 – Juízo final



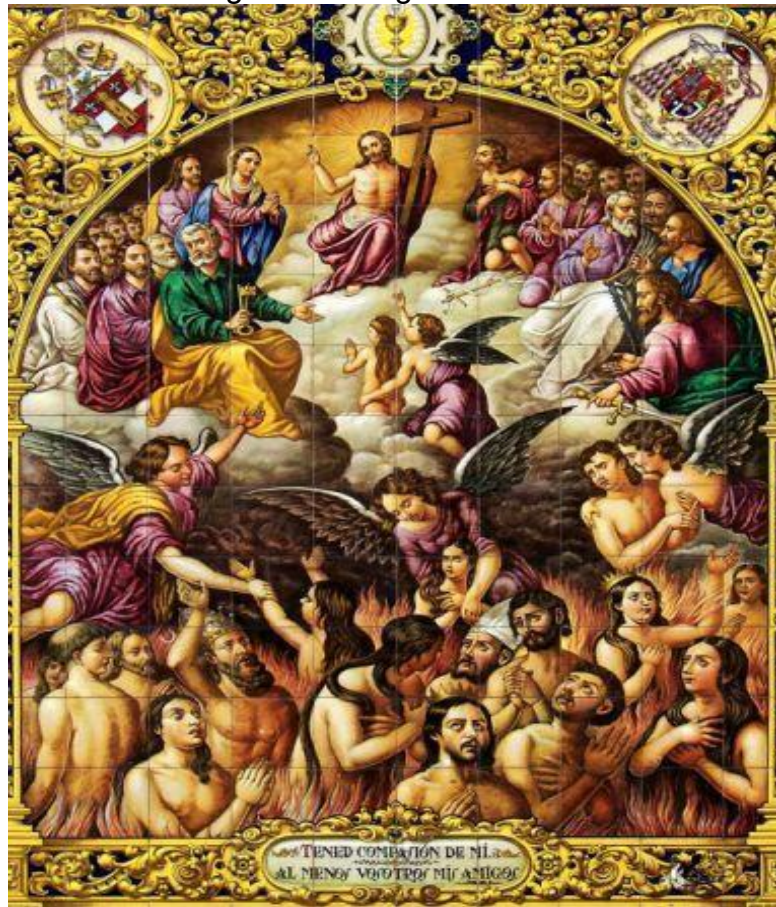
Hans Memling (c. 1430-1494), Museu Nacional de Gdansk, Polônia

Na imagem apresentada o artista coloca em cena religiosos fornicadores sendo torturados, e suas amantes pisoteadas por monstros e demônios entre as chamas incandescentes. O artista conseguiu transmitir a ideia do sofrimento condizente com a imagem que se tinha do inferno.

Segundo Jacques Le Goff (1995), entre os séculos II e IV o cristianismo se pôs a pensar na situação das almas no espaço de tempo entre a morte e o julgamento final. A opinião dos grandes Padres da Igreja do século IV, Ambrósio, Agostinho e Gerônimo, foi de que, dependendo do pecado, algumas almas poderiam se salvar desde que sofressem algumas penas para expiação dos pecados, para só depois receberem a graça do reino dos Céus. Esses pecados “brandos” praticados no cotidiano foram chamados de pecados veniais, ou seja, perdoáveis. A crença que nasceu naquele momento deu origem ao Purgatório, que se consolidou por volta do século XII. Naquele momento, a Europa medieval passava por profundas transformações socioeconômicas, dentre estas destaco o crescimento demográfico que vinha se consolidando desde o século X, dentre outros motivos, pelo fim das invasões bárbaras e pelo o distanciamento geográfico dos feudos, que facilitava o isolamento contra as epidemias. O Purgatório é um espaço no Além intermediário onde as almas têm a oportunidade de, através dos sufrágios e da ajuda espiritual dos vivos, abreviar seus sofrimentos. Configurava-se como uma possibilidade, dependendo dos pecados que tivesse acumulado ao longo da vida, de não ir diretamente para o fogo o inferno penar eternamente. Como terceiro local criado pelo ocidente cristão, passou por algumas transformações ao longo do tempo de acordo com as concepções religiosas de cada época. (VOVELLE, 2010).

Como era comum nas catedrais medievais, as paredes e tetos eram decorados com obras de grandes artistas que retratavam a morte, o céu, o inferno, o purgatório, o Além ou o Juízo Final, e que transmitiam a emoção no rosto das pessoas, sobretudo a angústia e o sofrimento. Os fiéis eram “bombardeados” com as imagens do Além, como uma espécie de memória extra que fazia lembrar sempre a conduta a ser seguida para não sofrer as severas punições do inferno ou purgatório. Desta forma a Igreja fazia o trabalho de doutrinar todos os fiéis para uma vida dedicada aos seus ensinamentos, só assim os cristãos seriam conduzidos ao paraíso celestial ao lado de Deus. A imagem seguinte é ilustrativa a esse respeito. Observa-se no alto um Deus que está cima de todos comandando os anjos que libertam as almas do fogo do purgatório.

Figura 3 - Purgatório



Igreja de São Pedro. Servilha, Espanha.

Uma das obras medievais mais significativas a esse respeito é o poema épico *A Divina Comédia*, de Dante Alighieri, iniciada por volta de 1307 e finalizada em 1321. O conjunto da obra é a história da conversão do pecador a Deus. Narra uma odisséia pelo inferno, purgatório e paraíso, onde o próprio Dante é o personagem da história e conta com o poeta romano Virgílio, do qual era fã, para guiá-lo pelos caminhos do pecado e purificação– inferno e purgatório– e com Beatriz, sua amada, encarregada de guiá-lo pelo paraíso¹⁴. Nessa viagem Dante descreve todo o sofrimento e a agonia das almas pecadoras que sofrem severos castigos por se desviarem da conduta estabelecida pela Igreja.

¹⁴ALIGUIERI, Dante. **Divina Comédia**. Editora Martin Claret. São Paulo, 2004.

Figura 4 – Dante e seus poemas



Domenico di Michelino (1460)

Na pintura exibida acima o artista retratou Dante e fez uma leitura sobre os espaços da Divina Comédia. No inferno, a sua direita, Dante encontra vários conhecidos pagando as mais duras penas– gulosos, avarentos, heréticos, suicidas, violentos contra Deus e contra a natureza, alcoviteiros, adutores, simoníacos, hipócritas, ladrões, entre outros. O que chama atenção é o purgatório ao fundo em formato de pirâmide, descrita no poema. A pirâmide é tão alta que ultrapassa a esfera do ar e penetra na do fogo. Cada parte corresponde a um pecado a ser expurgado: a soberba, a inveja, a ira, a preguiça, a avareza etc.

Essas ideias, que permearam esse período, deram origem à pedagogia do medo, ou seja, passou-se a utilizar o medo da condenação eterna para controlar os comportamentos dos fiéis. Os sermões giravam em torno da importância da confissão e da penitência para garantir a salvação da alma em um contexto em que o pavor do julgamento sobre as ações individuais estava no cerne da sociedade.

A vida aqui embaixo é um combate, um combate pela salvação, por uma vida eterna; o mundo é um campo de batalha, onde o homem se bate contra o Diabo, quer dizer, em realidade, contra si mesmo. Pois herdeiro do Pecado Original, o homem está destinado a se deixar tentar a cometer o mal e a se danar. [...] A presença do Além deve ser sempre consciente e viva para o

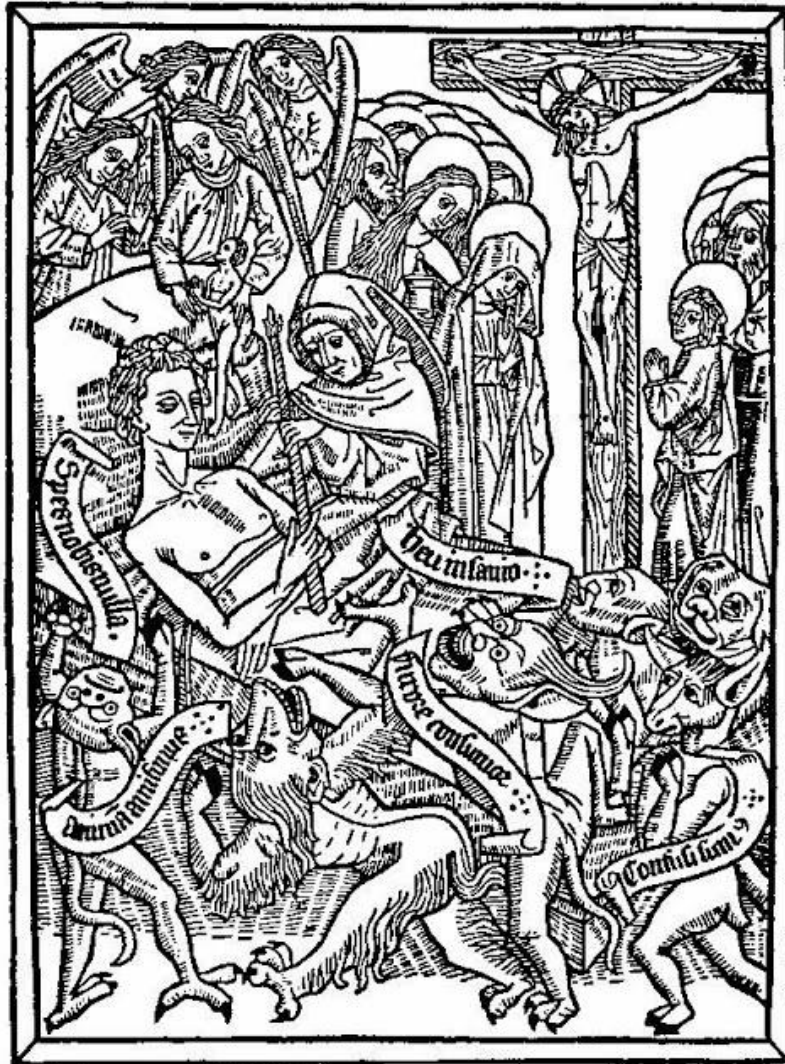
cristão, pois ele arrisca a salvação a cada minuto da sua existência. (LE GOFF e SCHMITT, Apud, FRANCO, 2010, p. 91).

Nesse sentido, tem-se a dimensão do medo enfrentado pelos sujeitos diante de um cenário tão instável, em que as possibilidades de queimar no fogo do inferno eternamente estavam diretamente ligadas à imagem de um Deus juiz e punitivo por um lado, e a imagem do Diabo em cada pecado cometido, do outro.

A partir do século XII o tema da morte se torna cada vez mais ameaçador, e entre os séculos XIV e XV surgem as *Arts Moriendi*¹⁵, que, enquanto instrumentos pedagógicos, são um exemplo da angústia e do medo em torno do momento do trespasse com as possibilidades da salvação ou condenação eterna. Compostas por textos e imagens, representaram um gênero da literatura devocional que procurava orientar os cristãos na preparação para a “boa morte”. Todos deveriam ficar atentos e se preparar para esse momento. As *Arts Moriendi* tiveram duas fases distintas: a primeira, entre os séculos XIV e XV, foi representada em duas versões, sendo uma destinada à elite, com edições mais longas e caras, e a outra em versão mais curta e simples, composta por onze imagens xilografadas, uma introdução e uma conclusão, se aproximando mais da linguagem popular, sobretudo no século XV. A segunda fase circulou na sociedade no período após o Concílio de Trento até o século XVIII. Essa versão trazia pressupostos diferentes da versão anterior ao pregar a ideia de que, para o fiel garantir a salvação da alma, deveria observar os preceitos de uma boa vida com o pensamento constante na morte, e não apenas no momento que antecederia o trespasse (RODRIGUES, 2005, p. 53-59).

¹⁵A expressão em latim que significa A Arte de Morrer. São livros, ou livretos, que serviam como manuais destinados aos ensinamentos e preparo dos cristãos para uma boa morte.

Figura 5 – Arts Moriendi – O Homem em seu leito de morte



Xilogravura do artista Alemão Albrecht Durer(1470)

As gravuras impressas nesses manuais eram simples (xilogravuras), para que os pobres iletrados também pudessem fazer a sua leitura de acordo com a imagem. Dessa forma, a Igreja conseguiu atingir seus objetivos em todas as camadas sociais. Na figura em questão observa-se, além das pessoas do convívio do moribundo, a presença de anjos e demônios no leito de morte à espera do momento derradeiro para travarem uma luta pela alma do morto. A iconografia desse período trazia recomendações e lembretes sobre toda e qualquer tentação humana que poderia rondar o leito do indivíduo, assim como condutas, comportamentos, orações e rituais a serem observados nesse momento (RODRIGUES, 2005). Essas imagens perduraram até o século XIX, passando por modificações de acordo com o contexto histórico de cada época.

Phillipe Ariès (2003) estudou as atitudes diante da morte no ocidente, da Idade Média ao século XX, ressaltando todo um sistema de crenças a partir de uma postura religiosa de aproximação com a morte, que ele denominou de Morte Domada –até por volta do séc. XII –, até o momento em que ocorre um distanciamento desses preceitos em decorrência das mudanças de atitude, que ele denominou de Morte Invertida, em um período correspondente ao séc. XX. Na visão de Ariès, na Alta Idade Média os homens tiveram uma maior aproximação com a morte, que era esperada no leito e contava com uma cerimônia pública organizada, geralmente, pelo próprio moribundo, que deixava por escrito os seus desejos para esse momento. Parentes, amigos e vizinhos, inclusive crianças, se faziam presentes para a cerimônia de despedida.

Tal pensamento é contestado por Norbert Elias (2011), que, mesmo reconhecendo o valor da contribuição da obra de Ariès para a história do comportamento humano diante da morte, afirma que a visão desse autor em relação ao primeiro momento citado é romantizada. Afirma também que a morte no passado era mais presente porque a sociedade medieval não dispunha do avanço da civilização percebida em tempos posteriores e, portanto, a morte ocorria com mais frequência, o que não significava que era domesticada ou que a relação dos homens e mulheres com a mesma era passiva.

Reflitamos sobre a opinião dos dois autores: de fato, Philippe Ariès transmite a noção de uma morte pacífica, como se a “passividade” do corpo doente, fosse o reflexo do pensamento e imaginação na mente do moribundo. Nesse sentido é pertinente a crítica de Norbert Elias a essa suposta proximidade e passividade à qual se refere Ariès. Como pregar a tranquilidade nesse momento, diante do medo que rondava a sociedade por conta do imaginário do Além? Como não temer os mistérios do inferno e do purgatório tão presente no discurso da Igreja, principalmente a partir do momento em que a morte passa a ser pensada na individualidade, a morte de si?

Pensar em uma morte tranquila diante da pluralidade de sentimentos existente no momento do trespasse não condiz com o imaginário do período. No entanto, se olharmos pelo lado da familiaridade, da coletividade, da ritualização e do olhar vigilante dos medievais sobre a comunidade e o indivíduo, é possível compreender como se dava a presença da comunidade na hora da morte, o que não

significava tranquilidade para o moribundo. Morrer poderia significar a glória para alguns e horror para outros, dependendo da conduta em vida, do setor social a qual pertencia, dentre outros fatores.

No final da Idade Média, semelhante às Arts Moriendi, surge uma nova forma de arte sobre o tema, as Danças Macabras. Surgem em um período em que a Peste Negra dizimou boa parte da população européia, deixando todos assombrados com a frequência com que a morte aparecia¹⁶. Essa arte tratava da universalidade da morte e transmitia a noção de que independente de quem a pessoa foi em vida, a morte é uma dança que une a todos. Essa forma de arte esteve presente na literatura, na pintura, na escultura e em outras manifestações artísticas.

Figura 6 – Danças Macabras



Michael Wolgemut, "Dança Macabra", 1493

Na gravura acima, a morte passa a ser representada através de esqueletos ou corpos em putrefação, remetendo à degeneração do corpo humano. Essa era a expressão da angústia que o tema passou a despertar no ser humano.

¹⁶Sobre a Peste Negra na Idade Média ver em: KELLY, John. **A Grande Mortandade: uma história íntima da peste negra, a pandemia mais devastadora de todos os tempos**; tradução; Caetano Waldrigues Galindo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

Com esse pensamento cultural e religioso, os europeus chegaram ao Brasil e se depararam com outra forma de pensar e agir diante da morte. Os índios, autóctones brasileiros, que por si já causaram estranhamento ao europeu, e que os perceberam dessa mesma forma, tinham concepções e atitudes bem diferentes do homem branco. A princípio, o que mais chamou atenção foi a forma como alguns grupos indígenas concebiam a relação entre vivos e mortos através da prática canibalista e antropofágica, a exemplo dos tupis. Os cronistas europeus descreviam tais práticas como curiosas e assustadoras, criando uma imagem “demoníaca” dos autóctones brasileiros. O exemplo mais presente na iconografia do período foi à gravura de Hans Staden, que foi feito prisioneiro por uma tribo indígena no Brasil do séc. XVI

Figura 07 – Antropofagia no Brasil



Hans Staden, 1557

A gravura de Hans Staden mostra claramente uma cerimônia pública de esquartejamento e antropofagia, sugerindo que os índios faziam uma festa, no sentido profano do termo, para “degustar” a carne dos prisioneiros da tribo. A imagem não induz a nenhuma ligação com o lado espiritual das crenças indígenas, demonstrando uma atitude etnocêntrica por parte do europeu. No entanto, para

algumas tribos, o sacrifício humano e o ritual antropofágico faziam parte de um ritual mágico religioso de equilíbrio do grupo. Outro fato a ser observado é que existiam tribos diferentes com comportamentos variados diante das questões referentes à morte. (FRANCO, 2010)

O mesmo se pode falar a respeito dos africanos que começaram a chegar ao Brasil a partir do século XVI. Foram diversos grupos étnicos que se diferenciavam em seus costumes, na cultura, na língua, nas crenças diferenciadas. O que existia em comum nas crenças dos africanos era a ideia de ancestralidade, ou seja, mantém uma ligação com os antepassados através dos ritos e homenagens. Nesse caso, a memória se apresenta como fundamental para manter o laço entre os vivos e o morto, pois através dela se cultua a sua lembrança. Portanto, falar da visão africana sobre as questões relacionadas à morte, aos rituais e ao Além é discorrer a respeito de várias concepções e matrizes de pensamento (FRANCO, 2010). Ao chegar ao Brasil, essas crenças foram ressignificadas aos moldes brasileiros, e com o passar do tempo muitos de seus elementos passaram a influenciar nas concepções nacionais sobre a morte e o Além.

Com o surgimento das sociedades modernas capitalistas, grandes transformações econômicas, sociais e culturais foram observadas a partir do séc. XVII, perdurando até o séc. XIX. O Renascimento e as revoluções Industrial e Francesa introduziram no seio da sociedade elementos como racionalidade e cientificidade, que, aliados ao enfraquecimento das doutrinas religiosas, influenciaram diretamente na concepção de indivíduo; consequentemente, a ideia de morte passa a ter outro significado. Os conceitos e pensamentos desenvolvidos no período dotam o indivíduo do conhecimento científico que o capacita a dominar tudo à sua volta e, por temer o que não conhece, afasta a morte de suas preocupações (SCHMITT, 2010).

O imaginário desse período foi denominado por Ariès como “Morte do Outro”. A comoção excessiva diante da morte do outro influenciou as imagens do período em que a lamentação e o luto eram temas recorrentes, dando origem às pinturas de luto, ou “*Mourning Pictures*”, surgidas no final do séc. XVIII e se caracterizando como uma arte que destacava demasiada atenção ao luto (FRANCO, 2010, p. 104 – 116).

Esse período ficou conhecido como Era Vitoriana, em alusão à rainha Vitória da Inglaterra, que vestiu o preto como luto pela morte de seu marido até o fim de sua vida.

Figura 8- Rainha vitória e sua filha, princesa Beatriz



Fotografia da década de 1880

Como fica evidente na fotografia, a Era Vitoriana também foi marcada por certa melancolia que pairava nos ares oitocentistas e que tinha na cor preta o símbolo da ausência de um ente querido que fizera a “viagem” com a morte.

Norbert Elias (2010) afirma que o grau de civilidade em que se encontram as sociedades atuais e mais desenvolvidas, em que o prolongamento do tempo de vida se originava, dentre outros fatores, dos avanços dos conhecimentos científicos, afastou do homem a preocupação imediata com a morte, diminuindo a necessidade de proteção divina.

A atitude em relação à morte e a imagem da morte em nossas sociedades não podem ser completamente entendidas sem referência a essa segurança relativa e a previsibilidade da vida individual – é à expectativa de vida

correspondentemente maior, a vida é mais longa, a morte é adiada. O espetáculo da morte não é mais corriqueiro. Ficou mais fácil esquecer a morte no curso normal da vida. (ELIAS, 2010, P.15)

Por outro lado, esse autor afirma que as promessas metafísicas contra a imprevisibilidade da morte são mais comuns em sociedade e grupos menos favorecidos, a exemplo de Oiticica, onde a presença e a adesão em crenças metafísicas são mais apaixonadas.

Sabemos que, apesar da ênfase nas concepções da cristandade católica, verifica-se que nas diversas culturas e religiões existe uma noção de Além como uma dimensão mais ampla, como o mundo do não-ser.

2.3 O SERTÃO: O CENÁRIO DA “MALDIZENÇA”

A partir das definições anteriores e do percurso histórico da formação de um imaginário sobre a morte ao longo da história, faço agora uma breve apresentação do distrito de Oiticica, espaço desta pesquisa, salientando determinados aspectos políticos, sociais e religiosos relevantes para essa reflexão e para a compreensão da formação de um imaginário sobre a “Maldizença”.

O distrito de Oiticica foi criado pela Lei Municipal 026 de 06 de fevereiro de 1990 e anexado ao município de Ibareta¹⁷, é composto pela sede do distrito e por pequenos lugarejos nos arredores, situados nas encostas da Serra Azul. Esta Serra é um ícone do município, e por muito tempo esteve presente na memória da população de Quixadá¹⁸, no Sertão Central do Ceará, como sendo terra de homens valentes. A sede do distrito atualmente é composta por duas fazendas, separada pelas terras da Igreja ao centro, e por uma extensa rua que tem por nome Bolandeira.

É uma pequena comunidade rural, que até a década de 1970 não contava com energia elétrica, apenas com a energia fornecida por um gerador que iluminava até por volta das vinte e uma horas. Em seguida, o encarregado pela iluminação desligava o gerador, e no restante da noite o pequeno povoado era iluminado de

¹⁷Esta informação encontra-se no site:

http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades/historico_conteudo.php?codmun=230526.
Consultado em 17 de junho de 2009.

¹⁸ Ibareta pertenceu ao município de Quixadá até 1988, quando foi emancipada pela lei estadual de 11 de maio de 1988.

acordo com as fases da lua, com noites claras e noites escuras, excetuando-se as residências em que se utilizava de outros recursos como lamparinas, lampiões e candeeiros para iluminação – realidade que não se diferenciava das demais regiões do sertão. A lamparina por muito tempo fora a companheira inseparável do sertanejo, iluminando as noites escuras do sertão e testemunhando os vários momentos de sociabilidade, como as narrativas de histórias e causos, as rodas de debulhas de feijão, os terços, novenas, velórios etc.

Segundo pesquisa realizada em Quixadá pela SUDEC¹⁹, nas décadas de 1950, 1960 e 1970 o município era basicamente rural, e a economia girava em torno da produção agrícola oriunda dos distritos do município, que, por estar localizado na zona fisiográfica do Sertão Central, contava com uma posição favorável. No entanto, até o período citado não contava com grande influência a ponto de ter um caráter de regionalidade. A força comercial do município se concentrava nos limites do seu território, e a economia se baseava no binômio pecuária-algodão²⁰. Da década de 1950 à década de 1970 o algodão passou a ser um dos principais produtos de exportação do Ceará, e Quixadá, aproveitando-se da força concentrada nos limites do seu território com as extensas plantações de algodão, como aponta a pesquisa citada, passa a figurar na economia como um dos principais produtores do Estado e como pólo de desenvolvimento de todo o Sertão Central²¹.

Oiticica, na época pertencente a Quixadá, contribuía com sua produção para o sucesso desse desenvolvimento. No auge da riqueza do ouro branco, foi um dos maiores produtores do município, colhendo toneladas de algodão para exportação. Contudo, as dificuldades enfrentadas eram imensas: o escoamento da produção do algodão se dava geralmente através dos comboios de animais que carregavam toda a mercadoria até a sede do Município, por vias carroçáveis de difícil acesso.

¹⁹A Superintendência do Desenvolvimento Econômico e Cultural – SUDEC foi criada na década de 60 no governo de Paricaf Barroso. Este órgão era responsável especificamente, pelas atividades de pesquisa do Estado. A pesquisa em questão foi realizada com o objetivo de identificar os problemas básicos de infraestrutura urbana. Foi realizada nas sedes urbanas dos seguintes municípios: Iguatu, Crateús, Quixadá, Maranguape, Mombaça, Ipueiras, Barbalha, Nova Russas e Baturité.

²⁰**Tendência da Urbanização e Déficit Habitacional na Cidade de Quixadá.** Superintendência do Desenvolvimento econômico e cultural – SUDEC. Divisão de Biblioteca e documentação. Fortaleza, 1968. Disponível na Biblioteca Menezes Pimentel. Setor de obras raras.

²¹ SOUSA, Manoel Alves: **Entre as alvas plumas e o canto da coruja – a relação da cotonicultura com a questão da Educação em Quixadá.** Dissertação de Mestrado em Educação Brasileira. UFC – FAGED.

O desenvolvimento da sede municipal depende da relação mantida com seus distritos e que ainda se faz em sua maioria por precárias vias carroçáveis de trânsito temporário. Ressente-se a produção da falta de vias vicinais que ofereçam tráfico permanente. (...) Caiçarinha, Sitia e Rinaré, acham-se quase isoladas, mantêm relações com centros mais próximos. Outros distritos mais próximos como: Custódio, Ibaretama, Tapuiará, Dom Maurício e Cipó dos Anjos, mantêm relações amplas com a sede, *apesar da precariedade das vias de ligação* (grifo meu)²²

A produção em Oiticica se dava através do trabalho dos moradores das fazendas e daqueles que tinham suas pequenas plantações e vendiam para os fazendeiros locais, evidenciando as relações estabelecidas, que giravam em torno das trocas de favores, de compadrio e da relação entre moradores e fazendeiros tão características do coronelismo vigente na primeira metade do século XX, onde aqueles viviam sob a tutela destes. Poderiam existir boas relações, desde que as regras fossem cumpridas, até momentos de hostilidade, resultando às vezes na mudança do morador por conta dos momentos de tensão tão comuns no sertão. Acrescenta-se a essas relações as práticas políticas tão fortes na região que chegavam, assim como em outras partes do sertão, a ditar as regras sociais, as condutas e as manipulações.

Essas práticas permanecem tão fortes na memória que é possível notar, pelas entrevistas, a influência que exerceu e exerce sobre essas pessoas, pois a lembrança, assim como a omissão, traz consigo alguns indícios do que significou para uma pessoa um acontecimento ou uma época, guardadas as especificidades do local e do tempo de onde fala. Nesse sentido é pertinente o esclarecimento de Alessandro Portelli, ao enfatizar a importância das fontes, sejam elas escritas ou orais, pois cada uma carrega em si características e funções específicas que não podem ser preenchidas pela outra, por requererem instrumentos interpretativos diferentes, podendo se complementar nos casos em que um conjunto de fontes se faz necessário para atingir melhor um determinado objetivo que apenas os conhecimentos de uma especificamente não alcançariam. No caso da História Oral, algumas dessas diferenças estão nas questões referentes aos eventos e significados:

²²**Tendência da Urbanização e Déficit Habitacional na Cidade de Quixadá.** Superintendência do Desenvolvimento econômico e cultural – SUDEC. Divisão de Biblioteca e documentação. Fortaleza, 1968, p 29. Disponível na Biblioteca Menezes Pimentel. Setor de obras raras.

A primeira coisa que torna a História Oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre *eventos* que sobre *significados*. Isso não implica que a História Oral não tenha validade factual. Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre buscam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas. [...] o único e precioso elemento que as fontes orais têm sobre o historiador, e que nenhuma outra fonte possui em medida igual, é a subjetividade do expositor (PORTELLI, 1997, p.31).

É nessa subjetividade que encontro apoio para revelar significados e eventos referentes ao tema pesquisado, buscando responder às indagações feitas ao objeto e, assim, compor o conhecimento.

As dificuldades de acesso citadas se tornavam ainda mais graves quando se tratava das questões relacionadas à saúde, que já não contava com um bom serviço, pois era evidente a precariedade do sistema. As pessoas buscavam alternativas de cura diante de tais dificuldades, pois o sistema público de saúde não atendia toda a demanda, já que a população dos distritos buscava atendimento nas unidades de saúde da cidade e os equipamentos eram insuficientes até mesmo para o atendimento da população urbana. Esse quadro da saúde nos dá uma dimensão das dificuldades da população do campo.

Estabelecimentos	Unidades	Nº de leitos	Nº de Berços	Observações
Hospital-maternidade	1	25	12	Organização Particular. Possui um aparelho de Raio X e uma incubadora
Postos	3	—	—	O Posto do SAMDU foi encampado pelo INPS.
Clínicas	1	—	—	Clínica Dr. Batista de Queiroz.
Laboratórios	2	—	—	- Ambulatório Afrânio Ribeiro - Ambulatório Socorro Moura
Consultórios Médicos	6	—	—	—
Consultórios Dentários	5	—	—	—

Esses dados constam na pesquisa da SUDEC²³ de 1968, em que aponta uma população de 69.795 habitantes no ano de 1960, com estimativa de 88.331 em

²³Op. Cit, p 45.

todo o município de Quixadá. Nesse caso, a fragilidade nos serviços públicos de saúde, assim como nas outras partes do Estado, deixava muito a desejar para a população.

Segundo as memórias, a maioria dos casos era tratado através da medicina popular. No que se refere aos partos, geralmente eram feitos por parteiras, mulheres conhecidas no sertão como cachimbeiras. Essas mulheres socorriam as parturientes, sendo comuns mortes por complicação no parto. Nem todo sofrimento tinha socorro médico no momento exato. Eram nessas circunstâncias que a visita da morte não era algo difícil, pois as doenças que acometiam a população nem sempre podia ser curadas com a medicina popular. Nos atestados de óbito das décadas de 50 e 60 pode-se observar que a morte por problemas de saúde ocorria com bastante frequência, e os motivos citados são: parto, coração, enfraquecimento, congestão cerebral, febre intestinal, febre, inflamação, paludismo, causa desconhecida, enterite etc. Nas décadas de 80 e 90 já se nota a presença, mesmo que em pequena quantidade, de outros motivos para a morte, como atropelamento, perfuração a bala ou a faca.

As mortes de crianças com até dois anos de idade aconteciam com bastante frequência, pois a falta de acompanhamento médico tornava bem mais fácil as mortes prematuras por problemas de saúde que muitas vezes eram de fácil solução. Nas décadas de 50 e 60 muitas crianças tinham como causa da morte febre ou doenças intestinais, ou pelo menos assim consta nos registros dos atestados de óbitos, como nos mostra o exemplo abaixo:

Aos vinte dias do mês de abril do ano de mil novecentos e *cincoentae* um, neste distrito de Ibaretama termo e comarca de Quixadá, Estado do Ceará República dos Estados Unidos do Brasil, no cartório do registro civil compareceu Manoel Gonçalves de Souza²⁴, agricultor, residente no lugar de Oiticica deste distrito em minha presença e das testemunhas abaixo associadas e assinadas, pelo mesmo foi dito que as duas horas do dia vinte e sete (27) do mês de fevereiro de 1951 no lugar acima referido faleceu de enterites a menor Maria José Vieira²⁵, nascida no dia 28 de setembro de 1950 neste distrito. Filha de Augusto de Souza e Maria das Neves Vieira, ambos naturais e residentes neste distrito. O seu sepultamento foi feito no cemitério da vila de Oiticica, não tendo assistência médica. Fiz este assento que me assino como declarante (...) ²⁶

²⁴Nome fictício.

²⁵ Nome fictício.

²⁶ Esse atestado de óbito encontra-se no cartório Brasilino de Freitas em Ibaretama Ce.

Os atestados de óbitos citados, manuscritos, foram feitos em um período em que, nem sempre, o narrado condiz com o real, tendo em vista que muitas vezes os sintomas das doenças eram semelhantes, e geralmente eram mortes sem assistência médica. Nesse caso, a causa mortis era apenas narrada sem uma preocupação mais eficaz, não por uma avaliação feita com a presença do médico antes do sepultamento, mas sim através de relatos dos sintomas que levaram à morte, dando-lhe diagnóstico e causa, que seria relatada na declaração do atestado de óbito. Desse fato infere-se que a explicação de tantos casos de enterites²⁷ como responsáveis pelas mortes de crianças até dois anos de idade se dava por conta dos sintomas da doença serem semelhantes a outros transtornos intestinais, sendo os mais comuns dor intestinal, diarreia, dentre outros.

Nos períodos de seca as dificuldades eram agravadas, pois a maioria das famílias tinha que sobreviver com a ajuda do governo nas frentes de trabalho, deslocando-se de suas localidades e deixando mulher e filhos à espera do retorno do pai com o que tinha ganhado no decorrer da semana, quinzena ou mês. As mulheres ficavam à frente da família e, em alguns casos, conseguiam outra forma de garantir o sustento da família.

As secas que assolavam o território cearense traziam consigo um rastro de miséria e sofrimento, deixando o sertanejo a mercê da própria sorte. Diante desse quadro não é difícil supor que a morte aparecia com mais frequência em todo o sertão cearense para levar consigo aqueles que padeciam de fome ou das doenças que insistiam em se manifestar com maior frequência nos períodos de seca.

Ao contrário de secas anteriores, em que a população saía e buscava alternativas de sobrevivência em outros estados ou cidades, na seca de 1958, as frentes de trabalho ficavam mais próximas dos locais de origem do homem, ou seja, o campo. Nesse período, o Brasil vivia em plena euforia democrática com os governos populistas e com a emergência de um sistema liberal, e esse quadro político fazia com que a busca pelo voto fizesse com que a manipulação da massa, no sentido de permanecer no seu lugar de origem, passasse a ser bastante importante.

²⁷Inflamação do intestino delgado, causada por infecção viral ou bacteriana.

A superposição e a combinação destes modelos político-liberal e paternalista- determinam a formação de uma nova estrutura de sentimentos, que, ao mesmo tempo, orienta uma percepção social sobre a seca e condiciona as novas relações entre os retirantes e as autoridades(...) a política de “fixar o homem no campo”, ganha agora um novo e fundamental significado, já que a “retirada” passa a representar um declínio no controle político dos eleitores por parte dos grandes proprietários; e a “solução hidráulica”, baseada em obras que ocupam milhares de retirantes, passa a representar uma ampla possibilidade de manipulação política na distribuição de alimentos e das vagas para alistamento. (NEVES, 2007, p.)

Essas ações paternalistas davam a dimensão das relações sociais mantidas entre sertanejos, empregados e proprietários de terra, sendo estes os representantes da política local. Muitas vezes, a política foi motivo de brigas entre partidários opostos.

Essas brigas, comuns em um período em que não existia a presença da polícia, ocorriam pelos mais variados motivos – vingança, política, bebedeira, etc. – e muitas vezes, por conta dessas desavenças, também a morte se fazia presente na Terra da Santa. No mesmo sentido se fazia presente também a alegria e a religiosidade que mantinha viva a fé do sertanejo.

2.3.1 Religiosidade na Terra da Santa

Em virtude da religiosidade²⁸ do povo de Oiticica, predominantemente católica, foi que na década de 1940 a padroeira do lugar, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, recebeu por doação um terreno no centro do povoado. Dona Mundinha, devota fervorosa da Santa, foi a intermediária direta entre os doadores: seu esposo, o Sr. Francisco José de Freitas, o Sr. Elpídio Viremon, o Padre Luiz Braga Rocha, e o fazendeiro Valdivino Cabral de Oliveira, através de doações, construíram uma capela para a padroeira, inaugurada em 1942²⁹. A partir de então a comunidade passou a ter um ponto de referência para a realização das cerimônias religiosas, como casamentos, missas, terços etc., antes realizadas nas casas dos moradores, que recebiam o padre nessas ocasiões para celebrar as cerimônias programadas. Era um momento em que a comunidade se reunia para manifestar sua

²⁸Religiosidade é entendida aqui como uma tendência aos sentimentos religiosos, ou seja, uma aptidão a seguir os ensinamentos de uma dada religião.

²⁹ COSTA, João Eudes Cavalcante. **Retalhos da História de Quixadá**. Rio - São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2002

fé e ouvir os ensinamentos religiosos dos quais o padre era o porta-voz. A Igreja Católica alimentava a religiosidade que mantinha a fé da comunidade de Oitica.

Foi a predominância da religião católica no período que definiu a construção da Igreja e alimentou o pensamento de que seu entorno, por fazer parte do terreno doado, pertencia à padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Por conta dessa doação, o centro do povoado passou a ser conhecido, até os dias atuais, como Terra da Santa.

Figura 9 – Nossa Senhora do Perpétuo Socorro



Pintura sobre madeira no estilo bizantino

Nossa Senhora do Perpétuo Socorro é mais um título atribuído a Maria, mãe de Jesus, pela Igreja Católica. Trata-se de um ícone³⁰ que fora pintado em fins do século XIII, por um artista desconhecido³¹. O ícone é recoberto por várias

³⁰Representações bidimensionais de Cristo, Maria, “santos”, anjos, personagens ou eventos bíblicos. Geralmente são pintados em tábuas portáteis. Cf. em <<http://wol.jw.org/pt/wol/d/r5/lp-t/2002480>>. Acesso em 21.11.2013.

³¹Conta a história que, por volta de 1496 o ícone foi furtado de uma Igreja na Ilha de Creta por um negociante que a levou para Roma e, após sua morte, entendida pelos católicos como consequência do sacrilégio do furto, o ícone passou por algumas mãos até chegar aos Padres Agostinianos, e por três séculos a imagem foi venerada na Igreja de São Mateus em Roma. Em 1798, por ocasião da

simbologias; Maria está acompanhada por dois anjos, São Miguel à esquerda e São Gabriel à direita; ambos seguram os objetos da paixão, estando o primeiro com a lança e a esponja de fel, e o segundo com a cruz e os cravos que perfuraram as mãos e pés de Jesus no ato da crucificação; o Menino Jesus observa os dois anjos que lhes mostram os elementos da sua paixão. Um detalhe, talvez o mais expressivo da imagem, é a sandália presa apenas por um fio ao pé do Menino Jesus. Para a Igreja, representa o símbolo da alma em estado de pecado mortal, ou seja, presa a Jesus por um fio, o que nos remete a boa parte das questões que serão discutidas neste trabalho.

A religiosidade do período foi um dos primeiros assuntos abordados quando da primeira visita a Oiticica em 17 de junho de 2009. Apesar de já conhecer a comunidade, aquela visita se tornava especial por estar munida de uma série de questionamentos direcionados pela curiosidade de conhecer a história daquele lugar, que criou e alimentou um imaginário sobre a “Maldizança”, e também pela possibilidade de historicizá-lo.

Cheguei à casa do senhor Mauro Freitas acompanhada de sua nora, que me apresentou e explicou o motivo da minha visita. Naquele momento se encontravam na casa o Sr. Mauro, a sua esposa e o Sr. Josino Luiz da Silva³², este mais conhecido por Zozá. Os dois são dos mais antigos moradores de Oiticica. Sr. Mauro atualmente é dono de uma das duas fazendas que compõem o distrito, herdada após a morte de seus pais, Sr. Fransquim e Dona Mundinha. Sr. Zozá é agricultor aposentado e os dois são amigos de infância. Conversamos com ambos na mesma ocasião na residência do Sr. Mauro, em uma conversa rápida, porém reveladora.

invasão de Napoleão Bonaparte a Roma, a Igreja de São Mateus foi destruída. Levada para uma Igreja secundária e em meio à efervescência política e de guerras que marcaram o século XIX, a imagem ficou esquecida por quase meio século. Em meados do século XIX, os Padres Redentoristas construíram um convento e a Igreja de Santo Afonso no mesmo local que antes havia a Igreja de São Mateus, e foram os Padres redentoristas, a pedido do Papa Pio IX, que receberam a Imagem de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e receberam a missão de difundir a devoção a Santa pelo mundo. A partir de então milhares de Igrejas foram construídas pelo mundo em sua homenagem, algumas no Brasil, dentre elas a pequena Igreja de Oiticica em Ibaretama, Ceará. Cf. em Revista Arautos do Evangelho, Jun/2006, n. 54, p. 36 a 39. Disponível em <<http://www.arautos.org/especial/2735/Nossa-Senhora-do-Perpetuo-Socorro.html>>. Acesso em 21.11.2013.

³²Josino Luiz da Silva, agricultor aposentado. 76 anos no momento da entrevista, realizada em Oiticica, Ibaretama, Ceará, em 17 de junho de 2009.

Sr. Zoza recorda com muita nitidez da sua infância, dos momentos festivos, das alegrias e tristezas vivenciadas no sertão. Memórias também compartilhadas por Sr. Mauro, que presenciou vários momentos da vida religiosa da comunidade em companhia de sua mãe. “A coisa mais feliz do mundo era quando tinha uma missa aí, que chegava alguém e dizia: Dona Mundinha, eu vou fazer isso assim pra Igreja. Ela ficava satisfeita”. Apresentada nas memórias como uma mulher que se dedicava à religião católica, estava sempre à frente das ações da paróquia na localidade:

Dia de domingo, eu era menino, tinha um campim aqui, nós brincava de bola. Ela dizia:

— Pode parar o jogo aí. *Bora*, Mauro, pra Igreja.

Aí eu acompanhava ela (risos). Ela fazia tudo (...) aí quando eu cheguei a puxar carro, tinha que tirar um dia pra ir. Uma vez foi eu, ela, a Lúcia Cabral, a Maria Leite, fumo até o Cedro nesse mundo (...). Tinha uma satisfação de dar as coisas pra Igreja. Ela ia mendigar as coisas pra Igreja. (MAURO FREITAS, 2009)

Sr. Mauro se refere às prendas que eram pedidas para a Igreja, principalmente para as festas de padroeiros(as), tão comuns no período em questão. A devoção a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro marcou esse período, dando origem a uma das maiores festas religiosas da região do Sertão Central do Ceará.

Apesar de o dia 27 de junho ser a data estabelecida pela Igreja para comemorar o dia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em Oiticica, por conveniência da Igreja local, a comemoração se dava nos dias 06, 07 e 08 de setembro. Nesse período a Terra da Santa se transformava no palco das festas da padroeira, evento religioso e festivo mais importante do lugar, promovido pela Igreja Católica, que mesclava os cultos religiosos, as atividades de lazer e reunia uma grande quantidade de pessoas que se deslocavam de toda a redondeza para prestigiar a festa da Santa. Acontecia no centro do povoado, nos arredores da Igreja, e, além das quermesses, concentrava parque de diversões, circo, bancas de jogos e barracas de comidas, bebidas e objetos de uso pessoal – entretenimentos que, após as missas da Santa, faziam a alegria das pessoas.

Naquela época também só quem ia à Igreja era gente de fé mesmo, porque se não tivesse fé não ia, porque o padre celebrava a missa em latim de costas para o povo, ninguém entendia nada, mas a fé era tão grande que a Igreja era lotada, lotada (...). O padre chegava e falava só com a madrinha Mundinha para dar alguma informação, somente com ela, não tinha um “bom dia” para ninguém. Ali celebrava a missa de costas, em latim e todo

... mundo ali com um tercinho na mão rezando o terço. Mas a fé era tão grande que servia, né? (LOURDES, 2015)

A fala acima é de Dona Lourdes³³, atualmente uma das líderes religiosas da Igreja Católica, ficando à frente das ações da paróquia na comunidade. Uma senhora que guarda muito da história de Oiticica na memória e recorda com muita precisão dos acontecimentos que marcaram a comunidade. Se expressa com facilidade e é cautelosa nas palavras e afirmações ao narrar os fatos. No entanto, suas expressões, pausas na fala em determinados momentos entre um pequeno sorriso e outro, me fez refletir sobre os silêncios daquela fala, sobretudo em se tratando das questões sociais e políticas.

No trecho citado, Dona Lourdes recorda as missas celebradas no período das festas da Santa, fazendo uma leve crítica à postura do sacerdote diante dos fiéis. Naquele momento o padre era o representante da Igreja e, apesar de não ter uma aproximação maior com o povo, se apresentava enquanto porta-voz da palavra de Deus. Essa palavra chegava em uma língua indecifrável para o sertanejo, o latim. No entanto, as pessoas assistiam à cerimônia com a tranquilidade de quem compreendia com a linguagem do coração. Eram movidas pela fé, alimentada na simbologia, através dos elementos religiosos que faziam parte daquele momento. Assim, a Igreja, a imagem de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, o terço, o padre, a oração, o sangue e o corpo de Cristo eram suficientes para alimentar a fé.

Outra pessoa que falou sobre esse período foi a senhora Ana Maria³⁴, que nasceu e passou boa parte de sua vida em Oiticica, hoje residindo na cidade de Quixadá. Presenciou momentos de alegrias e tristezas naquela comunidade, e recorda com saudosismo um passado que, para ela, guarda suas melhores lembranças. Nossa conversa ocorreu em um espaço que para ela funcionou como um estímulo para sua memória, por se tratar da rua em que morou com sua família durante boa parte de sua vida, infância e adolescência. Cita com muito entusiasmo os momentos de fartura no Sertão, e relembra:

No tempo das festa de setembro, isso aqui era muito animado (...).Era a gente nas capoeiras de algodão, apanhando algodão e a radiadora véa

³³ Lourdes de Castro da Silva (nome fictício), professora aposentada. Atualmente com 64 anos. Entrevista realizada em fevereiro de 2015.

³⁴Ana Maria (nome fictício). Atualmente com 67 anos. Entrevista realizada em 30/07/2010 em Oiticica, Ibareta, Ceará.

troando. De tardezinha era o pessoal passeando pra riba e pra baixo, vinha a ola, vinha a onda³⁵, vinha um horror de coisa do Quixadá pra cá, era muito animado. (ANA MARIA, 2013)

Dona Ana contextualizou o cotidiano de Oiticica no período das festas da padroeira, quando as atividades diárias eram embaladas pelos preparativos para esse momento. A festa movimentava um pequeno comércio e proporcionava um contato maior com pessoas de outras localidades, tendo em vista a dimensão dos festejos que, por um certo período, se transformou em uma das mais importantes festividades do Sertão Central do Ceará.

A comunicação, as brincadeiras e as músicas ficavam por conta da radiadora, que fazia a animação dos festejos e dava asas à imaginação, permeada de fantasias e desejos, como fala Dona Maria:

Tinha a pessoa lá que falava lá...era assim: quem quisesse falar, aí a gente ia cantar, ia eu, a Maria do Zé do bar, quem queria cantar música, né?AEuda... Muita gente ia cantar. Aí,às vezes a minha madrinha Mundinha dizia assim: – Fulano hoje vai ganhar um prêmio, quem adivinhar quem está cantando (risos). (MARIA FAUSTINO, 2009)

Dona Maria Faustino da Silva, 64 anos, mais conhecida por Maria do Oscar, me concedeu entrevista na sua residência na presença de sua filha. É dona de uma simpatia impressionante e uma narradora fascinante. Ao narrar, lembra com entusiasmo os acontecimentos daquela época e canta as músicas de Luiz Gonzaga como se ainda estivesse cantando na radiadora³⁶.

A brincadeira do caritó³⁷ fazia a animação dos rapazes e moças solteiras do lugar. Pegava-se uma lista com os nomes das moças solteiras e colocava-se no caritó, e o locutor passava a noite anunciando o nome de quem estava com a “sina” de ficar solteirona. Os namorados ou interessados pagavam para sua amada sair do tal lugar imaginário e, ao ser paga a prenda, o locutor anunciava o nome de quem tinha saído do “castigo” de ficar solteira para o resto da vida.

³⁵ O termo *Hola e Onda*, utilizado por Ana para designar alguns brinquedos do parque de diversão.

³⁶ As radiadoras eram muito comuns no período. Consistiam em cornetas de som, que ligada a um sistema de som, faziam as transmissões radiofônicas dos eventos.

³⁷ Local imaginário onde se abrigam as solteironas.

Dona Maria segue contando as animações das festas: ela dançava em circo, dançava e cantava em drama³⁸ e onde fosse necessário no período das festas. Ainda recorda as cantigas da época.

Lá das coisas da cidade
O melhor pra mim achar
É o trem correr na linha
Sem precisar ninguém empurrar.

Lá das coisas da cidade
O melhor pra mim achar
É automóvel correr na estrada
Fazendo foronfonfon
Eu sou a Zefinha, eu sou o Janjão
Eu sou a Maroca do pistolão

Quando eu vim lá de casa
Vim com tanta danação
Pulei por cima do muro
Rasguei a perna do calção.
(MARIA FAUSTINO, 2009)

A festa, nos moldes citados acima, perdurou até por volta do final da década de 1990, a partir de então a festa, que antes contava com um público e uma programação diversificados, foi ficando escassa ano após ano. Alguns fatores são apontados nas memórias como responsáveis pela diminuição do fluxo de pessoas nos festejos dedicados à Santa. Um dos fatores se refere às construções de pequenas capelas nas localidades circunvizinhas, contribuindo com o afastamento dos fiéis na programação da Igreja de Oiticica. Outro fator diz respeito ao fato de outras cidades vizinhas realizarem festas no mesmo período, direcionando o público para outra região, e aos poucos a festa ficou reduzida apenas ao culto religioso e a pequenas atividades sem muita expressão, a exemplo das quermesses.

As festas dançantes eram uma atração à parte e aconteciam geralmente na sala da residência de quem promovia a festa. Sanfona e zabumba davam o ritmo da animação para moças e rapazes e transformavam as noites escuras e estreladas do sertão em um cenário de muita animação. No entanto, os riscos de alguma ocorrência que viesse a desequilibrar a tranquilidade da festa eram grandes, tendo em vista que a venda de bebidas alcoólicas aliada ao costume do sertanejo de

³⁸O drama é uma brincadeira de danças e cantigas que ocorria em um espaço semelhante a tenda de um circo.

conduzir uma arma presa à cintura, dentre outros motivos, favorecia as desavenças nesses momentos.

la pra festa também.O caba chegava e exigia que fosse pra festa.Passava a noite todinha policiando a festa;oscaba dançando e eu lá.Teve uma vez que o caba disse: – Sr. Eduardo, eu quero que o senhor vá, que eu sei que tem muita gente armada.Quando chegar assim lá pras dez horas, eu vou ficar na porta do corredor, o senhor entra pela porta da frente.Entra e a orquestra para, a sanfona para, aí o senhor dá a busca. Dois pra dar busca num horror de gente assim. Mas eu fazia o seguinte: o dono da casa ficava assim, pra não entrar ninguém pra guardar a faca, eu ficava na porta e botava o soldado pra corrigir; os que fosse saindo eu ia corrigir. Teve uma vez que eu arranjei trinta e duas facas, tudo lá dentro da festa, e dois revólver. (SR. EDUARDO QUEIROZ, 2010)

A fala acima é do Sr. Eduardo³⁹, um policial aposentado que trabalhou na região de Oiticica e adjacências na década de 1970. Um homem que guarda na sua memória lembranças de uma época em que a voz do mais forte era a lei que imperava no sertão, e em muitos casos a violência era a forma de resolver os conflitos. Ele me recebeu em sua casa em uma manhã do mês de julho de 2010.Ofereceu-me uma cadeira, sentou-se à minha frente e, com muita desenvoltura, me falou sobre o passado.

A segurança pública da região no período era precária e não contava com um número suficiente de homens que pudessem garantir a segurança da população. Na década de 1950 e meados da década de 1960 não havia destacamento policial para Oiticica, ficando a segurança pública à mercê da boa vontade dos apaziguadores de plantão.

Senhor Mauro afirma que, especificamente na época da festa da Santa, sempre tinha uma desavença ou outra nos bares e botecos e, para fazer a segurança da festa, eles contavam com o apoio⁴⁰ da polícia militar de Quixadá. Nesses três dias, alguns policiais eram os responsáveis pelo policiamento da festa. Somente na década de 1970, é que Oiticica pode contar com um destacamento de dois policias, número insuficiente para manter a ordem em uma região conhecida

³⁹Sr. Eduardo Queiroz, 76 anos. Entrevista realizada em Quixadá, Ceará, em 23 de julho de 2010

⁴⁰ O apoio se dava através da proximidade entre sargento responsável pela corporação e alguns líderes da comunidade.

pela insegurança. Aqueles dois policiais teriam que percorrer vários povoados, de Oiticica a Nova Vida⁴¹, para “garantir” a ordem.

Se considerarmos o distanciamento do poder público no que se refere à segurança no período festivo, é possível imaginar o abandono pelo qual passava essa parte do sertão no seu dia-a-dia, ficando à mercê da própria sorte.

2.3. 2 A violência que assolava o Sertão

Em um estudo realizado por Otaviano Vieira Junior (2004) sobre a história da família no sertão do século XVIII e XIX, mais precisamente de 1780-1850, através de cartas de viajantes que percorreram as terras cearenses, podemos ter a dimensão das relações estabelecidas e das formas de se resolver os conflitos, passando bem à margem da lei. O autor salienta que a fragilidade da presença do poder instituído e o comprometimento com o interesse dos grandes fazendeiros contribuiu para a vulgarização da violência como meio de solucionar os conflitos cotidianos. Um dos viajantes, o inglês Henry Kostner, chamou atenção para os crimes de morte com sentimento de vingança. Em alguns casos, a vingança poderia ser deferida contra o próprio representante do poder instituído, como salientou um outro viajante, o escocês George Gardner, ao se referir à fragilidade da administração pública da justiça na região do Cariri. Em suma, era um cotidiano marcado por roubos, assassinatos e sobretudo pela incidência dos crimes de morte com sentimentos de honra, em um sertão marcado pela fragilidade do poder instituído, manipulado de acordo com os interesses dos proprietários de terra.

José Jucá, ainda no século XIX, equiparava a barbaridade dos crimes em tempos anteriores, assim como as severas penas aplicadas, ao inverso do que acontecia em seu tempo, que denominou de “maléfica desídia ou benevolência” (JUCÁ. 1914, p. 262). Observava que, à medida que a civilização aumentava, a lei se tornava mais branda e a impunidade imperava.

Assim, se por um lado folgamos de aplaudir o hodierno progresso dos conhecimentos humanos, força é confessar, por outro lado, lamentamos a manifesta ausência da manifestação do crime, que, no Ceará doe-nos dizê-lo, campeia de um modo assombroso. (JUCÁ. 1914, p. 262)

⁴¹Nova Vida é um distrito do Município de Ibaretama, localizado a 45 km da sede, já no limite com o Município de Morada Nova.

O autor segue relatando crimes bárbaros ocorridos nos sertões de Quixeramobim e Quixadá no século XIX, como homicídios, uxoricídios, entre outros, evidenciados pelo autor que finaliza as páginas de seu livro repudiando tais ações: “que no livro negro da criminologia fique registrado mais esse uxoricídio cruel, detestável vergonha da espécie humana” (JUCÁ, 1914, p. 285).

O que José Jucá observava em 1914, guardadas suas devidas peculiaridades, podemos observar na segunda metade do século XX, através de determinadas práticas que continuavam imperando no sertão. As dificuldades daquele período foram salientadas nas memórias do Sr. Eduardo:

Olhe, eu cheguei aqui em 29 de novembro de 57. Sabe o que era aqui? Uma mão dessa e isso aqui: cinco soldados, um sargento e um cabo. Era 7 pessoas destacadas para Quixadá, Ibaretama, Banabuiú, Choró (...). Tinha dois soldados pra Oiticica, dois em São Luiz, logo quando eu cheguei aqui, mas aí os dois da Oiticica mataram um, ficou só um soldado⁴²(...) e num tinha quem quisesse ir pra lá mais. Ficou só os dois do São Luiz; São Luiz resolvia tudo. Aí um dia chegou um parente meu que era da polícia, tenente, aí disse: rapaz, tu num quer ir pra um destacamento, não? Eu vou já falar com o capitão. Fale. Aí o capitão disse: rapaz, o destacamento que tem aqui é na Oiticica, mas num tem soldado que queira ir pra lá porque na última vez mataram um, eles tão com medo. Eu disse: pode me botar. Aí eu fui procurar dentro do quartel, num tinha quem quisesse ir. Aí tinha um que bebia muita cachaça. Sabe que bebo é bicho nojento! Disse: eu vou. Pedimos um caminhão ao Zé da Páscoa, era prefeito nessa época, foi quem deu o caminhão. Eu saí dessa casa aqui doze horas da noite. Eu gostava de chegar em destacamento de noite para quando amanhecer o dia já estar lá. (...) Aí o camarada começou a beber, veio simhora, aí foi outro, aí bebia também, era aquela coisa medonha, aí passei cinco dias sozinho e Deus. O cabra veio pra cá, ficou no quartel, pegou três dias de cadeia(risos) pra não ir mais pra lá. Disse: eu fico preso mas num vou mais. (SR. EDUARDO, 2010)

Sr. Eduardo se refere a um período em que o sertão ficava à mercê da própria sorte quando o assunto era segurança, e os atos de violência eram tão comuns que dificultavam até mesmo o policiamento para a região, pois os mesmos temiam por suas vidas. Segundo Sr. Eduardo, “à noite o pessoal tava bebendo, o bar era cheio, cheio, tudo armado de faca” (Sr. EDUARDO QUEIROZ, 2010). Portanto, no caso de uma desavença, as possibilidades de ocorrer um homicídio eram grandes. No mesmo sentido nos fala Otaviano sobre o uso das armas nos sertões cearenses: “Nas vestes dos sertanejos, além dos obrigatórios

⁴² O soldado o qual se refere Sr. Edson é o mesmo que se envolveu na morte já citada de Fernando Cabral.

acessórios de couro, as armas integravam o traje do dia a dia. Facas – como “parnaíbas”, “catanas”, ou armas de pólvoras – como bacamartes e pistolas eram signos da sua belicosidade.” (VIEIRA JÚNIOR, 2004, p. 172)

Esse medo pelo qual passou o policial era algo muito comum em tempos anteriores, pois era “constante exposição à morte pela qual passava os representantes legais da justiça, cujas imposições de prisões contra membros de famílias numerosas e tradicionais poderiam ser punidas com o assassinato das autoridades”. (VIEIRA JÚNIOR, 2004, p. 164)

Ao tomar a responsabilidade para si e permanecer no destacamento, Sr. Eduardo relembra que a solução era a conversa para evitar as possíveis brigas nos bares. Contava com uma arma de fogo, um fuzil, como medida de precaução. Ele ainda tinha que percorrer toda região da Serra Azul a cavalo, pois não dispunha de carro para esse trabalho, tendo que enfrentar as mais diversas situações.

Em uma região que tinha a política local como motivo de muitos dos desentendimentos, e se organizava em torno das trocas de favores típicas da política coronelística aos moldes dos currais eleitorais da República Velha, já eram de se esperar determinadas práticas no que se refere à proteção ou não de determinadas pessoas, como relata Sr. Eduardo ao se referir a um episódio vivenciado por ele:

Eles chegaram lá na praça e disseram: aqui quem manda é nós. Quando for preciso prender um, a gente diz pro soldado prender. Quando for pra soltar, a gente diz que é pra soltar [...] Aí eu disse:

– Rapaz, é o seguinte: eu vim pra cá a mando do major. Ele disse que eu viesse aqui pra cumprir ordem. Eu não vou cumprir ordem de partido não sei de quem. O que não tiver razão vai pro xadrez, o que tiver, eu não vou atrás de ninguém não. Não vou beber mais ninguém. Não vou pedir nada a ninguém. Se vocês quiserem assim, bem. Se não quiser, eu tô com a chave da minha casa aqui no bolso. Tinha político que, quando prendia, queria tomar o preso [...] queria tomar do soldado. Aí, quando foi um dia, na festa, quando foi assim oito horas da noite, o pessoal tudo dentro da Igreja, aí eu peguei o cabra. E poste nesse tempo não era como esses postes hoje, não, era de trilho de linha de ferro. Se agarrou e ficou colado ali no trilho, aí quando eu cuidei, chegou [...] o cabra era morador. Eles vinham à procura pra tomar, né? Aí eu cortei:

–Num venha ninguém pra cá, não, porque se vier, num dá certo não.–Eu tava com um revólver na mão.–Num venha, não, porque aonde eu tô, ninguém toma preso, não. Pra você ver como é bom ter ordem. (EDUARDO QUEIROZ, 2010)

O que Sr. Eduardo relata era comum nos sertões cearenses, não sendo uma prática apenas da Serra Azul, tendo em vista que a lei no sertão era a do mais forte. E quando ele se refere à ordem, se remete à Ditadura Militar, pois, para ele, enquanto representante das forças militares, esse foi um período muito bom que não deveria ter acabado.

O presidente do período citado era o General Emílio Garrastazu Médici, um governo militar em que a repressão se fez perceber com mãos de ferro. As vozes foram “silenciadas” e as lutas a favor da democracia faziam parte da vida de muitos que sonhavam com a liberdade. No Ceará essas lutas tomaram corpo nas ações dos guerrilheiros que ousaram rebelar-se contra a ditadura. Confrontos, assaltos, sequestros faziam parte dessas ações e eram sufocados pela polícia (FARIAS, 2007). As ações da ditadura eram camufladas pelo olhar direcionado ao milagre econômico da época e às propagandas de um Brasil de paz e tranquilidade. E é esse Brasil ao qual se refere Sr. Eduardo, que era um representante desse sistema no sertão, obedecendo com fidelidade às ordens dos comandantes. Essa ordem se confundia com a política local, na qual, nas palavras do Sr. Eduardo, “tinha a ditadura, mas os políticos mandavam pelo mei”. (EDUARDO QUEIROZ, 2010)

Dentro desse contexto, os crimes aconteciam sem que, em muitos casos, fosse possível contar com a presença da lei, pois esta, muitas vezes, chegava ao local horas após o crime acontecido. Tais crimes permaneceram na memória e influenciaram nas representações da morte que permearam a imaginação da população local no período estudado em uma via de mão dupla: os crimes originavam os presságios, que anunciavam novos crimes, despertando o medo na população.

Foi nas proximidades da Terra da Santa que, na década de 1950, ocorreu uma morte trágica e violenta que marcou essa pequena parte do sertão cearense, despertando na sensibilidade das pessoas vários sentimentos que viriam a influenciar posteriormente no comportamento da comunidade e na formação de um imaginário sobre a vida, a morte e o pós morte. Esse imaginário produziu a “Maldizença”, um mau presságio que era percebido através do sentido da audição, mas imperceptível à visão, e que exerceu certo domínio sobre as emoções de quem a escutou.

3 A INVENÇÃO DA “MALDIZENÇA” COMO UMA ANUNCIAÇÃO DA MORTE

No início da segunda metade do século XX, Oiticica, uma pequena comunidade do Sertão cearense, foi cenário de algumas mortes violentas. E uma em específico, a de um homem chamado Carlos Vieira, chamou atenção das pessoas pela frieza e crueldade da ação. A morte em si gera múltiplos sentimentos oriundos da perda, e a ideia do desaparecimento definitivo de uma pessoa conhecida, e, em maior escala, de um ente querido, desperta o medo do desconhecido. Quando é trágica, parece extrapolar os limites das emoções e da curiosidade humana acerca da morte e dos mistérios do Além. Para as crenças e religiões que nele acreditam, seus mistérios estão além do humanamente permitido conhecer; somente a imaginação humana consegue ultrapassar as fronteiras que separam o mundo dos vivos e o dos mortos e construir um pensamento sobre o assunto.

De uma forma ou de outra, dos que se foram permanece apenas a lembrança do vivido e do momento da partida. Cabe à memória, enquanto guardiã das ações e acontecimentos percebidos pelos sujeitos, lembrar daqueles que se foram e de suas ações. É no exercício de recordar que os narradores transmitem o passado de várias formas, não só através da voz, mas dos gestos, dos silêncios, do tom de voz, que se apresentam como elementos indicadores das emoções. Nessa linha de raciocínio, James Fentress e Chris Wickham (1992) chamam atenção para o fato de que recordamos não apenas conhecimento, mas também sensações, e que a memória está sempre operante no nosso espírito. Nesse sentido é que os sujeitos constroem suas narrativas, de acordo com o vivenciado, ou conhecido, e das representações que fazem do mundo a partir da vivência social. Apresentam-se, assim, como testemunhos de seu tempo e de suas vidas.

3.1 A MORTE DE CARLOS VIEIRA E OS PRESSÁGIOS DA “MALDIZENÇA”.

Foi nas terras de Oiticica que, na década de 1950, uma morte violenta marcou uma pequena parte do Sertão cearense, despertando vários sentimentos que viriam a influenciar posteriormente o comportamento das pessoas. Segundo as memórias, um senhor, Carlos Vieira⁴³, foi morto de uma forma brutal que chocou a comunidade de Oiticica. Casado com uma jovem senhora e residindo em uma

⁴³ Nome fictício.

fazenda local, onde também residia a família de sua esposa, esse homem passou a manter um relacionamento amoroso com sua cunhada. Isso gerou um atrito em família e despertou sentimento de raiva, sobretudo no sogro e na sogra, que passaram a acreditar ter a honra da família manchada pela infidelidade de Carlos Vieira para com a filha, e ao mesmo tempo expondo a segunda filha à condição de amante. Tal fato era vergonhoso para a sociedade do período, em se tratando das moças de família, principalmente nas comunidades rurais, em que os valores morais eram mais arraigados. A morte foi a sentença dada por essa família a Carlos Vieira como forma de vingança pela traição, acreditando que a honra da família estaria “limpa” após a execução da sentença. Certo dia, Carlos Vieira se dirigia até o centro do povoado e foi vítima de uma emboscada. Encurralado e sem defesa, Carlos foi morto a golpes de foice e facão e esquartejado em pequenos pedaços.

A morte de Carlos Vieira seria apenas mais uma, das tantas ocorridas no sertão, se não permanecesse na memória da comunidade como a morte que evidenciou o fenômeno que se convencionou chamar de “Maldizença” ou “Choro”. Segundo as memórias, por ocasião dessa morte algumas pessoas escutaram vozes, choros, gemidos que se misturavam aos gritos e pedidos de socorro, rogando aos santos para aliviar o sofrimento. Porém, apesar da nitidez com que se escutava e da sensação de proximidade de algo ruim que traria sofrimento, nada do que se ouviu tomou forma diante da visão, deixando apenas a curiosidade e as especulações sobre uma “Maldizença” que teria “aparecido”⁴⁴ no ar no dia anterior. Para contar essa história, iniciarei pelas memórias do Sr. Josino.

A primeira que houve⁴⁵ foi essa do finado Carlos. Foi a primeira vez, aí de lá pra cá emendou. Aqui, acolá, com um ano, dois [...] foi uma morte horrível de foice [...] se ouviu uma maldizença muito grande, chorando e se maldizendo, uma hora tava aqui, outra hora se maldizia lá pracolá. Aí, quando tinha a “Maldizença”, podia esperar, havia morte... (JOSINO LUIZ, 2009)

As expressões de Sr. Josino, ao narrar, nos dão a dimensão do que significou para a comunidade esse acontecimento, e ao mesmo tempo deu indícios

⁴⁴ O termo “aparecido” é utilizado aqui da forma que é compreendido pelas pessoas que compartilharam suas memórias comigo, ou seja, para designar a existência ou ocorrência de algo visível ou não, podendo se apresentar apenas através dos sentidos e sensações.

⁴⁵ Sr. Josino afirma que a primeira vez que se ouviu o presságio foi na morte de Carlos, porém, há indícios nas memórias de raras manifestações anteriores, sendo que ela foi evidenciada a partir da morte de Carlos Vieira,

de que outras mortes que se sucederam serviram de estímulo para a recordação de tal morte, considerando que, segundo as memórias, foram precedidas pela “Maldizença”.

Complementando a narrativa anterior, Sr. Mauro afirma.

Eu era rapazote. Eu que fui buscar o delegado numa motocicleta, chamava motocicleta, moto era motocicleta, aí como tava o povo tudo afobado eu disse:

– Me dá aí a motocicleta que eu vou buscar o delegado.

Era até o Júlio Esteves [...] aí ele vei, levou o morto pra lá [...] era uma imbirra medonha, né? Foi os cunhados que mataro [...] Ele pegou um namoro com a cunhada, aí começou disso... (MAURO FREITAS, 2009)

A morte desse homem ganhou notoriedade ao ser associada ao fenômeno da “Maldizença”, uma crença que contém em seu bojo práticas socioculturais da comunidade, onde se mesclam violência e elementos da religiosidade popular. As narrativas indicam uma morte violenta, dolorosa e sofrida, que não se diferencia do histórico de mortes da região, porém, devido às circunstâncias em que ocorreu, com o esquartejamento e os gritos de dor, essa morte foi considerada um acontecimento terrível.

No mesmo sentido escutei a narrativa do Senhor Eduardo⁴⁶, que, mesmo tendo chegado a Oiticica anos após o acontecimento aqui evidenciado, ficou sabendo do acontecido através das narrativas dos moradores. Narrou esse fato de acordo com a pergunta que lhe foi dirigida: “O senhor já ouviu falar sobre a “Maldizença”? Ao responder que sim, já iniciou sua narrativa com o fato de que, para ele, assim como para os demais, estava associada ao fenômeno. Ao organizar sua narrativa, escolheu a morte de Carlos Vieira, transmitindo a ideia da necessidade do conhecimento do fato para que fosse justificada a “existência” da “Maldizença”. A história dessa morte lhe foi contada em uma das primeiras conversas com os moradores:

Quando eu cheguei lá foi a primeira conversa que eu ouvi:

– Tenha cuidado que aqui matam gente é cortado de machado.

Antes de nós chegar lá, tinham matado um cara [...]. Ali tem um lugar chamado de Ôco. Lá morava um casal; o pai e os irmãos da mulher moravam lá também. Parece que ele judiava muito com a mulher. Sei que mataram o miserave. Lá nos mato, eles usam um pau pra lascar lenha com o machado, num sabe? O povo faz fogo à lenha. Sei que se juntaram os

⁴⁶ Senhor Eduardo Queiroz, nome fictício, na ocasião com 76 anos. Entrevista realizada em 23/07/2010 em Quixadá, Ceará.

irmãos da mulher com o pai, aí os dois pegaram o cara, o cunhado, seguraram, que eram novo, e o véi foi cortando ele naquele pau de cortar lenha. Começou pelas pernas, subiu pelas pernas... Sei que cortaram eletodim(...). Elevei pra cá num saco de estopa, rapaz. (...) O véi foi quem matou; os filhos seguraram e ele matou. E ele se maldizendo, até chegar nas pernas, ele se maldizendo e aguentando, aguentando, passou pros braços, cortando, até morrer. E ele vivo, só gritando: ai, ai, ai. Aí esse ai, ai, ai ainda existia quando nós chegamos lá. Eu saí uma vez pra uma diligência aí minha mulher ficou, que morava lá também, ficou mais outra mulher, aí disse: Chica, o que é aquilo? Já era quase onze horas da noite. Não, dona Maria, isso aqui aparece [...]. É no espaço, né, como se tivesse voando assim: ai aiai, aquela maldizença... (EDUARDO QUEIROZ, 2010)

As memórias trazem pontos de vistas diferenciados no que concerne aos fatos, mas são unânimes quanto à relação da morte violenta com o “Choro”. Sr. Eduardo chega a insinuar que uma das vozes da “Maldizença” é de Carlos Vieira. São perceptíveis também alguns elementos que são agregados às narrativas através da transmissão oral ao longo do tempo, mesmo que seja um intervalo de tempo curto, no que concerne ao tempo histórico, mas que podem funcionar como mais um indicador da morte desse homem com o “Choro”. Ou seja, quanto mais sofrida, mais difícil de ser aceita sem o sentimento de piedade e compaixão de quem escuta, a exemplo do que foi citado por Sr. Eduardo que, na sua versão, se refere ao “pau de lascar lenha” como o lugar de padecimento de Carlos Vieira, indicando o esquartejamento do corpo. As reelaborações da memória através do processo de transmissão oral evidenciam as percepções do acontecimento pelos sujeitos, que, nesse caso, serve para reafirmar uma memória da “Maldizença”.

Vejamos a narrativa do Senhor Antônio Maria⁴⁷, conhecido por Antônio do Circo, coveiro do cemitério local. Tive duas oportunidades de conversar com Sr. Antônio e presenciar as elaborações por ele feitas para compor sua narrativa a partir do exercício da recordação, o que resultou em mais de duas horas de conversa. Nas duas oportunidades conversamos no seu local de trabalho, o que serviu como um estímulo, uma vez que é guardião de uma memória de vários momentos presenciados por ele, em que a morte é responsável pela ruptura temporária da ordem social, promovendo momentos de comoção e tristeza. Ofereceu-me uma cadeira, já gasta pela ação do tempo, mas que serve de descanso para aqueles que chegam para visitar seus mortos, sentou-se sobre uma pedra ao nosso lado, e sob a sombra de uma árvore ao lado dos túmulos e catacumbas, Sr. Antônio ficou à

⁴⁷ Antônio Maria de Andrade, 64 anos no momento da entrevista, realizada em Oiticica, Ibaretama, Ceará, em 16 de agosto de 2009.

vontade e me falou sua história de vida desde sua chegada à comunidade na década de 1960. Chegou como artista circense, daí o apelido pelo qual é conhecido até hoje. O circo em que trabalhava chegou a Oiticica no ano de 1965, e cansado da vida de artista andarilho, fixou residência na comunidade, constituiu família e lá permanece até os dias atuais. Mostrou-se um excelente narrador, e era visível a vontade que tinha de falar, de contar suas histórias, de compartilhar suas memórias com alguém, enfim, de se fazer ouvir. Ao ser indagado sobre a morte de Carlos Vieira, ele nos responde:

Eu não conheci ele, não, mas conheço muito bem a história, porque desde que eu cheguei aqui todo mundo conta essa história e todo mundo conta do mesmo jeito[...] Aí é como eu falei: ele era casado, aí tinha essa cunhada dele que tinha de treze pra quatorze [...] mocinha nova. Aí também apaixonou-se por ele. Eles namoravam mesmo, de verdade, aí primeiramente a mulher dele soube, mas como a mãe dela e os irmãos eram de uma família valente, foi encobrindo, encobrindo, até que um dia a mãe dela soube. Quando soube, perguntou a ela se ela já sabia. Ela disse que sabia, mas só que não tinha dito por esse motivo assim e tal, aí ela disse:

– Pois nós vamos matar ele.

– Não, mãe, eu vou mandar ele ir embora.

Aí a mulher dele falou com ele pra ele ir embora, ele disse que não ia [...]. Aí ficou aqui, e namorando com a mulher e com a cunhada. Quando foi um dia, ele veio pra rua⁴⁸[...]. Quando ele vai daqui pra lá, a mãe dela já tava esperando no portão e dois filhos. Já era de noite, ele num viu. Quando foi passando, a vó deu uma foçada mesmo assim nele, derrubou. Quando derrubou, aí disse pros filhos:

– Se vocês for homem, me ajude.

Caíram em cima que nem um bando de urubu, mas diz que o pedaço que ficou inteiro foi as canelas, o resto ficou todo espedaçado... (ANTONIO MARIA, 2013)

Sr. Antônio põe em evidência em sua narrativa a participação da sogra de Carlos Vieira na morte do genro, salientando que a morte teria sido tramada por ela, e que a mesma teria iniciado o ato bárbaro e incitado sua família em seguida a completar o que ela havia iniciado. Nesse sentido, coloca a mulher como protagonista de uma ação que se pretendia eminentemente masculina. Vejamos o que fala Dona Lourdes sobre esse acontecimento:

Eu lembro, foi cruel. Lembro demais. Foi um dia de domingo, eles moravam numa casa bem distante. Eu criança mas sempre fui muito curiosa, né? E ouvi umas conversas que existia um negócio de um namoro, e quando foi um dia de domingo, nove horas, mais ou menos, era um barulho medonho, um chororô [...]. E ele tinha vindo pra cá comprar carne e já ia voltando com a

⁴⁸ A rua é uma referência ao centro do povoado, pois Carlos Vieira residia em uma das fazendas que compõe o distrito de Oiticica.

carne do almoço. Todo domingo ele vinha [...]. Aí no passadiço, quando ele foi passando, foi o sogro, a sogra e os cunhados mataram. Mas foi cruel a morte dele, cortaram todinho de foice, machado. Aí lembro que trouxeram pra cá, pra essa escolinha, e trouxeram os presos também [...]. Todo esquartejado, aí a polícia veio e levou pra Quixadá. Eles contam que era uma amizade de cunhados, a filha, que era a Marta⁴⁹, que era a mais nova dos velhos, gostava do finado Carlos, que era casado com a irmã da Marta, que justamente era a mãe da Alzira. (DONA LOURDES, 2015)

Enquanto para o Sr. Antônio o assassinato ocorreu à noite, para Dona Lourdes foi em uma manhã de domingo. Na sua versão também aparece à figura da sogra na participação do crime, e aponta para a prisão dos assassinos. Se considerarmos as relações de gênero no período, podemos inferir o que significou a participação da mulher nesse crime. Mulher, esposa, e mãe são três adjetivos que não condiziam com a prática do crime para a sociedade em questão, sobretudo quando esta conduz esposo e filhos a praticarem uma ação criminosa.

Destaco agora a narrativa de Dona Alzira Vieira⁵⁰, uma senhora de 72 anos de idade, a primeira filha de Carlos Vieira, que tinha por volta de cinco anos de idade quando seu pai foi morto. Não se recorda da fisionomia dele por ser ainda criança quando o perdeu de forma trágica. Por ter convivido pouco tempo com o mesmo, não se furta a narrar com detalhes os fatos acerca dessa morte, que chegaram ao seu conhecimento através da sua mãe.

Meu pai, eu era criança ainda, quando se juntou o sogro, a sogra, os cunhados e mataram ele. Pegaram ele à traição, passando debaixo de uma moita. Eu só sei disso porque minha mãe contou [...]. Pois bem, aí se juntou essa ruma de gente e ataram meu pai, eu era pequena. Deixaram minha mãe viúva [...]. Dizem que é porque ele namorava com a cunhada, a irmã da minha mãe. Mas com certeza porque ela queria, né? [...] Ela [avó] era a mais enxerida, com o marido e os filhos. Dizem que ela foi quem rolou isso aqui dele, as duas munhecas [pulsos] dele, ficou agarrado numa coisinha de couro, diz o povo que ela foi quem fez. Depois de morto cortaram a garganta dele, só não fizeram apartar, mas dizem que ficou agarrado só aqui atrás. Ora! No mato, né? Uma moita de mufumbo muito grande, ninguém via, né... (ALZIRA, 2015)

Na narrativa de Dona Alzira é explícito o rancor que ela nutre em relação à família de sua mãe por ter ceifado a vida do seu pai. Por não ter convivido com a figura paterna, lamenta essa lacuna na sua vida, porém lamenta muito mais pela sua

⁴⁹ Nome fictício.

⁵⁰ Alzira Barbosa Vieira, 72 anos. Entrevista realizada em 25 de janeiro de 2015 em Quixadá, Ceará.

mãe, ao afirmar que a deixaram viúva. Refere-se à sua avó com desprezo e afirma que era a mais “enxerida”, ou seja, a mais interessada na morte do seu pai, a que planejou, coordenou e participou efetivamente da ação criminosa.

Quanto aos motivos que incentivaram o crime, dona Alzira em momento algum atribui ao pai responsabilidade pelo adultério. Para ela só aconteceu porque sua tia foi conivente, e assim a narradora concebe a ideia da mulher recatada, que deve se “dar ao respeito” e seguir à risca o papel que lhe cabe, de submissa, reprimindo, como nesse caso, as paixões “impossíveis”.

Os narradores agregam elementos diferenciados às suas narrativas sobre essa morte. Porém, ao observar tais elementos como a foice, o machado, o pau de lascar lenha, a forma do esquartejamento, quem praticou a ação, as palavras utilizadas, as expressões, comportamentos etc., todos indicam a fragilidade da vítima no momento da morte. Consequentemente, isso reflete o significado dessa morte para a comunidade.

James Fentress & Chris Wickham (1992), apontam que, naturalmente, a memória é subdividida em duas. Há uma parte objetiva que retém os fatos, que se limita a conservar o conhecimento e é relativamente passiva – no caso da morte de Carlos, a percepção do fato e o motivo que o desencadeou. A segunda parte é subjetiva, carregada de informações e sentimentos inerentes a cada um de nós, e é mais ativa, pois toma consciência e interpreta subjetivamente. No caso em questão, é a explicação para as versões diferenciadas no que tange à forma de transmissão do acontecimento. Campo que se restringe ao pesquisador, que tenta transmitir, através da escrita, os sentimentos observados no momento da narrativa do sujeito e que são fundamentais para a compreensão do objeto.

Se faz necessário observar que a transmissão dos acontecimentos passados de geração a geração são agregados elementos oriundos desse lado subjetivo da memória. Para Julie Cruikshank (2006, p. 156), diferentemente do pensamento do passado, que considerava uma limitação para o conhecimento, atualmente essa subjetividade se apresenta como uma virtude da História Oral. Sabe-se que os fatos que são pinçados nas narrativas de histórias de vida ajudam na compreensão de como o passado é construído e integrado à vida de uma pessoa.

Mas o que tornou essa morte tão significativa para a comunidade, considerando que não era a primeira vez que acontecia uma morte violenta? O que levou a comunidade a associar essa morte com os agouros da “Maldizença”? Destacarei o sofrimento, a violência e as concepções religiosas em torno da morte como elementos responsáveis pela percepção traumática dessa morte e da sua ligação com o “Choro”.

O acontecimento violento e traumático, como uma ruptura da ordem social estabelecida, agrega o sofrimento, que, segundo Arlette Farges (2011), gera modos de assistência e sentimentos de compaixão, podendo tanto seduzir quanto repugnar. Para essa autora, a fratura formada pela dor também é um laço social, que as falas de queixa e de sofrimento marcam, e regulamenta um lugar na sociedade que lhe sobrevém. E, no mesmo sentido, a dor diretamente ligada à mágoa é uma forma de relação com o mundo. Joël Candau (2011) afirma que o sofrimento une mais que a alegria, e que a memória se enraíza com mais frequência em um lacrimatório, ou na memória do sofrimento. O que Candau atribui às grandes tragédias, reafirmo ao sofrimento de um indivíduo em particular e às consequências em uma dada comunidade.

A violência, por sua vez, desestabiliza a ordem social, fixando um estado de insegurança. Susan Sontag, ao citar Simone Weil, observa que “a violência transforma em coisa toda pessoa sujeita a ela [...] pode elevar uma pessoa a ela submetida à condição de herói ou mártir” (1993, p. 16). De fato, Carlos Vieira permanece vivo na memória daqueles que o conheceram, ou que ficaram sabendo dos acontecimentos traumáticos que o levaram a óbito. Ao refletir sobre a morte na sociedade contemporânea, Norbert Elias destaca que “a morte do outro é uma lembrança da nossa própria morte” (2001, p.16,17). A visão de uma pessoa moribunda, e em maior escala de um corpo sem vida, e com sinais de violência, abala as fantasias defensivas de uma pessoa, que são construídas como uma espécie de muralha contra a ideia da própria morte.

O homicídio precedido de tortura se torna mais assustador se pensarmos na racionalidade humana. Vejamos o que nos fala Morin a esse respeito:

O fato de a violência do ódio se poder traduzir por tortura até a morte e homicídio revela-nos claramente que o tabu de proteção da espécie já age. O homicídio é a satisfação de um desejo de matar que nada pode sustentar.

Mas isto é apenas a face negativa. A face positiva são a volúpia, o desprezo, o sadismo, o encarniçamento, o ódio, que traduz uma libertação anárquica, mas verdadeira, das “pulsões” da individualidade em detrimento dos interesses da espécie. (MORIN, 1970, p. 64)

Edgar Morin chama atenção para o homicídio enquanto desejo de se afirmar pela destruição de alguém. Em diálogo com Hegel, afirma que, em um duelo de morte, quem triunfa necessita do reconhecimento do derrotado, que não pode fazê-lo após a morte. No caso da tortura, Hegel afirma que é a síntese entre o desejo de negar e humilhar outrem. (MORIN, 1970, p. 75)

Por fim, cito as questões religiosas em torno do fim da vida, a partir da crença na existência de uma vida no Além, fruto de um imaginário que se formou ao longo do tempo acerca da morte. Partindo dessa premissa, é necessário buscar a salvação, pois esse é o objetivo de Deus para todo ser humano, e essa é a mensagem que ao longo dos séculos vem sendo pregada pela Igreja cristã ocidental (BRITO, 2005).

No caso da morte de Carlos Vieira, ocorreu uma ruptura ritualística cristã em decorrência da morte repentina em que o indivíduo não dispõe de tempo para se preparar para o fim. No mesmo sentido, o esquartejamento do corpo rompe com a premissa de que os mortos ressuscitarão, logo o corpo não pode ser violado sob pena de o espírito não encontrar sua morada no momento da ressurreição. Acreditamos que tal fato também influenciou nas percepções dessa morte e das que vieram posteriormente prenunciadas pela “Maldizença”.

Nesse sentido é que a morte passa a ser permeada por várias simbologias e ritos que ao longo do tempo vem deixando seus vestígios de geração a geração. A começar pela preparação para a morte – no caso de uma “boa morte”, que é ritualizada desde a sentinela para com o doente na presença da família, amigos e vizinhos – passando pela ritualização no velório com todos os cuidados necessários para com o corpo do morto e se estendendo até o enterro (REIS, 1991; MARTINS, 1983; ARIÈS, 2003).

O corpo do morto é significativo no que concernem as questões religiosas em torno da morte na história. Os cuidados com o corpo morto foi estabelecido de acordo com o pensamento religioso de cada época. Cláudia Rodrigues e Conceição Vilela Franco (2011) afirmam que a partir de meados do século XIX no Brasil,

ocorreu uma transformação no que se refere aos cuidados e rituais relativos ao corpo morto. Na cultura funerária cristã da sociedade colonial e das primeiras décadas do Império, o corpo morto era associado ao universo do sagrado, a salvação da alma, e uma vida após a morte.

Apesar do contato da cultura lusitana com as crenças indígenas e africanas no Brasil, predominou as representações do catolicismo a cerca do corpo morto perante os lusos brasileiros. No entanto existiram concomitante as representações do catolicismo, práticas diferenciadas e específicas dos vários grupos étnicos, e no mesmo sentido a existência do sincretismo religioso em algumas regiões.

Apesar da diferenciação entre corpo e alma, verificada na época moderna, ambos permanecem ligados na concepção Cristã. Somente com o dualismo cartesiano, corpo e alma se desvincula, o corpo passou a ser associado à matéria e a alma ao espírito. Nessa lógica a distinção se daria efetivamente na crença em duas substâncias. Para Descartes a união entre corpo e alma era apenas um fato da existência, sendo que esta existiria independente do corpo que habita. Desse momento em diante, até por volta do século XIX, apesar de se manter a crença na ressurreição da alma, os cientistas passaram a conceber o cadáver como matéria. (RODRIGUES; FRANCO, 2011).

Esse pensamento desvinculou as preocupações morais e religiosas das dissecações de cadáveres que foi difundida a partir do século XVI, chegando ao século XVIII como uma prática comum perante a sociedade cristã. A partir de então a figura do médico ganha visibilidade em relação à figura do sacerdote por conta da desvinculação das “doenças do corpo” e as “doenças da alma”.

Até o desenvolvimento dessa nova concepção mais medicalizada, predominou o significado religioso, segundo a qual a enfermidade do corpo era encarada como a ocasião na qual os demônios poderiam tomar a alma do fiel, aproveitando-se das fragilidades ocasionadas pela doença. Por isso era fundamental que, em sua ocorrência, o sacerdote estivesse presente para que, em sua ocorrência, o sacerdote estivesse presente para que, com ritos e orações apropriados, o enfermo se sentisse confortado para a hora do “passamento”. Os chamados “últimos sacramentos” (penitência, eucaristia e extrem-unção) adquiriam a importância de proporcionar conforto, força, esperança e auxílio na hora da morte. Traziam também a possibilidade de cura da doença do corpo, haja vista, nessa época, como resultado de um mal da alma; daí a eficácia das orações empreendidas pela Igreja Católica e seu clero. (RODRIGUES; FRANCO, 2011, P. 178).

Apesar dessa diferenciação decorrente do cartesianismo, nas concepções religiosas populares, o sentimentalismo com relação ao corpo do morto permanece como um prolongamento da imagem da pessoa diante dos olhos, mesmo que por um curto espaço de tempo antes do enterro. Manter o corpo do morto intacto auxilia na memória que será guardada da pessoa que fez o trespassse. O que não condiz com uma morte violenta, como no caso de Carlos Vieira, onde o corpo é violentamente destruído, tirando dos parentes a possibilidade de concretizar as práticas e ritos fúnebres comuns na cultura religiosa cristã.

3.2 E DEPOIS DISSO “EMENDOU”: OUTRAS MORTES SÃO ANUNCIADAS

O título desse ponto é uma frase pronunciada por Sr. Zoza ao se referir aos acontecimentos posteriores à morte citada acima. Em dezembro de 1961, mais uma vez algumas pessoas escutaram vozes trazidas pelo vento, que choravam, gritavam, se lamentavam e pediam socorro, causando medo em quem tinha a audição invadida pela sensação de sofrimento anunciado por essas vozes. Assim, no dia seguinte, a angústia havia tomado conta de quem havia escutado a “Maldizença” na noite anterior.

O “Choro” foi escutado poucos dias antes do casamento de Dona Alzira, filha de Carlos Vieira. A cerimônia aconteceu no Natal, 25 de dezembro. No momento em que acontecia a cerimônia no interior da Igreja, um crime estava sendo executado no pátio da mesma. Um homem que tinha por nome Valdomiro⁵¹ foi assassinado a golpes de faca na presença dos moradores que se encontravam no local. Dona Alzira recorda com precisão desse crime.

Morreu quase em cima da calçada, e naquela hora que estavam esfaqueando ele, nós saímos da Igreja por aqui. Tinha acabado de casar. Não passamos por riba dele porque não era para passar, mas passamos vendo ele estirado ali e o povo correndo. Já tinha acabado de matar, né! (ALZIRA, 2015)

Uma das pessoas que nos falou sobre essa morte foi Dona Maria Nogueira Viana⁵², que presenciou o acontecimento quando ainda era muito jovem, sendo também uma das pessoas a ouvir a “Maldizença” que antecedeu esse momento. Dona Maria conversou comigo na calçada de sua residência na presença

⁵¹ Nome fictício.

⁵² Maria Nogueira Viana, na ocasião da entrevista com 68 anos. Entrevista realizada em Oiticica, Ibaretama, Ceará, em julho de 2009.

de amigos, e com muita clareza narrava os acontecimentos à medida que a lembrança emergia em sua memória, trazendo as recordações do passado.

Ai, ai, assim como se tivesse matando. Lá pracolá onde houve aquela morte, dentro daquela capoeira acolá, no tempo que houve umas mortes que mataram o finado Carlos todo rolado de foice, de facão [...] Umamaldizença daquela parece assim uma pessoa que tá matando outra, maltratando, sabe? [...] Aquelamaldizença se maldizendo, ai, ai... Uma noite eu acordei o João. Vinha daquele lado ali do cajueiro⁵³. Eu morava naquela casa perto do cemitério. Uma vez eu vi aqui, bem pertim. Essa foi pouco tempo, mas a de dentro da capoeira foi de passar um bom pedaço. Só eu ouvi nesse dia, quando acordei o João e disse: “Tu ouviu aquela maldizença?” [...]. Num é nem na terra, é assim no ar. No dia que a Elvira ouviu, Ave Maria! A Elvira foi na porta dela, a Elvira ouviu o choro. Ói aquela morte que houve aí. Já houve muita morte aqui nessa Oiticica: houve uma aí, houve outra ali na calçada [...] aquela morte dali [...] e essa daí eu ia saindo da Igreja [...]. Era o finado Valdomiro, você num conheceu não. Muié, mataram ele aí e a véa em cima, a mãe dele em cima pedindo. Parecia um bocado de cachorro agarrado, chega a poeira cobria e a faca [...]. Era bem três. Ele veio acabar de morrer dentro dessa casa, acredita? Ainda correu. (MARIA NOGUEIRA, 2009)

A morte de Valdomiro, assim como a de Carlos Vieira, também foi causada por uma vingança. De acordo com as memórias⁵⁴, por volta de dez anos antes de sua morte, Valdomiro teria se envolvido em uma briga na qual feriu seu adversário quase o levando a óbito, deixando marcas morais profundas na família da vítima da agressão. Anos após, se aproveitando de um momento festivo⁵⁵, dois homens, um irmão e um primo do homem agredido por Valdomiro, decidiram se vingar matando-o a golpes de faca na calçada da Igreja. Um momento de tensão que ficou marcado na memória da comunidade pela violência com que foi praticado. Da mesma forma que os demais, Dona Maria também iniciou seu relato com a morte de Carlos Vieira, e ainda indica que o clamor das vozes tem origem nas proximidades do local em que Carlos morreu, e ainda relata várias mortes violentas ocorridas na comunidade.

Esse acontecimento fez com que a morte de Carlos Vieira fosse rememorada e, ao mesmo tempo, associada aos agouros que havia “aparecido” poucos dias atrás, e, na compreensão da comunidade, funcionou como a peça que

⁵³ A direção indicada por Dona Maria vai de encontro ao mesmo local em que ocorreu a morte de Carlos Vieira.

⁵⁴ A morte de Valdomiro foi citada por Dona Maria Nogueira Viana, por Dona Maria Faustino da Silva, Sr. Josino Luiz da Silva e Sr. Mauro de Freitas.

⁵⁵ Segundo Senhor Mauro e Senhor Josino, esses momentos eram propícios porque facilitavam a fuga em meio às pessoas.

faltava no quebra-cabeça para formularem um pensamento sobre o fenômeno que estava ocorrendo no povoado: tratava-se de um mau presságio que anunciava a morte e, pelas circunstâncias em que ocorriam, em geral, violentas.

Acontecimento semelhante se deu na morte de Alcides, que também foi morto na Terra da Santa, em condições semelhantes às de Valdomiro. Vejamos a versão de Dona Lourdes sobre essa morte:

Nesse foi cruel, na hora do batizado, Natal. Aí o irmão dele, quando viu o irmão já morto, né, que foi de bala, correu, entrou nas casas, inclusive entrou na casa da minha mãe que estava com nove dias de resguardo. Ele entrou de casa em casa com uma faca na mão procurando o criminoso [...]. Entrou na casa da minha mãe e o papai na porta assim, agarrado aqui nos punhos, e ele queria porque queria entrar, e a mamãe pulando, gritando em cima da cama:

– Solte, pelo amor de Deus!

E o papai:

– Vá embora que a minha mulher tá de resguardo! Vá embora!

Sei que ele saiu correndo. Tinha uma vereda assim [...] ele correu, ficou doido pra vingar a morte do irmão [...] O povo que estava se batizando, quando o criminoso atirou, e o irmão do morto com a faca na mão correndo... O pessoal correram tudo pra dentro do altar. Nesse tempo o altar era modo um caixão assim que só era aberto atrás, aí ficou tudo cheio. O pessoal que foi se esconder ali, o pessoal que tava na Igreja, com medo do homem com a faca. (LOURDES, 2015)

Dona Lourdes conta com detalhes os acontecimentos da morte de Alcides, e o pavor que se apoderou de todos diante do desenrolar dos fatos: mais um homicídio que aconteceu em um momento festivo da comunidade e nos arredores da Igreja.

Em uma noite do mês de outubro de 1989 ouviu-se algo estranho em Oiticica: um barulho que misturava vozes e choros em um clamor, que penetrou na audição de algumas pessoas e tomou conta da imaginação de quem escutou a “Maldizença” daquela noite. Uma semana após, mais precisamente no dia 31 de outubro de 1989, a polícia militar é acionada e prende em flagrante o suspeito de um crime de morte na comunidade de Oiticica. O acusado, Antônio Márcio, matou a golpes de faca a vítima José Walter por motivos de vingança, agindo friamente sem que a vítima tivesse chance de defesa, como relata o delator no processo de acusação:

No dia 31 de outubro, à noite, a vítima se encontrava tomando uma cerveja na mercearia de José Antônio, quando o acriminado chega, portando uma faca enrolada na camisa. Logo ao sentar desembrolhou a arma, a pôs na

cintura e a camisa colocou sobre os ombros. Nada de discussão. A vítima permaneceu como estava, sem dirigir-lhe qualquer palavra. Quando, em dado momento, deu as costas para Antônio Marcio,⁵⁶ esse aproximou-se de José Walter⁵⁷, bateu em seus ombros e disse que o mesmo se preparasse para morrer, e ato contínuo já iniciou a sequência de agressões, de forma brutal e perversa.⁵⁸

As testemunhas do crime são enfáticas ao reafirmarem a frieza com que o crime foi praticado e a má conduta do agressor no povoado. O crime, por sua vez, serviu para justificar a presença da “Maldizença” no povoado na semana que antecedeu o fato.

Quem me falou sobre esse acontecimento foi Dona Francisca Carlos da Silva, conhecida por Dona Tica, uma senhora de 78anos que nos recebeu com muita simpatia para uma conversa breve, porém reveladora sobre o nosso objeto. Assim ela nos relata:

Agora ninguém ouve mais não, aquele povo chorando, conversando no meio do mundo. Eu num ouvi não, mas ouvi comentar, mas é verdade[...].Se maldizeno, ai meu Deus, ai meu Deus, assim todo tempo.A gente pensa que é uma pessoa, mas que é a Maldizença, se chama Maldizença. [...] Diz que a pessoa se arrupeia. [...] Eu só vejo o pessoal dizeno que tem essas maldizença por aí. Eu nunca vi não, num vou dizer que ouvi, só vejo o povo dizer, mas era verdade. No dia que mataram o finado acolá, com poucos dias tinha acontecido a Maldizença. Um sobrinho meu que o cara matou de faca. Apareceu a Maldizença:

— Tica, essa noite era uma Maldizença acolá na rua, eu queria que tu visse. Eu disse:

— Ave Maria,num quero nem saber.

— Tica, a gente se arrupia todinha...

Quando foi na outra semana mataram ele.A morte mais forte que aconteceu aqui na Ibaretama foi a dele.[...] Ele imitava a Paixão de Cristo,num sabe?O povo saía com as coisas, os santos, aí ele imitava a Paixão de Cristo.Quando ele morreu, ficou do mesmo jeito. (FRANCISCA CARLOS, 2009)

Apesar de nunca ter ouvido a “Maldizença”, relatou com muita convicção como acontecia, as palavras pronunciadas pelos agouros e o estado de medo em que se encontravam os que ouviam. Nesse caso se torna mais evidente a influência exercida na vida cotidiana da comunidade no período em questão. Assim como os demais, ao falar sobre o assunto, Dona Francisca de imediato já recordava a morte

⁵⁶ Nome fictício.

⁵⁷ Nome fictício.

⁵⁸ Processo criminal nº 13.597, que se encontra no Fórum Dr. Francisco Holanda Frota em Ibaretama-CE.

do seu sobrinho, José Walter⁵⁹, ocorrida a golpes de faca no ano de 1989, que foi prenunciada pelo Choro. Portanto, essa manifestação em específico trouxe recordações amargas para Dona Tica.

Segundo as memórias a partir de então, a grande maioria das mortes que se sucederam – Francisco⁶⁰, Álvaro⁶¹, Antônio⁶², José Walter⁶³ e tantos outros, todos assassinados violentamente – foram precedidas por esse fenômeno, interferindo, mesmo que momentaneamente, no cotidiano da comunidade, uma vez que as pessoas ficavam apreensivas à espera de algum acontecimento que teria a morte como desfecho. Todos os crimes citados tiveram, na sua maioria, a vingança como motivo em consequência do sentimento de honra, tendo como contexto as bebedeiras nos momentos festivos da comunidade,

As memórias relatam muito superficialmente outros tipos de mortes anunciadas pelo “Choro”, a exemplo das mortes por acidente, que, assim como as violentas, são consideradas como desgraça. Por outro lado, a morte natural não é citada como tendo sido precedida pelo presságio. Na compreensão dessas pessoas, a palavra “desgraça”, como é empregada aqui, serve para designar a ruptura da vida de uma forma inesperada, sem que a pessoa possa ter uma noção de que o fim se aproxima, como em geral ocorre nas mortes naturais. Portanto, a semelhança entre morte por acidente e morte violenta consiste na forma abrupta de se perder a vida. Vale ressaltar, no entanto, que no acidente existe a total imprevisibilidade do acontecimento, ao passo que, na morte violenta, da forma dos exemplos citados, existe uma intenção por parte de quem planeja, dado que geralmente decorre de uma vingança ou acerto de contas.

Câmara Cascudo (2009) afirma que histórias de maus presságios são comuns na tradição popular do Nordeste. Há, por exemplo, aves e pássaros de agouros, sendo a coruja rasga-mortalha a mais popular, que assusta com seu barulho estridente, agourando aqueles que estariam na ânsia da morte. Seu grito se assemelharia ao rasgo de um tecido, que no imaginário popular seria o tecido da

⁵⁹ Nome fictício.

⁶⁰ Nome fictício.

⁶¹ Nome fictício

⁶² Nome fictício.

⁶³ Nome fictício.

mortalha do doente que, porventura, esteja na casa que o pássaro sobrevoou, dando origem ao nome rasga-mortalha.

A “Maldizença”, enquanto mau presságio, anunciava um momento de tensão social, além de antecipar a angústia da presença da morte, assim como o sofrimento que acerca. Levava, desse momento, momentos de medo para a comunidade, onde a violência e algumas concepções religiosas, como duas dimensões socioculturais, se configuram como responsáveis pela formação de um imaginário acerca da vida, da morte e do sobrenatural que influenciou a comunidade de Oitica no período estudado.

3.3 A FUNÇÃO DAS “IMAGENS AUDITIVAS” NA FORMAÇÃO DE UM IMAGINÁRIO SOBRE A “MALDIZENÇA”

A crença na imortalidade da alma e em uma vida após a morte é o fio condutor da existência de um imaginário sobre a “Maldizença”. Fazendo alusão ao próprio termo, nota-se que é carregado de um significado que alude a algo ruim – aquele que se maldiz, contrário de bem. Nesse caso, aqueles que se maldizem, levando em conta que descrevem várias vozes que se lamentavam e anunciavam o mal que rondava a comunidade.

Embora até o momento tenha feito referência ao primeiro grupo de imagens – iconográficas –, neste momento me deterei ao segundo grupo, por acreditar que é nele que o objeto deste estudo se encontra. Para isso, as memórias serão as peças fundamentais na construção desse conhecimento, por isso me apoiarei no pensamento de Jean Paul Sartre, para compreender a formação desse imaginário.

Pelas memórias, uma série de sentimentos e atitudes se confundiam diante da possibilidade da presença da morte e da forma utilizada por ela para se manifestar. Algo aterrorizador que chegava para anunciar o mal, pois nesse caso a morte é o mal, por trazer consigo o anúncio de uma situação de tensão que se abateria sobre a comunidade ou adjacências. Esse anúncio modificava o cotidiano daqueles que ouviam o temido “Choro” espalhando o medo. Logo em seguida surgiam as indagações: o que estará por acontecer? Quem estará envolvido no possível episódio marcado pela violência? Será da família, amigo, vizinho ou

desconhecido? Já se pode imaginar a fragilidade em que algumas pessoas se encontravam nessa situação, pois o medo de perder a vida ou um ente querido por morte natural e, em maior escala, pela violência, permeava a imaginação.

Quando me refiro à “Maldizença” como algo imperceptível ao sentido da visão, percebida apenas através da audição, afirmo, de certa forma, que o campo imaginário ao qual pertence não sugere imagens diretas, fornecendo apenas alguns elementos para uma compreensão da “Maldizença” enquanto fruto do imaginário, que busco, através das experiências dos sujeitos envolvidos, explicar.

Vejamos a experiência de Dona Maria Faustino⁶⁴. Ao ser indagada sobre a “Maldizença”, de imediato mudou o tom de voz demonstrando pavor ao falar sobre o assunto. Ao mesmo tempo em que recordava, fazia o sinal da cruz como garantia de que, ao falar, não voltasse a ouvir o que ouviu no passado.

Certa noite, em meados da década de 1960, Dona Maria Faustino, como de costume, se aproximou da janela de sua residência, e ficou a escutar, na esperança de ouvir o barulho dos cachorros que acompanhavam seu esposo, Senhor Oscar, a uma caçada na Serra Azul. Esse ritual se repetia sempre que o mesmo saía para caçar na Serra, e os cachorros, companheiros fiéis de seu esposo, sempre sinalizavam a chegada.

O fato é que nesse dia algo mudou a rotina de Dona Maria. Ao escutar na penumbra da noite em silêncio, sua audição foi invadida por um grito de socorro e de sofrimento ao mesmo tempo, uma voz que, logo em seguida, foi acompanhada de outras vozes, de adultos, crianças, e idosos, que, como em um coro, mesclavam gritos e choros, se lamentando, rogando aos santos e pedindo clemência a Deus. Tomada pelo medo, ela abriu a janela de sua casa para perceber o que estava acontecendo e de onde vinham as vozes de sofrimento e, para sua surpresa, as vozes passaram ecoando o clamor de sofrimento como uma rajada de vento sobre sua casa. De imediato, Dona Maria se dirigiu a porta e voltou o pensamento para seu esposo:

⁶⁴ Maria Faustino da Silva, 64 anos no momento da entrevista, realizada em Oiticica, Ibaretama, Ceará, em 24 de julho de 2009.

– Meus Deus, será alguma coisa que está acontecendo pras banda de cá? [...] Valha, meu Deus, minha Nossa Senhora, será que aconteceu alguma coisa com o Oscar? Meu Pai do céu, o Senhor vai me concentrar e eu vou ter com que esperar ele chegar. (MARIA FAUSTINO, 2009)

Quando seu esposo retornou, com o coração mais sossegado, Dona Maria contou a experiência vivenciada por ela naquela noite:

Aí ele chegou :

– Ô, Oscar, eu tô morta de medo. Hoje eu vi uma coisa tão feia que nunca vi, o “Choro” que o povo sempre falava, vindo do lado de cá. Oscar, mas é horrível!

Aí eu fui contar pra ele.

– Ave Maria, tu viu, neguinha?

– Oscar, é horrível, quem tem coração fica toda arrupitada. É choro, aquela maldizença, se vale de Deus, valhei-me Nossa Senhora, e chora, assim como se tivesse sentindo uma dor, aquela dor bem coisada, né? [...]

No ar, aí ninguém vê nada. Só que quando ouvia essas coisas, podia esperar choro, podia esperar qualquer desastre. (MARIA FAUSTINO, 2009)

Dona Maria deu indícios de que o que ouviu naquela noite não era algo de todo desconhecido, pois ao contar o que acontecera para seu esposo, se refere “ao choro que o povo falava”, nos indicando que aquilo já era conhecido das pessoas do lugar. Logo em seguida afirmou que, quando isso acontecia, podia esperar “choro e desgraça”. Ela recordou ainda de um compadre que não acreditava no “Choro” e certa noite foi tomado pelo pavor de ouvir os agouros da “Maldizença”:

Eu tinha um cumpade que dizia que não acreditava nisso, tinha que ver. Eu digo:

– Cumpade Manel, antes dele ir morar acolá⁶⁵, eu nunca vi e nem desejo ver, mas dizem que é coisa feia...

Aí nós fumo morar lá, agora que apesar de tudo quem primeiro viu foi eu, aí depois, né:

– Meu cumpade, apareceu.

– Foi mesmo, cumade Maria? Será que a senhora num sonhou com isso não?

Num deu cinco dias, ele disse que saiu pra fora, né, pra verter água, aí na estrada, bem aí. Quando vinha, ele disse que parece que tava em cima dele, aí fez assim⁶⁶ pra entrar pra dentro de casa. Quando entrou pra dentro de casa, foi que a mulher dele vinha correndo, pensava que era outra coisa:

– Hoje eu vi, Edite. Hoje eu vi a visão. Pense numa coisa feia...

A gente ouvia só a maldizença, uma hora era voz de mulher, outra hora era voz de homem, outra hora era voz de criança, era assim. Ninguém via as

⁶⁵ A morada à qual se refere Dona Maria é na Rua da Bolandeira, onde fica localizado o cemitério do povoado.

⁶⁶ Dona Maria se levanta da cadeira e faz o gesto para imitar a reação do compadre, voltando de costas para entrar em casa.

caras, só fazia ouvir, aquilo tão vivo nos seus ouvidos... (MARIA FAUSTINO, 2009)

A experiência narrada por D. Maria fornece alguns elementos que permitem uma reflexão acerca da “Maldizença”. Primeiro afirma que “viu o ‘Choro’ que o povo falava” e em seguida afirma que ninguém consegue ver nada. No mesmo sentido, diz que seu compadre viu a visão⁶⁷. Observe que o pensamento de Jean-Paul Sartre vai de encontro às afirmativas aqui salientadas.

Se interrogarmos as pessoas sobre suas imagens, a maior parte irá declarar, quando se trata de imagens ditas “visuais”, que elas veem, e quando se trata de imagens “auditivas”, que elas ouvem. O que querem dizer? Não precisamos acreditar que, aqui, ver signifique ver com os olhos, para dar-se conta disso, basta comparar a crença da pessoa na imagem hipnagógica e na imagem mental (SARTRE. 1996, P. 119)

O termo “imagens auditivas”, cunhado por Sartre, traduz o teor das discussões feitas aqui. Para o autor, nesse caso, a palavra “imagem” serve apenas para designar a relação da consciência⁶⁸ com o objeto. Algumas das estruturas que aparecem na trama dos atos sintéticos da consciência Sartre denominou de “consciências imaginantes”, que nascem, desenvolvem-se e desaparecem seguindo leis próprias. Um dos fatores essenciais dessa consciência é a crença: as pessoas veem o que acreditam estar vendo, como é o caso das “imagens auditivas”. Sobre essa consciência o autor aponta uma segunda, que denominou de “consciência reflexiva”, na qual aparecerá uma segunda espécie de crença: na existência da imagem. Dito de outra forma, afirmar que existe uma imagem (visual ou auditiva) significa dizer que existe um objeto interposto diante da consciência que funciona como substituto da coisa. No caso do objeto deste estudo, eram imagens auditivas da morte representadas nos agouros da “Maldizença”.

O que Dona Maria escutou naquela noite e o que seu compadre escutou posteriormente é fruto de um imaginário forjado por um passado histórico, que traz em seu bojo, sobretudo, elementos que mesclam religiosidade, violência e medo, que, no contexto que se encontravam aqueles que escutaram, encontrava terreno fértil para a ação imaginativa.

⁶⁷ A visão no sentido empregado por Dona Maria é o mesmo que miragem.

⁶⁸ O termo “consciência” é empregado pelo filósofo para nomear as estruturas psíquicas em suas particularidades, se diferenciando da forma concebida pelo senso comum quando se refere ao “estado de consciência” aludindo a uma espécie de inércia, de passividade.

Dona Maria consegue transmitir nas suas palavras a aflição e a angústia que se instalavam no indivíduo que escutava, tendo em vista que já se inferia os acontecimentos posteriores. Para uma melhor compreensão da angústia, vejamos esta definição:

Reduzida ao plano psíquico, a angústia, fenômeno natural ao homem, motor de sua evolução, é positiva quando prevê ameaças que, por serem ainda imprecisas, nem por isso são menos reais. Estimula então a mobilização do ser. Mas uma apreensão demasiada prolongada pode também criar um estado de desorientação e de inadaptação, uma cegueira afetiva, uma proliferação perigosa do imaginário, desencadeando um mecanismo involutivo pela instalação de um clima interior de insegurança. (DELUMEAU, 2009, p. 34-35)

De fato, nesse caso, essa mobilização que trazia em seu cerne a ideia de uma ameaça desencadeava um clima de insegurança e incerteza, pois, através dos agouros da “Maldizença”, já se previa o tipo de ameaça que rondava a comunidade, portanto, para essas pessoas, a angústia e o medo se davam muito mais pelo desenrolar dos fatos.

Uma informação chama atenção nas narrativas é a que se refere ao deslocamento das vozes no ar como se ocupassem alguns espaços sobre o pequeno povoado, ficando à mercê do vento para ser transportada. Essa característica de mobilidade é que dá a “Maldizença” uma auréola imaginária, pois o imaginário cria imagens, mas se apresenta sempre um pouco mais que sua própria criação (BACHELARD, 2001).

3.3.1 As vozes que ecoam no sopro do vento

O vento, à noite, o silêncio, são elementos que fazem parte do contexto das manifestações do “Choro”. O vento se apresentava como uma espécie de transporte das vozes que “surgiam do nada” penetravam na audição e aguçavam a imaginação. Vejamos o que nos fala Bachelard sobre o vento:

O vento ameaça e uiva, mas só toma forma quando encontra a poeira: visível, torna-se uma pobre miséria, ele não exerce todo seu poder sobre a imaginação senão numa participação essencialmente dinâmica; as imagens figuradas dariam dele antes um aspecto irrisório. (BACHELARD, 2001, p. 232)

Em Oiticica o vento sempre tomava forma, pois sempre encontrava a poeira – leia-se uma predisposição originária de um histórico de mortes violentas gravadas na

memória, que alimentavam a imaginação a partir de incentivos externos agregados a um sistema de crenças e condutas diante da morte.

Câmara Cascudo enfatiza a crença popular nas formas e limitações somáticas da morte, que, assim como qualquer criatura viva, ao se deslocar provocaria movimentos no ar. Ocuparia, portanto, um lugar no espaço, o que explicaria outras crenças em relação aos indícios da passagem da morte, tais como: estremecimento súbito, arrepiamento do dorso, sensação rápida de frio, estremecimento da chama de uma vela etc. Todas essas sensações, segundo o autor, na crença popular, podem ser interpretadas como sinais da presença da morte. Para ele a credice estabeleceu um conceito popular sobre a personificação da morte diferente daqueles estabelecidos na Idade Média, com figuras de esqueletos com foice, por exemplo, ao contrário, fixa “a ideia de uma conformação estável e que, mudando de lugar, determine um movimento perceptível no ambiente, impressionando o sistema nervoso dos entes humanos e de certos animais, cães, gatos, pássaros de agouro, dando à epiderme a cristação e o arrepio” (CASCUDO, 2009, p. 106). Esse mesmo autor acrescenta que em tais circunstâncias, o movimento dinâmico do ar produz imagens. Seus rumores irados produzem até mesmo monstros no ar como miragens sonoras que espalham o pavor. É a audição que dá a imagem e não a visão, por isso ouvir se torna mais dramático que ver. O uivo do vento se transforma em um grito dilacerante que produz seres imaginários, mas não qualquer vento, não a qualquer momento: nesse caso, é o vento forte que chega em um sopro na escuridão da noite.

Vejamos mais um trecho da narrativa de Dona Maria Faustino. A mesma nos fala que, diante de tanto medo, ainda houve quem, por força das circunstâncias, teria se “acostumado” com os agouros da “Maldizença”. Conta que um senhor de nome Chico Baltasar⁶⁹ cuidava de parte das terras de uma das fazendas de Oitica nas encostas da Serra Azul e, por conta da distância percorrida todos os dias para trabalhar, Chico Baltasar muitas vezes, andava pelo sertão na escuridão da noite ou iluminado apenas pela luz da lua. E assim ela descreve o diálogo entre os dois:

- Seu Chico, o senhornum tem medo da visão, não?
- Não, tenho não. Ela vai por cima e eu vou por baixo, já tô quais acostumado... eu vou rezando, rezando, e aquilo vai passando, passando...

⁶⁹ Nome fictício.

Disse que num tinha medo. Ele dizia que tinha aquelas rezas, aquelas rezas antigas, ele dizia:

— Eu faço só rezar pra ela. Se for homem eu rezo na intenção do homem, se for mulher eu rezo na intenção da mulher, e se for algum anjinho papudo de dez anos pra lá, que já tem pecado, né, também rezo pra ele.

A atitude do Sr. Baltasar é o reflexo do pensamento religioso popular acerca da morte e dos mortos. Os mortos podem retornar caso tenham deixado algo a ser realizado na terra ou mesmo para pedir rezas e promessas aos vivos em intenção de sua alma. Ao ouvir a “Maldizença”, o Sr. Baltasar já se antecipava nas suas orações.

No mesmo sentido, destaco a experiência do Senhor Antônio Maria de Andrade. Conta esse senhor que, quando era solteiro, na década de 1960, certa noite, juntamente com alguns amigos, resolveu participar de uma festa em uma localidade próxima a Oiticica, chamada Alto Santo. Sem dispor de transporte, como era comum na época, o trajeto foi feito a pé, prática que fazia parte da sociabilidade dos jovens sertanejos. Ao retornarem na madrugada, caminhando pelas estreitas veredas do sertão, iluminados apenas pela lua, escutaram algo estranho, sem que conseguissem distinguir do que se tratava aquelas vozes e choros que escutavam.

Quando chegou bem ali assim, ouvimos aquele choro aqui na rua, aí o Otávio⁷⁰ disse:

— Negrada, mataram alguém. Olha o chororô do povo.

Aí nós viemos quais correno, a estrada lá por acolá e nós cortamos aqui por dentro pra chegar logo. Nós ouvimos e alguém aqui na rua também ouviu. Tinha um pessoal que morava nessas casas aí que também ouviram. Viemos pelo campo de futebol pra chegar mais logo. Quando nós chegamos no portão do campo o choro já estava pro lado de cá, como se fosse nessas casas aí, aí o Otávio disse:

- Ói, foi a mulher que morreu ou então foi o filho dela que mataram em Fortaleza e vieram deixar.

Aí nós viemos pra lá olhar. Quando nós chegamos lá o choro já tava aqui embaixo, longe. [...] Tem hora que é choro, tem hora que geme, qualquer pessoa que ouve tem medo, aquela coisa: ai meu Deus, me acuda, num sei o quê, fala por nome de santo que a gente num sabe nem que existe. [...] Muita gente ouvia isso por aqui, logo depois morria gente...

Era tanto que quando o pessoal ouvia, ficava só esperando. A Dona Mundinha, que era mãe do Seu Mauro, ela quando ouvia, chamava logo o João Raimundo⁷¹ e dizia:

— João Raimundo pode cavar a cova, que nesses dias morre gente, e era verdade. (ANTONIO MARIA, 2009)

⁷⁰ Nome fictício.

⁷¹ João Raimundo era o coveiro do cemitério de Oiticica, antes do Sr. Antônio.

As narrativas apontam para um segundo ponto importante: o tempo das manifestações da “Maldizença”, ou seja, o tempo noturno, que guarda mistérios que inquietam a nossa subjetividade, e que desde períodos remotos da história da humanidade faz parte dos cenários das manifestações do Além. É na escuridão da noite que emergem os sinais do mal: ladrões, assassinos, perseguidores, espíritos e tudo mais que atormenta a tranquilidade dos homens e mulheres. O medo na e da escuridão sempre esteve presente na história da humanidade, seja por conta dos perigos que ela representa, seja pela vulnerabilidade a que ela submete a nossa subjetividade. Se observarmos da antiguidade à contemporaneidade, perceberemos que surgem histórias, lendas, crenças e personagens que têm na noite seu momento de atuação.

3.3.2 À noite como tempo dos fantasmas.

A noite se configura como o tempo da “Maldizença”, visto que todas as manifestações narradas se deram no tempo noturno. Jean-Claude Schmitt (1999) afirma que, com raras exceções, os mortos aparecem à noite, e que, da mesma forma que o dia pertence aos vivos, a noite pertence aos mortos. Dependendo das circunstâncias, a noite pode exercer grande influência sobre uma pessoa, uma comunidade ou uma sociedade inteira. Nesse caso, o que pode ser tido como lenda ganha notoriedade e status de verdade a partir do momento que passa a influenciar a vida de uma pessoa ou comunidade. Nesse sentido nos fala Delumeau:

Os “perigos objetivo” da noite tenha levado a humanidade, por acúmulo ao longo das eras, a povoá-la de “perigos subjetivos” é mais do que provável. E dessa maneira já o medo na escuridão pôde tornar-se mais intensamente e mais geralmente um medo da escuridão. Mas este último existe também por outras razões mais internas e que se prendem a nossa condição. A visão do homem é mais aguda de que a de muitos animais, como o cão e o gato; desse modo, as trevas deixam-no mais desamparado que muitos mamíferos. Além disso, a privação da luz atenua os “reduzidores” da atividade imaginativa. Esta, liberada, confunde mais facilmente do que durante o dia real e a ficção e corre o risco de desorientar-se fora dos caminhos seguros. É ainda verdade que a escuridão nos subtrai a vigilância de outrem e de nós mesmos e é mais propícia que o dia aos atos que nos reprimimos de encarar por consciência ou temor [...] o desaparecimento da luz nos confina no isolamento, nos cerca de silêncio e portanto nos “desassegura”. (DELUMEAU, 2009: p. 142-143)

O pensamento de Delumeau traduz as sensações, acontecimentos e pensamentos de outrora em Oitica. As formas pelas quais o fenômeno se apresentava era legitimada na escuridão da noite, quando os vivos estavam mais

vulneráveis a tais visões. E em Oiticica, nesse período, a escuridão fazia parte do cotidiano, com um diferencial das outras partes do sertão por estar situada nas encostas de uma serra. Esta, pela sua dimensão, também guarda seus encantos, segredos, magias e medo, a ponto de uma simples rajada de vento, com seu assobio na escuridão da noite, fazer tremer aqueles que ficam atentos aos barulhos e ruídos exteriores às suas residências. Quem nos dá um panorama da noite “daquele tempo” em Oiticica é o Senhor Eduardo:

Naquele tempo que eu cheguei lá na Oiticica não tinha energia [...].Tinha um motorzinho, quando dava nove horas apagava. Se você quiser ver o que é esquisito, você vá na Oiticica de noite no escuro. É uma coisa horrível, e a serra bem pertim, os quintal encosta na serra, é aquela escuridão maior do mundo, aquela coisa triste. (EDUARDO QUEIROZ: 2010)

Ao longo da história da humanidade vários são os exemplos em que a noite e a escuridão permearam a imaginação e a subjetividade humana. Se recuarmos até o período equivalente aos séculos XV ao XVII, teremos como exemplos as batalhas travadas durante a noite no rito de fertilidade dos Benandantis, registrada pelo historiador italiano Carlo Ginzburg na obra “Os andarilhos do bem” (1998). Nela, o autor busca compreender como um sistema de crenças populares foram assimilados à feitiçaria em uma sociedade camponesa, a friulana. No estudo feito, através de documentação inquisitorial, Ginzburg relata como essas pessoas afirmavam sair de seus corpos durante a noite para combater os espíritos do mal por amor à colheita, sendo interpretados como bruxos e feiticeiras pelos inquisidores. Estes, por sua vez, são personagens noturnos que, desde tempos remotos, permeiam o imaginário do ocidente e geralmente são tidos como maus, praticando suas bruxarias na calada da noite.

No Brasil existem relatos sobre procissões noturnas das almas. A historiadora Sandra Nancy (2011), ao citar Leonardo Arroyo, fala sobre o imaginário popular de São Paulo, que acreditava que a Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Embu, em determinadas noites, se transformava em palco dos esqueletos dos padres jesuítas que levantavam das sepulturas sob o altar-mor e desfilavam até o seminário para confabular com os outros mortos; e, quando a noite se aproximava do fim, os esqueletos em procissão retornavam para suas sepulturas na Igreja.

Fenômeno semelhante foi registrado pela mesma historiadora no imaginário popular da região do Cariri no Ceará. Lá as pessoas acreditam que durante a noite as almas se reúnem em procissão e saem em cortejo pelas ruas, produzindo sons cuja linguagem ninguém entende. A autora faz referência ainda a resquícios semelhantes na Europa dos séculos XII e XIII, onde se ouviam sons não identificáveis que eram produzidos pelos espíritos. Nesse sentido, Jean Claude Schmitt (1999, p. 167) afirma que: “os espíritos falam, mas com uma voz estranha de ventríloquos: uma fala do interior das vísceras e não com língua, como em um cântaro vazio”.

As histórias citadas estão interligadas por um mesmo elo – o medo da morte e do Além. Nas narrativas sobre a “Maldizença” podemos perceber claramente o pavor das experiências vivenciadas e o medo do fim da vida, pois não se fala da morte claramente, apenas da forma violenta em que ela se manifestou. Segundo Da Matta (1997), falar dos mortos em detrimento da morte é uma realidade social no Brasil, tornando-se uma contradição a partir do momento em que, se falando dos mortos, já é uma forma sutil e disfarçada de negar a morte. Essa negação dá margem à falsa ideia de imortalidade. As pessoas passam a reprimir a noção de morte e, por consequência, são conduzidas ao medo de toda e qualquer ameaça do fim.

A “Maldizença” anunciava o fim, por isso era temida por aqueles que acreditavam. Esse medo tinha na noite o seu refúgio e no vento um interlocutor, pois “é o assobio violento do vento que faz tremer o homem que sonha, o homem que escuta... Durante o dia, o abissínio pode assobiar. A luz do dia dispersou o fundo de terrores noturno” (BACHELARD, 2001. p. 234). De fato, ao amanhecer o pavor da noite se desfazia como poeira no vento; no entanto, permanecia a angústia do presságio, a incerteza de segurança, a lembrança do “Choro” e das “imagens auditivas”.

De fato, esse é o cenário descrito por aqueles que presenciaram os agouros da “Maldizença”. As vozes que vagueiam na escuridão da noite, remetem à ideia das almas que, segundo o imaginário cristão, são aquelas que não estariam preparadas para receber a graça de ganhar a salvação divina e necessitariam de ajuda dos vivos para pagar suas dívidas com o mundo terreno.

Como afirmamos anteriormente, as almas do purgatório não teriam ainda um destino definido ou não teriam recebido a graça da misericórdia divina, e teriam a chance de regeneração para a expiação de seus pecados; portanto, transitariam entre o mundo dos mortos e o mundo dos vivos, e assim os mortos passariam a viver diante de nós até que conseguissem a sua liberação definitiva do corpo físico. Teriam, dessa forma, algo para resolver com as pessoas de seu convívio e a comunidade da qual fizeram parte. Sobre esse assunto nos fala Vovelle (2010, p. 31)

Esse encontro é temido, pois de um folclore para o outro, mesmo que haja exemplos de defuntos indulgentes, há muito mais casos de mortos reivindicativos, que solicitam as ajudas e prestações— ou as orações dos vivos – para que possam finalmente “soltar-se” dos laços que os detêm, como há também, os mortos simplesmente agressivos, sanguinários até. O morto agarra o vivo e tenta levá-lo com ele para aplacar alguma vingança obscura. Daí a multiplicidade de gestos “mágicos”, como se dirá, com as quais a antemorte (os presságios), a agonia e a passagem, assim como a sepultura, e mais ainda o pós-morte, são cercadas quando se trata de apaziguá-los, ou mantê-los a distância mediante oferendas ou prestações.

A presença dos mortos reivindicando orações e pagamento de promessas é algo que permeia a tradição nordestina. Também existem indícios em outras épocas e sociedades não apenas de mortos pedindo orações, mas também dos mortos sanguinários que retornariam para pedir vingança pela sua morte, bem como muitas outras reivindicações, fazendo surgir várias crenças e superstições em torno da aparição dos mortos. (DELUMEAU, 2009; VOVELLE, 2010; CASCUDO, 2002)

De fato, os registros históricos do ocidente cristão apontam para crenças atestadas no início do primeiro milênio de nossa era que ainda permaneciam vivas na metade do século XX, quando se acreditava que os mortos do mar, vítimas de afogamentos, estavam condenados a vagarem até que a Igreja orasse por eles, pois vagavam por não terem tido uma sepultura de fato. Da mesma forma se acreditava que acontecia com todos aqueles que não se haviam beneficiado de um falecimento natural e, portanto, tinham efetuado em condições anormais a passagem da vida a morte.

No que se refere à “Maldizença”, Dona Francisca faz o seguinte comentário: “Isso é os que morre que fica pelo mei do mundo se maldizeno, tá entendeno?” Nesse caso, ela evocou a situação das almas do purgatório citadas anteriormente, que não se desprenderam totalmente da vida terrena e vagavam em

busca de socorro para a expiação dos seus pecados. Vejamos outra opinião: “Acho que aquilo ali não é coisa do mundo, não, é alguma coisa que vem atacada por alguma coisa. Num é de Deus, não. Deus num vai botar o que é ruim no mundo, não. Deus não pratica nada ruim, nós é quem pratica”. (MARIA NOGUEIRA, 2009)

Para ela isso jamais poderia ser coisa de Deus, pois não traz o bem, só prevê o que é ruim, a partir do momento em que espalha o medo e anuncia a morte, ou precede um ato de violência e, por consequência, uma morte não natural. Sendo evangélica, ela não se aprofunda nas especulações, pois só existe o bem e o mal: o bem que vem das ações de Deus para com os humanos, e o mal, fruto da maldade do demônio. Mesmo assim, se referiu a outro mundo, que seria aquele do desconhecido, dominado pelas forças do mal, comandadas pelo demônio.

Falar da morte como algo que traz um fim para a vida é enveredar por um mundo desconhecido em que o medo, em determinadas circunstâncias, chega a ditar atitudes, costumes, crenças em torno do desconhecimento do pós-morte:

De fato, a falta do tempo para que o infeliz narrasse aos vivos o que deveriam fazer recobre significativamente toda uma contextura social de atitudes perante a morte e os mortos. A esse respeito, ritos diversos compunham o cerne de comportamentos relevantes, denunciando obrigações dos vivos para com os mortos e suas almas, aspectos que elucidam a visão sobre a vida e a morte, como também sobre o além, elementos presentes na cultura fúnebre e desse modo imbricadas no cotidiano social. (SANTOS: 2011)

Quando esse medo está associado a mortes violentas ele passa a ter uma dimensão bem maior, pois a violência em si gera tensão social, que já é uma situação de medo. Junte-se a isso todas as crenças, costumes e ritos oriundos da matriz religiosa brasileira, que perpassaram pela história da humanidade de geração a geração sofrendo algumas modificações em torno das crenças. Em Oiticica, a morte influenciou bastante a vida das pessoas no período estudado, não apenas com os agouros da “Maldizença”, mas pelas variantes de sua aparição. As tensões sociais que espalhavam a onda de medo geralmente traziam a morte consigo. Essa morte, tida como ruim pelas circunstâncias em que ocorria, aguçava a imaginação que se tinha da mesma, fazendo com que a comunidade moldasse, a partir da sua experiência, as suas representações da morte. Portanto, a “Maldizença” enquanto experiência vivenciada foi tão real para essas pessoas quanto a concretização daquilo que anunciava— a morte, representada no corpo do morto.

3.4. A PRESENÇA DO ALÉM NA GEOGRAFIA DA “MALDIZENÇA”

A “Maldizença”, como foi salientado, se apresentava através das imagens auditivas, portanto desprovida de uma imagem visual. Apesar disso, é apresentada como integrante do mundo dos fantasmas que vez por outra aparecem aos vivos por algum motivo; nesse caso, para prenunciar a morte.

Jean-Claude Schmitt (1999) afirma que para os vivos a aparição de fantasmas representa um caminho inverso aquele percebido na rica literatura de visões e viagens ao Além, a exemplo da Divina Comédia de Dante Alighieri, na qual Dante faz uma viagem ao mundo dos mortos. No caso dos fantasmas, é o morto que aparece aos vivos. No mesmo sentido, o autor faz uma diferenciação entre os fantasmas dos mortos e outros seres sobrenaturais, a exemplo dos demônios, dos anjos, da Virgem, de Cristo e dos santos em geral. Estes normalmente residem no Além, se mostrando ao homem apenas ocasionalmente. No caso do fantasma, são concentradas as atenções no defunto que, ao contrário dos santos, é um homem ordinário, que não teria se desprendido ainda da terra nem daqueles de quem, por um algum motivo, não pode afastar-se. Ressalte-se que nem todo morto permanece preso aos vivos. Segundo esse autor, isso é percebido desde a época romântica até a contemporânea.

Na sociedade medieval, por exemplo, a existência do fantasma do defunto decorria do transcurso do rito de passagem da morte. Nesse sentido, dependia do tipo de morte ocorrido – a exemplo dos assassinatos, suicídios, afogamento, mulher que morre de parto etc. – porque em tais situações os ritos do funeral e do luto não se efetuaram normalmente (SCHMITT, 1999). Ainda é perceptível pensamento semelhante em Oiticica quando se faz especulações sobre a “Maldizença”:

O pessoal falava que foi gente que morreu de agonia, até mulher de parto, alguma coisa assim, né? Porque chama muito por socorro, aí você sabe que a pessoa que se vê numa aflição o quê que faz:
- Socorro! Socorro!
E a pessoa que morre afogado chama por socorro. (MARIA FAUSTINO)

Ainda com resquícios do pensamento medieval, Dona Maria fala sobre o sofrimento dos mortos que morreram, segundo ela, em agonia, e cita o afogamento

e a morte de mulheres no parto. Esses seriam os fantasmas que, em sofrimento, retornariam para junto aos vivos.

A forma como a morte aconteceu indicaria o grau de sofrimento pelo qual passou a pessoa. Em Oiticica esse sofrimento seria expresso através dos agouros da Maldizença, anunciando outras formas de sofrimento que seriam as mortes violentas, ou as de causas não naturais. Dona Maria Faustino acredita que esses espíritos continuam vagando até encontrarem a misericórdia divina, ou seja, seriam almas do purgatório que ainda teriam trânsito livre entre o mundo dos mortos e o mundo dos vivos.

De fato os registros históricos do ocidente cristão apontam para crenças atestadas no início do primeiro milênio de nossa era que ainda permaneciam vivas na metade do século XX, quando se acreditava que os mortos do mar, vítimas de afogamentos, estavam condenados a vagarem até que a Igreja orasse por eles, pois vagavam por não terem sido sepultados de fato.⁷² Da mesma forma acreditava-se que “todos aqueles que não se haviam beneficiado de um falecimento natural e, portanto, tinham efetuado em condições anormais a passagem da vida a morte”⁷³.

Sáez (1996) afirma que, no Brasil, o Além, geralmente, é tido como uma dimensão que convive com a nossa em um espaço diferente. No mesmo sentido, Ênio José da Costa Brito (2005, p. 55) constata que “a presença do Além é um dado imediato da vida no Brasil”.

Em Oiticica, além das vozes, choros e lamentos pronunciados pela “Maldizença”, existem relatos da manifestação de fantasmas. Esses relatos sempre, de uma forma ou de outra, se entrecruzavam com as memórias do “Choro”. São fantasmas que geralmente se manifestavam em determinados espaços permeados de simbologia e se utilizavam da noite como momento propício para se manifestarem. Jean-Claude Schmitt afirma que se distinguem três espaços para os mortos:

“O lugar da sepultura, onde o cadáver se decompõe, o lugar imaginário onde se supõe que a alma do morto se encontre provisoriamente (em princípio, o purgatório) ou definitivamente (o inferno ou o paraíso), enfim, o lugar terrestre onde um vivo é testemunha da aparição de um morto ou da

⁷²DELUMEAU. OP. Cit. P. 135

⁷³ DELUMEAU. Op. Cit. P. 136

tropa dos mortos. Esses três espaços estão estreitamente ligados uns aos outros.” (SCHIMITT, 1999, P.199-200)

Esses espaços, observados pelo autor na sociedade medieval, observam-se na sociedade contemporânea. Ao sair do corpo no momento da morte, a alma do defunto pode aparecer independente do seu cadáver, e em qualquer lugar distante deste. Em Oiticica, esses lugares são justamente aqueles que aparecem nas memórias como sendo os espaços percorridos pela “Maldizença”, a saber: a Igreja, a Rua da Bolandeira e o Cemitério.

3.4.1 A Igreja da Santa como refúgio dos fantasmas

Um desses espaços é a igreja, local sagrado de encontro com Deus e com os santos. É lá que os devotos se encontram para expressar a fé em Deus. Entretanto, durante boa parte de sua história, precisamente durante a Idade Média, enterrava-se *ad sanctos*, ou seja, serviu de cemitério para aqueles que escolhiam como última morada um lugar próximo aos santos de devoção e suas relíquias. No entanto, isso ficava restrito àqueles que gozavam de condições para serem enterrados nesses lugares de prestígio, enquanto os pobres eram relegados ao local que hoje conhecemos como cemitério. Nesse sentido, as pessoas conviviam no mesmo espaço em que se enterravam os mortos. Como era necessário que fossem retirados os ossos para que fosse desocupado o espaço para outros, foram criados os ossários, nos quais eram depositados os ossos que eram retirados das igrejas. Assim, não era difícil que as pessoas, ao entrarem nas igrejas, se deparassem com ossos humanos soltos naquele espaço. Essa situação só foi modificada após uma mudança no pensamento da Igreja, ocorrida após o Concílio de Trento. Era necessário que as igrejas dispusessem de lugares amplos para abrigar os fiéis dentro dos novos padrões que surgiam com a Contra Reforma (ARIÈS, 2013).

No Brasil esse rompimento se deu a partir do impacto das epidemias, sobretudo de febre amarela que assolava o país no século XIX, que levou a população a temer a contaminação pelos mortos, ou mesmo pelo próprio convívio nas igrejas, que não eram muito agradáveis por conta da exalação do odor que saía dos cadáveres em putrefação. Essa separação foi proporcionada pela medicalização da sociedade em curso naquele momento em consequências desses problemas citados (RODRIGUES, 2007; NOGUEIRA, 1934). No Ceará, até 1848 se fazia os

enterros nas Igrejas e nos arredores. As exalações cadavéricas foram um incentivo a mais para a criação do cemitério do Croatá.

Por conta de todo esse percurso histórico, em que a Igreja foi considerada morada dos mortos, ela passou também a ser vista como o local de habitação das almas, ou seja, um lugar que devia ser “temido” pelos vivos.

Essa prática de enterrar os mortos nas igrejas foi extinta, mas alguns rituais que fazem parte da ideologia católica cristã fazem com que esse contato com os mortos, – e, portanto, com a morte – ainda esteja presente atualmente nas dependências das igrejas, a exemplo da encomenda da alma para Deus realizada pelo padre. Antes do sepultamento os rituais fúnebres em geral são realizados nas dependências das Igrejas. Em Oiticica não poderia ser diferente: comoquase toda Igreja, tem suas lendas que giram em torno de aparições que ocorriam no seu interior. Vejamos o que relata o Sr. Antônio Maria a esse respeito.

Quem viu foi o pai do Zé [...] Aí ele veio de pé, chegou aqui na Oiticica de 11 pras 12 horas da noite. Quando ele chegou na esquina do Seu Mauro, não tinha essa energia, tinha motor e tava apagado, escuro, que ele olhou pra Igreja, a Igreja clara como se tivesse assim, cheia de luz forte acesa dentro, ele disse:

- Rapaz, tem enterro na Igreja, foi gente que morreu.

Aquela pracinha que tem ali também não existia, aí veio direto pra Igreja. Quando ele vai chegando ali como que fosse na pracinha, ele viu aquele choro dentro da Igreja, aí ele botou o saco que ele trazia no chão, olhou pela janela. Quando foi olhando ele viu três caixões e só aquela fala de gente como se tivesse chorando. Ele disse que olhava assim e olhava assim e não via ninguém, aí quando ele mudava a vista ficava escuro pra cá e ficava aceso só encima dos caixões. Aí ele disse que teve um medo[...] (ANTONIO MARIA, 2009)

A fala e o choro de gente nos lembram as descrições da “Maldizença”, que apenas se ouve, mas não se vê. A alusão feita aos caixões nos remete à reflexão feita anteriormente em que o fato de o morto passar antes pela Igreja já era motivo para que esse espaço fosse “temido” pelos vivos. Assim, a luz refletida nos caixões seria a ênfase dada à morte.

Outra experiência nos foi narrada por Dona Maria:

Minha prima, ela era pequena foi embora para Banabuiú⁷⁴, [...] e lá ela começou a ver uma senhora pedindo a ela pra vim tirar um terço aqui na Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo socorro [...]. Aí a mãe dela disse:

— Minha fia...

⁷⁴Município do sertão cearense, distante cerca de 230 km de Fortaleza.

— Mãe, ela já veio três vezes, duas vezes ela veio em sonho, mas agora eu vi foi ela mesmo me pedindo pra mim ir, mãe, se a mãe for.

Ela disse:

— Minha fia você tem que ir também.

— Vou, mãe.

Ela veio, pediu à madrinha Mundinha pra tirar o terço. E a madrinha Mundinha disse que ela era todo tempo assustada (Maria), só que a Madrinha Mundinha num via, aí rezou o terço, aí foi a pessoa falou (para Maria): “eu sou irmã do Chico Liberato [...]” aí deu o nome dela todinho, disse pra Maria quem era. Aí quando ela terminou de rezar ela deu os agradecimentos a ela, desapareceu e nunca mais apareceu. (MARIA FAUSTINO, 2009)

No imaginário cristão, atender aos pedidos dos mortos é ajudá-los na caminhada pela expiação dos pecados e, ao mesmo tempo, ficar de bem com aquele espírito que continua preso ao mundo dos vivos na busca do seu caminho. Desse modo, a Igreja é o lugar por excelência para o pagamento dessas promessas, sendo que muitas dessas almas não conseguem o reino dos céus por ter morrido sem pagar alguma promessa feita.

3.4.2. A Rua da Bolandeira e os transeuntes noturnos

Outro espaço que merece atenção é a Rua da Bolandeira⁷⁵, por estar sempre presente nas memórias como um lugar de assombrações, mas que no passado foi a principal rua da comunidade. Sr. Antônio guardou na sua memória algumas dessas histórias que cercavam de mistério as noites escuras da Bolandeira, e nos falou do que aconteceu com seu filho em uma dessas noites:

Quem viu foi um filho meu e um amigo dele [...] Eles foram pra um jogo no Piranji. [...] Quando chegaram no Triunfo o carro deu o prego, aí vieram de pé só eles dois [...] de 9 pra 10 horas da noite [...] Isso aí sempre acontece, quando chegaram acolá num certo mei, eles vinham naquele chotim⁷⁶ [...] Quando eles vão passando no lugar que sempre aparece as coisas, que quando deram fé vem aquela moça com os cabelos tão grande, no mei deles, e disse que a moça fazia mesmo assim que o cabelo batia num e noutro⁷⁷, e eles disseram que quando viram se animaram e tiveram medo. Quando chegaram mais ou menos duzentos metros do lugar de onde ela sai e desaparece, olharam pratrás e num viram mais nada [...] aí eles tiveram um medim. Quem foi que viu eles correrem mais? Disse que as pernas ficou dessa grossura. (ANTONIO MARIA, 2009)

⁷⁵Bolandeira é o nome dado à antiga máquina de descaroçar algodão, o que nos remete à própria história da rua que está intimamente ligada ao período de fatura do algodão no sertão cearense.

⁷⁶ Corrida lenta e de passos curtos, cooper.

⁷⁷ Ao falar sobre o acontecimento sr. Antônio levantou-se e tentou imitar a forma que os dois rapazes relataram o acontecido: enquanto eles corriam devagar, a moça apenas andava com passadas largas entre os dois; no entanto, mantinha-se lado a lado com os dois rapazes sem fazer nenhum esforço para acompanhá-los na corrida.

Narrativas desse tipo são comuns em Oiticica e para cada uma existe uma explicação para o ocorrido. Nesse caso, contam as memórias que essa senhora dos cabelos compridos, em visita a parentes em Oiticica, em um período que as memórias não conseguiram precisar, aceita carona de um primo para chegar até o transporte que a conduziria até sua residência. Acomoda-se ao lado do motorista com seus dois filhos, ainda crianças, e em uma curva a porta do carro se abriu em movimento e ela caiu com seus dois filhos, sendo atropelados pelo mesmo carro, vindo a falecer os três. Para alguns, essa aparição é o espírito dessa senhora, que ainda hoje aparece no mesmo local que faleceu.

Esta mulher já teria aparecido para várias pessoas. A exemplo do motorista de ônibus da empresa São Benedito, residente em Oiticica. Ao fazer o seu trajeto rotineiro certo dia, aproveitando que já não tinha passageiro, resolveu cortar caminho pela Rua da Bolandeira. Já era alta noite e queria chegar mais cedo em casa, tendo como companhia apenas o cobrador do ônibus e o silêncio da noite escura. Ao passar por esse local das aparições, ele viu uma moça de branco fazendo sinal para que o ônibus parasse. Como era fim de rota, ele só acenou avisando que não prosseguiria a viagem e passou por ela. Logo adiante, para sua surpresa, lá estava a mesma moça fazendo sinal para o ônibus, e isso se repetiu por três vezes, causando uma sensação de pavor no motorista que chegou em casa muito nervoso sem entender o que tinha acontecido⁷⁸. Para o Sr. Antônio foi a mesma moça que acompanhou o seu filho e o amigo.

Semelhante à aparição da moça, as pessoas ouviam o barulho de um carro, viam o seu farol, mas ninguém jamais viu esse carro, que acreditam ser um jipe. Para esse fato, Sr. Antônio deu a seguinte explicação:

Essa história é conhecida e o motorista do carro mais conhecido ainda. Era daqui da Oiticica, motorista antigo, Abraão. Isso foi dos primeiros carros que andou por aqui naquela época, isso foi em 1979, ele já tinha uns 50 anos. A estrada era aqui por dentro [...] Ele vinha de Quixadá, o carro cheio de gente e mercadoria, quando desceu o alto, antes de chegar na baixinha que sobe aí o carro entrou assim, bateu num pauzão assim. Acho que ainda hoje existe esse toco, lá mesmo ficou, [...] Quando deram fé, ele tava só assim na direção, morto. E nesse dito local o povo sempre vê o carro zoando, e esse carro que passa aqui é ele. (ANTONIO MARIA, 2009)

⁷⁸ História narrada por Senhor Antônio.

No mesmo sentido, está presente em algumas memórias a história de um senhor que, ao passar a noite na Bolandeira de moto, sentiu que alguém teria subido na garupa e, ao passar em frente ao cemitério, essa pessoa teria saído sem que ele parasse a moto. E o mais curioso é que ele teria reconhecido que se tratava de um senhor que exerceu grande influência na política local e que havia falecido recentemente.

Histórias semelhantes foram registradas por Câmara Cascudo e Gilberto Freyre⁷⁹. Sandra Nancy (2011) registra algumas manifestações de fantasmas na região do Cariri no Sul do Ceará. O diferencial é que em cada lugar essas histórias ganham uma conotação diferente, e em Oiticica estão intimamente relacionadas com os casos de morte que aconteceram na comunidade. Nesse caso, os agouros da Maldizença, no imaginário de Oiticica, seriam as vozes dos que já partiram para o outro mundo. Para Verena Alberti:

A história oral tem o grande mérito de permitir que os fenômenos subjetivos se tornem inteligíveis – isto é, que se reconheça, neles, um estatuto tão concreto e capaz de incidir sobre a realidade quanto qualquer outro fato. Representações são tão reais quanto meios de transportes ou técnicas agrícolas, por exemplo. Quando um entrevistado nos deixa entrever determinadas representações de sua geração, de sua formação, de sua comunidade etc., elas devem ser tomadas como atos, e não como “construções” desprovidas de relação com a realidade. (ALBERTI: 2004, p. 13-14)

A presença visível do medo na sua relação com a morte nos remete às reflexões de Delumeau (2009, p. 23), quando afirma que “o animal não tem ciência de sua finitude. O homem ao contrário, sabe – muito cedo – que morrerá. É, pois o único no mundo a conhecer o medo num grau terrível e duradouro”. Portanto, esse mundo desconhecido que é o Além, juntamente com o temor da morte e da violência presente em alguns momentos, foram moldando ao longo do tempo uma representação da morte como algo que causa pavor e sofrimento e que tinha na Maldizença a sua expressão maior. Assim, as aparições seriam, em alguns casos, reflexos do sofrimento de alguns que não tiveram uma morte natural e que vagam pelo mundo na esperança da salvação.

⁷⁹ Ver em CASCUDO. Op. Cit. em que o mesmo narra várias superstições cearenses, dentre as quais podemos identificar algumas semelhantes às narradas em Oiticica. E FREYRE, Gilberto. **Assombrações do Recife Velho**. Rio de Janeiro:Record, 1987. Neste também encontramos narrativas semelhantes, por exemplo, à do carro que rondava as ruas do Recife Velho assombrando a todos. 1. Ensaio brasileiro. I. Título.

3.4.3 Cemitério: a morada terrena dos mortos

Como foi salientado anteriormente, o rompimento do cemitério com a Igreja se deu por volta do período da Contra Reforma tanto pela necessidade de um maior espaço para as atividades litúrgicas, como também pelo fato de, no século XVIII, os médicos e químicos apontarem para os perigos de contaminação por conta dos cadáveres enterrados nas igrejas. No mesmo sentido é que o cemitério foi distanciado das cidades por conta dos perigos dos miasmas que ameaçavam a saúde pública (ARIÈS, 2003: p. 2006).

Atualmente o cemitério também se apresenta como um lugar que deve ser respeitado por ser a morada dos entes queridos que partiram para o mundo dos mortos. É lá que os vivos, sobretudo no dia dedicado aos mortos, fazem seus rituais, suas orações em memória dos que partiram. No entanto, ao mesmo tempo em que desperta respeito, desperta também o medo, pois revela traços de um mundo desconhecido, o mundo dos mortos.

As histórias que se ouve de episódios ocorridos em cemitérios são comuns na nossa cultura, principalmente durante a noite, que é o momento em que, segundo as crenças, as almas ou os espíritos aparecem para realizar determinadas ações, ou mesmo para pedir orações em benefício de sua paz.

Sr. Antônio, coveiro do cemitério de Oiticica, conhece e diz já ter vivenciado muitas dessas histórias durante todo esse tempo em que trabalha como coveiro, tanto no cemitério em que trabalha como em outros que conhece:

Ao falar sobre o episódio antes tenta justificar que o acontecimento foi verídico, e para que não reste dúvida explica que, mesmo tendo tomado umas doses de cachaça, não foi motivo para que o que aconteceu fosse tomado como uma ilusão; e, para estabelecer o elo de verdade, evoca a seriedade e a responsabilidade do compadriço que presenciou o episódio com ele, afirmando ser um homem que nunca mentiu. A história narrada pode ser encontrada em outros lugares, no Brasil e em outros países, como a exemplo da França.

Câmara Cascudo lança luz sobre o episódio narrado ao diferenciar o anjo e o pagão. Para o povo os anjos seriam as crianças, de até dois anos de idade, que morriam após o batismo e teriam o privilégio de ir diretamente para o céu, passando

rapidamente pelo purgatório a fim de deixar naquele local o alimento ingerido na terra, pois da terra nada se leva para o Céu. E os pagãos são as crianças que morrem sem o sacramento do batismo e, movidos pelo desejo do batismo, vêm constantemente ao mundo para tentar encontrar alguém que lhes conceda essa graça:

Ficam em certos lugares, chorando fino, um choro estranho e típico, choro de menino pagão [...] durante a noite, nos arredores dos cemitérios, capelas pobres, encruzilhadas, ouvem o choro miúdo e contínuo e o sussurro de vozes abafadas. O remédio para quem tiver coragem é piedade, é sacudir um pouco d'água benta na direção dos Anjos e dizer, alto e sem tremer, as palavras do batismo: Eu te batizo, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo! ... (CASCUDO, 2002, p. 30-31)

Em Oitica o cemitério nem sempre esteve no atual lugar. O antigo cemitério, por ficar em um local em declive, na encosta da serra, era de difícil acesso, até que a família do Sr. Mário Jorge doou um pequeno terreno de cinquenta metros quadrados para a construção do novo cemitério no início da década de 1960. Assim, por volta da década de 1970 ele foi ampliado para a dimensão atual.

Segundo as memórias, a primeira pessoa a ser enterrada no novo cemitério foi exatamente a filha de Dona Raimunda Viana de Freitas, que tinha feito a doação do terreno. E são muitas as histórias acumuladas pelo coveiro, pois o mesmo há muito tempo vem vivenciando o cotidiano do cemitério. Ao falar sobre o episódio do cemitério do Pirangi, logo em seguida ele começa a falar dos acontecimentos do cemitério de Oitica:

Aconteceu que morreu um cidadão em João Gonçalves [...] tá com uns doze anos, mais ou menos [...] Aí vieram pro enterro, a mulher dele veio também, a viúva. Ela sempre que vinha fazer visita ao marido dela, quando ela descia do carro, ia direto lá pra cova. Ela disse que veio, quando chegou bem aqui assim, que ela olhou pra lá, ela viu ele, com uma calça de quadro, uma camisa azul. Ela viu ele mesmo assim, como se ele tivesse olhando pra dentro da cova. Tinha uma amiga dela bem aqui, ela olhou e disse:

— Ei, olha onde tá o Zé.

Quando ela olhou num viu mais. [...] Quando foi um dia eu cheguei aqui num vinha me lembrando de nada, quando cheguei por aqui que olhei pra lá, tava ele do mesmo jeito que ela tinha dito, em pé com os pés juntos olhando pra dentro da cova. Aí eu disse:

- É o marido da mulher, é o Zé, aí num bater de pestana desapareceu. Eu ainda fui até lá num tinha nada. (ANTONIO MARIA, 2009)

Aparições desse tipo são comuns nos cemitérios, quando pessoas dizem ver outras que já morreram próximo aos túmulos onde foram enterradas. Portanto,

deve ser preservado não só pela memória da pessoa, mas pela possibilidade de a alma permanecer no local. Esse pensamento induz o medo que as pessoas têm do cemitério e produzem, em alguns casos, ilusões no imaginário, despertando ao mesmo tempo medo e curiosidade sobre esse mundo desconhecido que é o mundo dos mortos:

Sr. Antônio faz uma breve referência aos espíritos maus. Isso aconteceu pelo fato de acreditar na existência tanto dos bons como dos maus espíritos, que seriam aqueles que buscam fazer algo de ruim para alguém. E, pelo histórico das mortes em Oiticica, aliado ao fato de que as almas sempre aparecem no lugar onde o corpo foi enterrado, as pessoas passam a imaginar que muitos dos espíritos estão ali para assombrar ou fazer o mal, afinal, muitas foram as mortes por desgraça, como nos fala o Sr. Antônio:

Um dia desses nós tava aqui no cemitério, eu e o Maciel, falando em gente que morreu de desgraça. Só que o Maciel conheceu, do pouco tempo que mora aqui, nós contemo 53, que morreu tudo de desgraça, tudo conhecido meu, gente que ele conheceu. (ANTONIO MARIA: 2009)

Estávamos conversando sob uma árvore na entrada do cemitério no momento em que o coveiro narrava esse fato. Ele apontou para o nosso lado e abaixo dos nossos pés e afirmou: “Pronto, olha aqui, uma família só, cinco: um, dois, três, quatro, cinco, tudo de desgraça”. (ANTÔNIO MARIA, 2009)

Outro fato interessante é a associação de animais como sapo, peba e tatu com uma pessoa morta. Segundo o Sr. Antônio, pode vir a ser um espírito que se transformou em um animal; portanto, ele não aconselhava que se matasse nenhum animal que estivesse pelo cemitério.

Semelhante ao pensamento do Sr. Antônio, Cascudo já refletia sobre a devoção popular brasileira em que a alma representa um espírito com funções orgânicas – audição, voz, tato, visão – e, quando autorizada, pode fazer-se sentir pelos humanos. Pode aparecer de várias formas: humanas, luminosas, transparentes ou de aspecto monstruoso, que nesse caso é mandado pelo diabo, tendo em vista que Deus não concebe monstros. “E quando cumprindo penitência, as almas podem tomar aparência de animal. Cavalos, égua, bois, expandem em relinchos e mungidos autênticos às culpas antigas”. (CASCUDO, 2002, p. 371)

As memórias apontam o cemitério como refúgio da “Maldizença” exatamente pelo fato de ser a morada dos mortos, visto que, ao fazer o seu percurso pelo povoado passando necessariamente por esses lugares destacados aqui, têm sempre como destino final o cemitério, como se o percurso feito pela mesma também anunciasse o cortejo fúnebre que se aproximava: Igreja para recomendação da alma, Rua da Bolandeira como passagem obrigatória e, por fim, o cemitério como última morada daquele que teve sua morte prenunciada pelo “Choro”.

As vozes da “Maldizença” ainda ecoam nas memórias como uma marca indelével do tempo por estar intimamente associada aos momentos de sofrimentos vividos no passado. Essas marcas, tatuadas pelo tempo nas memórias, estão presentes em todas as narrativas quando o assunto é relativo às consequências do “Choro”, ou seja, à visita da morte e, geralmente, de uma morte trágica.

4 A MUDANÇA DOS TEMPOS E O “SILÊNCIO” DA “MALDIZENÇA”.

Algumas transformações ocorreram em Oiticica a partir de meados da década de 1980, que culminaram em uma nova forma de pensar e ver as questões relacionadas à morte e ao Além. A entrada em cena de uma nova religião, o protestantismo, com uma ideologia religiosa diferenciada daquela hegemônica até então, “enxergou” a “Maldizença” com outro olhar. No mesmo sentido, enfatizo as transformações sociais, que trouxeram em seu bojo uma nova forma de ver e sentir o mundo. Neste terceiro capítulo refletirei sobre essas questões a fim de compreender alguns dos motivos pelos quais a “Maldizença” deixou de se manifestar da forma que acontecia anteriormente, sendo praticamente desconhecida entre os jovens atuais.

4.1 A IGREJA EVANGÉLICA EM OITICICA

A Igreja Evangélica é uma vertente decorrente do pensamento luterano que rompeu com a Igreja católica no século XVI, na chamada Reforma Protestante. Lutero, religioso da Igreja Católica, não concordava com alguns pensamentos e atitudes dos membros da Igreja, motivo que o levou a liderar um movimento de reforma que culminou no rompimento com a religião católica, dando origem ao protestantismo.

Não é meu objetivo traçar o percurso do pensamento protestante ao longo dos séculos até Oiticica. Porém se faz necessário registrar que o pensamento protestante chega a Fortaleza, no Ceará, no final do século XIX, mais precisamente em 1882, através de missionários presbiterianos estadunidenses, rev. Wardlaw e sua esposa a Sra. Mary Wardlow. Em 1892, a partir da liberdade de culto promulgada pela Constituição Republicana, fundaram a primeira igreja de confissão protestante no Ceará, a Igreja Presbiteriana de Fortaleza (IPF), permanecendo como a única por quase 30 anos, só depois é que se estabeleceram outras denominações protestantes em fortaleza. (SOUZA, 2008).

No ano de 1915 os pastores evangélicos se voltam para o sertão com o objetivo de evangelizar os sertanejos, tendo em vista que os líderes protestantes viam a religiosidade popular praticada por estes de forma pejorativa. Como bem

salientou Robério Américo Souza (2008, p. 31), o sertão era visto como “o lugar onde se vive a fé cristã de maneira “supersticiosa”, “deturpada” pela ação de líderes religiosos como pe. Cícero, frei Damião, Antônio Conselheiro e beato José Lourenço”. Sendo este um forte motivo para levar aos sertanejos os ensinamentos da “verdadeira fé cristã”. Foi com esse pensamento que protestantes iniciaram sua trajetória de evangelização no sertão o Ceará.

Somente no ano de 1983, chega a Oiticica a semente da religião evangélica⁸⁰. A doutrina evangélica chega através da evangelização de crianças. Um jovem casal, natural da comunidade, porém residindo em Fortaleza desde a infância, tiveram contato com a Igreja evangélica e se converteram à religião.

Nós viemos na década de 1980, porque nós estávamos fazendo um curso na APEC, Aliança Pró Evangelização das Crianças, aí precisava da gente fazer um estágio, aí a gente achou melhor vim pra cá nas férias. Aí viemos pra casa dos meus pais [...]. Quando nós chegamos fomos juntar essas crianças, era tanta criança aqui [...], 100 crianças nós conseguimos colocar numa classe dessas, para cinco dias, de segunda a sexta-feira (MARIA DE FÁTIMA, 2015).

A fala acima é de Dona Fátima,⁸¹ uma senhora de 52 anos de idade, que juntamente com seu esposo Sr. Manoel Macário da Silva, hoje pastor da Igreja Evangélica Congregacional Manain, deu início ao trabalho de evangelização em Oiticica, onde permanece até os dias atuais. Nesse período de 32 anos permaneceram à frente da Igreja evangélica do lugar.

Dona Fátima conta que após os cinco dias de curso com as crianças, foi realizado um culto de encerramento, e na ocasião o seu pai se tornou um dos primeiros a se converterem à nova religião que chegava através da Igreja Evangélica Congregacional Manain. Com a experiência do curso, o casal sentiu a necessidade de manter o trabalho evangelizador, e passou a frequentar o lugar mensalmente para manter o trabalho iniciado. Diante das dificuldades enfrentadas, as visitas passaram a acontecer de dois em dois meses, depois de três em três meses. A cada encontro acontecia a conversão de algumas pessoas.

⁸⁰O termo Evangélico é utilizado para designar os protestantes por se declararem seguidores do evangelho. Em Oiticica todos que pertencem ao protestantismo se autodenominam evangélicos.

⁸¹Maria de Fátima Pereira da Silva. 52 anos, professora. Entrevista realizada em fevereiro de 2015, em Oiticica, Ibareta, Ceará.

Quando foi um dia meu pai foi a Fortaleza para o aniversário da Igreja aí falou com o pastor lá, e disse;

- Olha, eu quero que o senhor mande uma pessoa lá pra Oiticica. Lá já tem muita gente. [...]

Aí foi ele pediu para o pastor mandar uma pessoa pra cá. Só que lá, nesse tempo, eu tinha uma confecção, ele trabalhava como mestre de obras. A gente era bem assíduo na Igreja, ele era presbítero [...]. Aí ele (esposo) falou assim pra mim:

- Se fizerem uma proposta boa pra gente, a gente vai?

- É, larga tudo e vai, se for de Deus a gente vai.

Porque assim, quando a gente aceita Jesus mesmo pra valer, a gente larga tudo pra seguir Jesus. (MARIA DE FÁTIMA, 2015).

Dona Fátima e seu esposo, em nome da fé, aceitaram o desafio. Largaram a vida que haviam construído em Fortaleza e, em 1993, mudaram para Oiticica a fim de dar continuidade aos trabalhos de evangelização iniciado por eles. Não foi fácil a adaptação na nova residência. As dificuldades foram muitas: o casal havia trocado uma vida já estabelecida, com trabalho razoavelmente bem remunerado para morar em Oiticica, onde as dificuldades de trabalho eram grandes. A renda daquela comunidade era oriunda da agricultura ou serviço público através da prefeitura do município. A certeza que tinham era de um salário mínimo e uma cesta básica ofertada pela Igreja de Fortaleza.

Com o passar do tempo, o casal ganha um terreno ao lado da sua residência, e em 1995 tem início a construção da Igreja. Após sua inauguração, o trabalho de evangelização ganha um templo e se torna mais eficaz nas suas ações. Atualmente Oiticica conta com duas Igrejas Evangélicas, a do Pastor Manoel, já citada anteriormente e uma Igreja Assembléia de Deus, que chegou a Oiticica tempos após a primeira.

4.2. OS EVANGÉLICOS E OUTRO OLHAR SOBRE A MORTE, O MORRER E A “MALDIZENÇA”

Com uma nova religião se estabelecendo em Oiticica, uma nova forma de perceber e sentir o mundo se configura. Outro olhar é direcionado as várias questões inerentes ao ser humano e seu percurso de vida aqui na terra e no Além após a morte.

Dentre as pessoas que entrevistei em Oiticica, destaco aqui Dona Elvira⁸² e seu esposo, Senhor Sinval⁸³, que são evangélicos há mais de dez anos e forneceram algumas informações importantes para a compreensão do pensamento religioso evangélico a respeito do objeto desta pesquisa. Os dois me concederam um momento de conversa no alpendre de sua residência, na presença de amigos. Dona Elvira é uma das moradoras do lugar a escutar os terríveis agouros da “Maldizença”. Afirmo que, ao ouviro “Choro”, foi tomada por uma onda de pavor, por desconhecer do que se tratava.

A gente ouviu assim um negócio à noite que era estranho [...] Só choro, se lastimando da vida, gritando [...] mas foi uma coisa assim tão feia, assim como se não fosse em cima da terra, uma coisa horrível [...]. Assim uns choros, uns gritos, uma maldizença tão feia. A minha prima é evangélica e começou a orar pra determinar aquilo, né? (DONA ELVIRA, 2009)

Ao narrar ela transmite, através dos gestos e palavras, o que foi vivenciar aquele momento, e afirma que não quer voltar a escutar, por conta da sensação de medo que toma conta da pessoa. Por outro lado, após o relato de Dona Elvira, o Senhor Sinval fez questão de afirmar que isso já não acontece mais, principalmente depois que alguns pastores evangélicos fizeram algumas orações para acabar com essas aparições.

Vieram uns pastor lá de Fortaleza, fizeram aqui um trabalho de oração e determinaram o fim dessas coisas. Nunca mais ninguém ouviu não, tá com uns catorze, quinze anos isso. Passamos uma noite em todas as entradas daqui, pastores envolvidos na Igreja, né, fizeram esse trabalho de oração.” (SENHOR SINVAL, 2009)

Com esse casal podemos novamente observar que afirmar a existência da “Maldizença” é acreditar em algo que não condiz com os ensinamentos da doutrina evangélica. Enquanto Dona Elvira ainda nos relatou em poucas linhas em que circunstâncias havia escutado o “Choro”, o Senhor Sinval era mais sucinto nas suas afirmativas: “A gente ouviu assim um negócio à noite que era meio estranho, um choro, né? [...] É como se fosse alto mesmo, só que eu não saí de dentro de casa, né? [...] Pessoas que chegavam a ouvir, com poucos dias acontecia, né?” (SENHOR SINVAL, 2009). E novamente volta a afirmar que isso já não existe depois das orações feitas pelos pastores evangélicos. No entanto, Dona Elvira é uma das

⁸²Elvira Bezerra de Queiroz. Na ocasião com 59 anos de idade. Entrevista realizada em agosto de 2009, em Oiticica, Ibaretama, Ceará

⁸³ Na ocasião com 59 anos de idade. Entrevista realizada em agosto de 2009, Oiticica, Ibaretama, Ceará.

poucas pessoas a relatar a manifestação da “Maldizença” em um período mais recente. Vejamos:

Olhe, bem pertinho do João,⁸⁴ meu sobrinho, falecer daquele acidente [...], eu tava aqui mais a minha tia. Ficamos até onze e tanto. O Sinval não estava nem aqui, parece que estava pra Fortaleza. Estava eu, uma tia minha, uma prima, que é evangélica, a gente tudo evangélica, e a minha tia não é [...] mas foi uma coisa tão feia assim, como se fosse uma coisa assim, como se fosse em cima da serra. Já ia dar doze horas. Uma coisa horrível, uns gritos, umas maldizença feia. Aí minha prima, que é evangélica, começou a orar para determinar aquilo, né? Mas foi uma coisa horrível mesmo, começamos a orar. Aí minha prima disse:
- Sabe de uma coisa Elvira, eu vou pra casa.
Aí eu fiquei com aquele mal estar. O Sinval veio chegar no outro dia. Mas graças a Deus num ouvi mais, não. (Sr. ELVIRA, 2009)

Dona Elvira reafirma o mal-estar que se instalava em quem escutava. Para uns, mal-estar, para outros, agonia, outros denominam coisa ruim – todos os termos são designações para descrever a angústia da presença da “Maldizença”.

Essa insistência em afirmar que já não existe mais, está intrinsecamente relacionada com a ideologia da religião. Há algum tempo o senhor Sinval era católico, portanto via esses acontecimentos por outra ótica que não a da religião protestante. Sobre esse assunto, Roberto Da Matta, refletindo acerca da morte no Brasil, afirma:

De fato, enquanto o universo protestante é uno e coeso coerente, para usarmos uma palavra um pouco mais forte, mas certamente mais precisa, o mundo católico é múltiplo e segmentado. Nele as relações desempenham um enorme papel, permitindo a passagem de uma área para a outra, já que é demarcado por meio de espaços complementares, mas também segmentares. (DA MATTA, 1997, p. 112)

De fato há uma grande diferença entre o universo protestante e o católico. Neste existe um sagrado e um profano cheio de pecados, que permite uma oscilação entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos que não se verifica no universo protestante. Mesmo assim, nas memórias do Senhor Sinval e de Dona Elvira, esse passado marcado pelas aparições da “Maldizença” ainda está vivo, independente da mudança de religião, pois sofreu apenas a influência das transformações ideológicas ao longo do tempo.

Outra pessoa que narrou sua experiência ao escutar o “Choro”, já citada no primeiro capítulo, e que também é evangélica é Dona Maria Nogueira. Em um

⁸⁴Nome fictício. Esse rapaz faleceu em um acidente de carro no ano de 2006.

dado momento da nossa conversa, ela afirma o seguinte: “Graças a Deus, o que eu digo é isso, que depois que eu fui crente nunca mais ouvi essas coisas”. (MARIA NOGUEIRA, 2009) No mesmo sentido do senhor Sinval, ela atribui certo “silêncio” da “Maldizença” ao fato de o surgimento da igreja evangélica ter chegado à comunidade, e que nessa nova crença não existe espaço para tais acontecimentos.

Como já foi salientada amplamente nos capítulos anteriores, a cristandade ocidental alimentou o imaginário acerca dos perigos iminentes de uma condenação eterna ou o pagamento de duras penas no purgatório. Esse imaginário alimentou as atitudes e as crenças em torno das questões relativas à morte. No entanto, com a reforma da Igreja no século XVI e a emergência do protestantismo, muita coisa, antes amplamente difundida pela igreja católica, passa a ser contestada pelos protestantes. Uma das crenças mais combatidas pelas Igrejas da Reforma foi aquela que pregava a existência de um lugar de expiação dos pecados, o purgatório.

Daí o raciocínio de Lavrater: só há dois lugares para onde as almas se retiram após a morte dos corpos – o paraíso e o inferno. As que estão no paraíso não tem a necessidade de serem ajudadas pelos vivos, e as que estão no inferno jamais saíram de lá e não podem receber nenhum socorro. Assim por que as almas saíam, umas de seu repouso, outras de sua pena? (DELUMEAU, 2009, p. 125)

Não demorou para que a Igreja Católica rejeitasse incisivamente essa argumentação, e passasse a defender, através das escrituras, o discurso teológico das velhas crenças da presença dos mortos entre os vivos.

Deus pode permitir que as almas dos mortos se mostrem aos vivos sob as aparências do seu corpo de outrora. Pode também autorizar aos anjos, “que vão e vem do céu à terra”, a revestir uma forma humana, eles ganham então “um corpo que formam do ar [...] adensando-o e condensando-o”. Quanto aos demônios, podem por sua vez aparecer aos homens seja adensando ar como os anjos, seja emprestando “os cadáveres e carniças dos mortos” (DELUMEAU, 2009, p. 125)

Se instala então, no seio da cristandade, grandes contradições sobre o pensamento a respeito de uma vida após a morte. É esse pensamento católico, que afirma a existência dos fantasmas entre os vivos, que alimenta a crença no purgatório contestada veementemente também pelo pastor Manoel.

Olha o que a Bíblia fala sobre o purgatório. O que é ensinado pelo catolicismo é que o purgatório é um lugar de purgar os pecados, porque biblicamente isso não tem. Olha, no início existiam três caminhos: aliás, quatro caminhos, que eram o purgatório, o limbo, céu e inferno.

Biblicamente só existe céu e inferno. O segundo caminho foi esquecido muito antes, num deu muito certo, não. O Limbo era um local de espera para as crianças que morriam sem serem batizadas, aquelas crianças que morriam antes de serem batizadas não iam para o purgatório, iam para o Limbo [...]. (PASTOR MANOEL, 2015)

É a partir do pensamento protestante em Oiticica que ocorreu uma (re)significação da forma de perceber a “Maldizença”. Observemos o que nos fala o pastor Manoel, quando indagado sobre o assunto:

Biblicamente a Bíblia diz, em João 10:10, que o ladrão⁸⁵ vem somente para roubar, matar e destruir. Quer dizer, de tudo que você imaginar de coisa ruim que possa existir [...] isso eu acredito porque a gente conhece mais ou menos a personalidade dele, e sabe do que ele é capaz, e se ele vem para roubar, matar, destruir, eu vou acrescentar mais, veio para assustar, para fazer medo. Logo quando a gente chegou aqui, uma vez à gente foi fazer um culto aqui nos Barreiros⁸⁶. Tinha um rapaz que era motorista aqui, ele nos deu uma carona, aí ele disse:
– Depois que vocês chegaram aqui, acabou essa questão...
Porque disse que meia-noite tinha uns lamentos, tinha um choro, uma maldizença, a pessoa começava a se lamentar, a chorar e assombrava todo mundo, e daí pra cá quando a gente chegou num ouviram mais não. Era como um aviso. (PASTOR MANOEL, 2015).

Na narrativa do pastor entra em cena a figura do diabo: para ele a “Maldizença” é a ação do demônio que vem para assustar as pessoas e ao mesmo tempo anunciar o mal, e reafirma o que já foi salientado anteriormente, ou seja, que o afastamento dos agouros se deu também por força da presença da Igreja Evangélica.

O diabo sempre permeou a história da cristandade ocidental, apresentado como aquele que se contrapunha à palavra e aos ensinamentos de Deus, temido por ser o guardião do inferno e por ter grandes poderes de ludibriar os homens e induzi-los ao pecado, levando-os a se afastarem de Deus. Contudo, a presença do diabo nos discursos teológicos varia de acordo com a época histórica. Existiram momentos de grande ênfase em suas ações demoníacas, e momentos em que essa presença não era tão enfática. Na Idade Média, por exemplo, o diabo tinha o seu destaque no discurso do medo disseminado pela Igreja aos seus fiéis.

O fato é que, com os evangélicos, a “Maldizença” passa a ser percebida com outro olhar, ou seja, como uma das formas de o diabo se apresentar aos vivos, aterrorizando, enganando e confundindo a cabeça dos cristãos. No entanto,

⁸⁵O ladrão é um termo utilizado pelo pastor para designar o diabo.

⁸⁶Comunidade próxima ao distrito de Oiticica.

percebe-se que essa forma de perceber a “Maldizença” é uma resignificação do passado, tendo em vista que essas pessoas pregam a não-manifestação do “Choro” nos dias atuais.

4.3 O TRÂNSITO RELIGIOSO E A FORMAÇÃO DO IMAGINÁRIO

No imaginário de algumas pessoas de Oitica, esse pensamento oriundo do trânsito religioso entre Igreja Católica e Evangélica é evidenciado através dos discursos, como ficou explícito na entrevista feita com o Sr. Antônio e que evidenciarei nas linhas que se seguem.

Para o historiador oral é sempre gratificante observar em uma situação de campo as “facetas” da memória. Este é, na verdade, o grande mérito dessa metodologia: permitir ao pesquisador estar diante do sujeito no momento de suas reelaborações no ato de recordar e, em certa medida, participar desse momento, tendo em vista que, através de seus questionamentos, também conduz o processo.

Essa experiência da entrevista é ímpar, pois o sujeito constrói a sua narrativa de acordo com alguns indicativos que refletem aspectos socioculturais do meio no qual está inserido. As experiências vivenciadas e as visões de mundo compõem um mundo cognitivo em que a subjetividade, com toda carga emocional que lhe é própria, compõe a substância que dá sustentação a outra forma de apreensão do mundo diferenciada daquela compreendida pelo conhecimento científico, que corresponde ao âmbito das sensibilidades. Sandra Jatahy Pesavento conceitua as sensibilidades da seguinte forma:

As sensibilidades corresponderiam a este núcleo de percepção e tradução da experiência humana que se encontra no âmago da construção de um imaginário social. O conhecimento sensível opera como uma forma de reconhecimento e tradução da realidade que brota não do racional ou das construções mentais mais elaboradas, mas dos sentidos, que vêm do íntimo de cada indivíduo (PESAVENTO, 2005)

Outro aspecto a ser considerado na pesquisa de campo é a relação estabelecida entre pesquisador e sujeito, tendo em vista que a entrevista é uma construção em conjunto, e a memória, a ferramenta principal. Nesse sentido podemos afirmar que a palavra “confiança” é o que move esse momento, pois a memória individual é particular; logo, não se mostra a quem não se confia.

Quando passei a gravar entrevistas com algumas pessoas que haviam passado pela experiência de escutar o “Choro”, ou que sabiam da história de alguém que havia escutado, já nas primeiras conversas percebi que seria necessário muito mais delicadeza no trato com o assunto do que havia imaginado. Falava-se da experiência com riqueza de detalhes, do medo no momento, do que ouviu, de como ouviu; porém, quando adentrávamos nos acontecimentos posteriores, nos fatos prenunciados, alguns detalhes eram silenciados, ficando apenas na penumbra da memória.

Como já foi salientado, o Sr. Antônio Marinho de Andrade mostrou-se um excelente narrador, abordando assuntos dentro da sua visão de mundo e que fazem parte do imaginário social da comunidade de Oiticica, que me ajudaram na compreensão do objeto de pesquisa.

Por intermédio de uma pessoa da comunidade, marquei uma conversa com o Sr. Antônio e no dia marcado fui até seu local de trabalho. Ele me aguardava no portão do cemitério na sombra de uma árvore e, ao sermos apresentados, se mostrou receptível e disposto a nos ajudar com suas memórias. Tive duas oportunidades de conversar e presenciar as elaborações feitas por ele para compor sua narrativa a partir do exercício da recordação, o que resultou em quase quatro horas de conversa e três de gravação. Nas duas oportunidades conversamos no seu local de trabalho, o que serviu como um estímulo para memória, uma vez que é guardião da lembrança de vários momentos presenciados por ele em que a morte é responsável pela ruptura temporária da ordem social, promovendo momentos de comoção e tristeza. Ofereceu-nos uma cadeira, já gasta pela ação do tempo, mas que serve de descanso para aqueles que chegam para visitar seus mortos, permaneceu de pé ao meu lado, e sob a sombra de uma árvore ao lado dos túmulos e catacumbas, ficou à vontade para aquele primeiro contato.

Naquele dia cheguei a Oiticica com o objetivo de conhecê-lo e conversar um pouco para marcar outro momento em que ele se sentisse à vontade para gravar a entrevista, mas estava sempre preparada com um gravador e uma câmera fotográfica para qualquer situação inesperada. Antes de iniciarmos a nossa conversa, Sr. Antônio certificou-se da minha identidade: quis saber onde morava, onde trabalhava e por que queria saber sobre determinados assuntos. Após ter

respondido às suas indagações, perguntei quando poderíamos marcar a entrevista e, para minha surpresa, obtive uma resposta inesperada: “– Agora”.

De imediato lancei mão do gravador enquanto ele se acomodava sentando-se em uma pedra à minha frente. Perguntei se já podia gravar a conversa. Com a resposta afirmativa, pedi para falar seu nome completo, e isso foi o suficiente para que ele me contasse sua trajetória desde sua adolescência até o dia que passou a trabalhar como coveiro no cemitério daquela comunidade.

Por conta da profissão de artista circense, ganhou o apelido pelo qual é conhecido até hoje, Antônio do Circo. O circo em que trabalhava chegou a Oitica quando tinha 18 anos de idade, no ano de 1965, por ocasião da festa em homenagem à padroeira do lugar, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Cansado da vida de artista andarilho, ficou na comunidade, constituiu família e lá permanece até os dias atuais. Mostrou-se um excelente narrador. Era visível a necessidade que tinha de falar, de contar suas histórias, de compartilhar suas memórias com alguém, enfim, de se fazer ouvir: “Às vezes o pessoal pergunta a minha história. É tão interessante que, se eu fosse contar, que meu pai nasceu [...] já vou emendando uma história na outra, mas depois eu falo disso [...] sim, aí do circo [...]” (ANTONIO ANDRADE, 2009)

No despertar da memória, enquanto a lembrança dava “forma” à narrativa, o esquecimento deixava algumas lacunas na história que se pretendia ser contada em um contínuo; e, na medida em que a lembrança ia preenchendo esses “vazios”, ocorriam interrupções e retrocessos na sua narrativa na busca de uma cronologia que, para ele, era importante para a compreensão de sua história. No entanto, se não fossem essas interrupções, a maioria dessas lacunas passariam despercebidas pela empolgação da sua narrativa.

No decorrer daquela conversa ficou visível a teatralidade⁸⁷ utilizada para narrar os acontecimentos passados, dando a cada história uma performance diferente: gesticular, apontar, andar de um lado para outro, tudo isso foi utilizado para dar sentido à sua narrativa. Cada assunto abordado serviu como mote para uma história, que geralmente ele vivenciou ou alguém de seu convívio. E, como um

⁸⁷Termo utilizado por Frederico de Castro Neves no texto “As mil voltas de “seu” Muriçoca: migração e paternalismo no relato de um narrador exemplar. Trajetos. Revista de História UFC, vol. 2, nº 3, 2002.

bom narrador, fez questão de afirmar que eu não era a primeira pessoa a querer ouvi-lo, e me falou sobre algumas pessoas que residem em Fortaleza e que sempre vinham visitar o túmulo de sua família e aproveitavam para conversar com ele.

O pessoal mora em Fortaleza e sempre vem, aí quando eles vêm, vixe! Passa horas aqui perto de mim fazendo pergunta. E pergunta logo se eu não vejo alma... E é aquela coisa, né. Pergunta se eu tenho medo, também não. Aí eles acham graça porque tem gente que pergunta só pra ver eu dizer. Pra mim, medo não existe... aqui dentro eu não tenho medo de nada. Venho aqui a qualquer hora da noite se precisar. Tenho feito enterro aqui de uma hora da madrugada [...] (ANTÔNIO MARINHO, 2009)

Nesse momento ele menciona as questões relacionadas ao mundo sobrenatural. Ênio José da Costa Brito faz uma análise sobre a presença do Além na cultura brasileira, que é fruto de uma pluralidade de crenças presentes em nosso meio. Segundo Sáez (1996, p. 178 apud BRITO, 2005, p. 55) “na maior parte dos casos, o Além é visualizado como uma dimensão que convive com a nossa, no tempo, mas se realiza num espaço diverso. É o outro mundo”. E sobre esse outro mundo Sr. Antônio se diz “conhecedor”, afirmando não temer as almas, nem mesmo acreditar na sua existência. Justificando a sua coragem diante desse mundo sobrenatural, afirmou que entrava no cemitério a qualquer hora do dia ou da noite. Apesar dessas afirmativas, no decorrer da conversa, histórias e mais histórias surgiam em que visões, almas e espíritos protagonizavam seus enredos:

Uma vez nós tavatrabalhano numa capela bem acolá... tá com uns quatro anos, aí nós...o mestre era do Pirangi.Ele tinha um carro, um jipe.Ele chegava e parava o jipe bem aí de manhã.Nós trabalhava, quando era de tardzinha ele ia embora, aí tinha a bolsinha das chaves do jipe que ele descia e levava pra lá, aí botou lá. [...] Aí ele vei e deixou a bolsinha das chaves do carro lá, a chave do carro, né, [...], conversano, quando foro simbora que ele deu na chave o jipe inguiçou... isso aí foi em 84. Sim, aí ele disse:

— Ah! Cadê a chave?Ficou lá na capela.

Aí eu disse:

—Vamo lá buscar.Quem é que vai?

Aí os amigos dele disse;

— Eu num vou, eu num vou.

— Aí eu disse:

— Quem é que vai mais eu, que eu vou buscar.

Aí um disse:

—Eu vou.

O outro disse “eu vou, vambora”.Viemo. Nesse tempo num tinha luz pra cá, não, só até lá na rua mesmo⁸⁸...de noite, negócio de 7 pra 8 horas da noite, quando chegou bem aí no canto do muro, mais pra lá, nessa casa aí morava gente, aí dissero:

⁸⁸A rua à qual o Sr. Antônio se refere é o centro do povoado, ficando a rua da Bolandeira no escuro e, por conseguinte, o cemitério.

— Num vou, não,tô com medo

—Pois fica aí, fica no canto do muro pra tu ficar ao menos conversando comigo que eu vou. Aí eu vim e ele ficou lá, mas o que ele fez foi correr.Eu vim abrir o portão e entrei por aqui sozim.Nós passava com o carrim de mão, tinha essa mesma trilha aqui, nesse mesmo rumo aí direto, aí eu sai na trilhazinha.Quando eu cheguei bem aí assim, nessa coluna da capela aí, que eu olhei assim de longe eu avistei um caixão de defunto, aí eu vi o vulto.Achei parecido com um caixão de defunto aí voltei pro portão e fiquei pensano: num veio defunto pra cá, aí voltei de novo, aí quando cheguei perto vi, eu vi o caixão como se fosse novo.Tinha até aquelas listinha de lado, eu via tudo direitim, aí me deu assim como se fosse um medo, voltei de novo pro portão, ainda saí fora pra ver se o cara tava bem acolá, mas num tava mais, aí imaginei: “agora pronto, se eu num levar as chaves vão dizer que eu não levei com medo”.Voltei e você acredita que eu fechei os olhos, fui de olhos fechados, marquei só o rumo, tinha uma cruz aí no meio [...] aí eu peguei o caixão das chaves e sai com os olhos fechados.Quando eu fui passando eu olhei só assim, e num vi mais o caixão, aí abri os olhos,caçei, aí eu voltei, cheguei assim perto e nada, aí tinha uma vassoura aqui, peguei a vassoura. Num tinha nada, se era algum espírito mau atrás de me fazer medo [...] (ANTONIO MARIA, 2009)

Durante a entrevista eu buscava compreender as oscilações entre crer e não crer, entre temer e não temer. Ao se referir ao “espírito mau” deu indício de que acreditava em uma hierarquia existente entre os fantasmas, que ele denomina espíritos – os bons e os maus –, mas naquele momento não justificava essas oscilações. Optei por não fazer uma análise precipitada e simplista, até mesmo porque naquele momento meu olhar estava direcionado para outro foco, isto é, tentar enxergar para além da penumbra da memória social daquela comunidade.

Nesse intuito perguntei sobre as mortes violentas ocorridas na comunidade, e o Sr. Antônio ficou pensativo por alguns segundos e se mostrou preocupado com o gravador. Mesmo assim, me falou que muitas mortes já haviam ocorrido na comunidade. Dirigiu-se até o centro do cemitério e sinalizou para que eu o acompanhasse, e enquanto caminhávamos entre os túmulos e catacumbas, o trabalho da memória ia se constituindo e a lembrança vinha à tona. Ele falava da morte, das causas, das características da pessoa, das emoções, do velório, do enterro etc.

Um dia desses nós tava aqui no cemitério, eu e o Marcos⁸⁹, falando em gente que morreu de desgraça. Só que o Marcos conheceu, do pouco tempo que mora aqui, nós contamos 53, que morreu tudo de desgraça, tudo conhecido meu, gente que ele conheceu. (ANTONIO MARINHO, 2009)

⁸⁹Nome fictício.

Ao retornarmos ao mesmo local que iniciamos a conversa, ele aponta para o nosso lado e abaixo dos nossos pés e afirma: “Pronto, olha aqui, uma família só, cinco: um, dois, três, quatro, cinco, tudo de desgraça. (ANTONIO MARINHO, 2009). Somente após desligar o gravador é que compreendi, em mais alguns minutos de conversa, que as mortes ditas violentas, na sua grande maioria, ocorriam por vingança e por motivos óbvios que não cabiam ao Sr. Antônio revelar diante de um gravador, mas ficaram evidentes as relações sociais estabelecidas durante o período estudado, que abriram horizontes em minhas reflexões.

Em maio de 2013 voltei a Oiticica para outra conversa com o Sr. Antônio. Ao longo desse tempo ouve certa aproximação, tanto com o Sr. Antônio quanto com sua família, que ele fez questão de me apresentar ainda em 2009. Nas poucas vezes em que, porventura, o encontrei, sempre o cumprimentei e parei um pouco para trocarmos meia dúzia de palavras, ocasiões em que sempre me perguntava quando iria gravar mais uma entrevista com ele.

Mais uma vez me recebeu no cemitério, no mesmo local em que havíamos conversado há quatro anos. Nessa ocasião, estava mais interessada em perceber alguns aspectos culturais dessa pluralidade de crenças à qual se referiu Brito (2005) para uma melhor compreensão sobre a “Maldizença”. Resolvi conversar novamente sobre suas crenças e experiências com a morte e o sobrenatural, a partir do ponto em que havíamos parado anteriormente. Perguntei o que ele achava que era a “Maldizença”:

Uma vez eu perguntei para o padre: — Me diga uma coisa: Aqui um tempo o povo ouvia um choro assim no ar [...] Aí ele disse:

— Seu Antônio, isso é todo mundo que morre de desgraça. Aqueles que morre sem procurar a desgraça num faz remorso nenhum, mas aquele que os outros vêm pra fazer a desgraça com ele, esse fica [...] Num é a alma, na hora que a pessoa morre a alma se acaba, porque a voz da gente é que é a alma, mas o espírito fica vagando e num sai, é todo tempo arrodando o local aí. (ANTÔNIO MARINHO, 2013)

Mais uma vez faz distinções entre os tipos de espíritos, mas dessa vez se utiliza da figura do padre enquanto autoridade religiosa para responder às perguntas relacionadas a esse mundo mágico religioso, e omite o fato de já ter escutado, ele mesmo, a “maldizença”. Pergunto sobre a diferença entre a alma e o espírito:

O espírito é aquele que faz você pensar, entender e muito mais, e a alma é o que chamam o fôlego de vida. Por exemplo, na hora que morre, a alma sai do corpo [...]

– E a gente pode ver o espírito?

– Não.

– E a alma?

– Também não, que é invisível, é coisa feita por Deus [...] Nós não podemos ver, agora nós tem o direito, e acho que é até obrigado a acreditar, que seja assim. (EUDÉSIA NOBRE, ANTÔNIO MARINHO, 2013)

De acordo com o pensamento do Sr. Antônio, a alma seria a própria vida representada pelos sentidos que ele denomina “fôlego de vida”, e o espírito seria a consciência que se desfaz no momento da morte. Alma e espírito são feitos por Deus e, enquanto tal, são incontestáveis. Distingue os tipos de espírito, entre os bons – aqueles que morrem de morte natural – e os espíritos vagantes, que morrem em consequência de uma desgraça. Os espíritos bons permanecem por pouco tempo próximos ao corpo e vão para um local destinado por Deus, enquanto o espírito vagante permanece entre os vivos. Para exemplificar ele se utiliza da ficção das telenovelas.

Tem caso que passa na televisão que é tipo caso verdade, [...] Quando morre um na novela a gente vê o espírito saindo, a gente vê como se fosse o corpo deitado, aí o espírito se levanta, aí sai andando. A pessoa mesmo, sai andando assim no espaço, que eu não sei como é aquilo, tudo é feito mas é baseado em caso verdade. Eu creio que o espírito vagante é daquele jeito: na hora que a pessoa morre, o espírito sai, se a pessoa morreu de morte natural, o espírito vai para onde Deus permitir, e aquele que morre de desgraça, não procurada por ele, mas mandada num sei por quem, fica no espaço, só vai ser liberada no dia do julgamento, isso é com certeza [...] (ANTÔNIO MARINHO, 2013)

As informações obtidas através das imagens influenciaram na sua forma de representar essa questão, uma vez que as informações envolvidas em nosso pensamento são de natureza perceptiva. É por isso que produzimos imagens, que são construções baseadas em experiências anteriores, criadas como parte do ato de pensar (LAPLANTINE, 1997). Sabiamente ele afirma que a ficção é baseada na verdade, pois a ficção é construída a partir de fragmentos de uma dada realidade, que serve de inspiração para a criação ficcional.

Esses espíritos vagantes só se libertariam no juízo final de acordo com os desígnios de Deus, e mais uma vez ele se utilizou de um exemplo para explicar seu pensamento:

É como um preso, que passa dez anos preso, aí no dia do julgamento ele num fica liberado? Fica livre, né? Também no dia do juízo final, aquele que Jesus Cristo abençoou, que aqui o juiz faz é liberar, então ele vai ficar numa boa também, no lugar que Deus permitir, ele tem o lugar dele apropriado, e aqueles que não merecem ir pra lá, vai pra colá [...]pode ser pro inferno (ANTONIO MARINHO, 20013)

Para o Sr. Antônio só existem dois lugares de destino para os espíritos: o céu e o inferno. Nega a existência do purgatório e faz uma crítica aos padres, enquanto representantes da Igreja Católica: “é uma pena que eu tenho dos padres ser tão sabidos e fazer as pessoas acreditarem que tem um purgatório” (ANTÔNIO MARINHO, 2013). Observa-se ao longo da sua narrativa uma multiplicidade de crenças e ideologias religiosas oriundas tanto do catolicismo popular quanto da religião evangélica, fruto de uma vivência próxima com essas duas religiões, visto que já foi católico, depois foi evangélico por um período e hoje, longe dessas duas religiões, tem apenas Deus como Igreja e a Bíblia como ensinamento.

Ao abordar o tema do pecado ele me surpreendeu com a seguinte pergunta: “Você acredita que Deus perdoa todo pecado? Pode dizer o que você sabe, você acredita ou não, que ele perdoa todo pecado?” (ANTÔNIO MARINHO, 2013). Naquele momento me vi em uma situação delicada, pois passei de entrevistadora a entrevistada, e uma série de interrogações se formou no meu pensamento a respeito do que deveria falar. O que será que ele espera como resposta? O que eu falar influenciará na sua reflexão sobre o assunto? Eu só tinha como certeza que eu não o deixaria sem uma resposta para uma questão bem óbvia numa situação como aquela. Após titubear um pouco, respondi então que acreditava que Deus era tão misericordioso que perdoaria todos os pecados desde que houvesse um arrependimento, e só então ele finalizou o assunto afirmando que:

Deus veio para perdoar todos os pecados, mas ele só perdoa se você quiser. Ele só não perdoa um tipo de pecado, aquele que você não confessar[...] Todo dia você peca, você peca até sem saber[...] e pra você confessar seus pecados, você não vai confessar ao padre [...] ou aqui ou na sua casa, onde você chegar, onde você tiver[...] tem que confessar é a Deus, num é ao padre, não (ANTÔNIO MARINHO, 2013)

De fato ele quis se certificar da minha religião para mensurar as palavras que utilizaria naquele momento, e mais uma vez me certifiquei da imprevisibilidade da prática de campo em História Oral.

A entrevista do Sr. Antônio, com suas ideias e concepções, me ajudaram a pensar meu objeto de pesquisa, e perceber que a experiência de uma pessoa a torna um indivíduo único e singular, por aquilo que ele realmente viveu em nossa história. Desse modo, ouvir essa pessoa é ter a sensação de que a história está sendo contada em um contínuo. Compartilhando do pensamento de Verena Alberti (2004: p. 14), “temos a sensação de que as discontinuidades são abolidas e recheadas com ingredientes pessoais: emoções, reações, observações, idiossincrasias, relatos pitorescos.”

Em relação à morte, sabemos que ela é universal, porém a forma de representá-la e interpretá-la são culturais e, portanto, inseparáveis das práticas sociais, dos conjuntos de valores de caráter familiar, religioso etc. e dos múltiplos trabalhos da memória

Assim, a “Maldizença” enquanto mau presságio anunciava um momento de tensão social, além de antecipar a angústia da presença da morte e o sofrimento que a cerca, levando momentos de medo para uma comunidade onde a violência e algumas concepções religiosas, como duas dimensões socioculturais, se configuram como responsáveis pela formação de um imaginário acerca da vida, da morte e do sobrenatural que influenciou a comunidade de Oiticica no período estudado.

4.4. AS TRANSFORMAÇÕES PERCEBIDAS NO TEMPO E AS SENSIBILIDADES NO ATO DE RECORDAR

Ao longo do período da segunda metade do século XX, muitas mudanças ocorreram em Oiticica e influenciaram nas percepções a respeito da “Maldizença”, passando de um período em que todos tinham ciências das suas “aparições”, até o momento em que já não se fala mais como antes, em decorrência das transformações percebidas ao longo do tempo.

Ao refletir sobre o tempo, Norbert Elias afirma que “sentimos a pressão do tempo cotidiano dos relógios e percebemos – cada vez mais a intensidade, à medida que envelhecemos – a fuga dos anos nos calendários”(ELIAS, 1998, p. 11). Os relógio e calendários, como medidas do tempo, são processos físicos padronizados pela sociedade e servem de orientação para as atividades cotidianas. São tão comuns que não conseguimos pensá-las sem essas medidas físicas, apesar de

sabermos que o tempo não se pode apreender como algo palpável. Até mesmo essas medidas são resultados de um processo de observação humana sobre a natureza, como o nascer e o pôr do sol, as fases da lua etc. De fato, os relógios e calendários se tornaram tão importantes na sociedade que esses símbolos numéricos são hoje essenciais para a percepção do devir:

A sucessão irreversível dos anos representa, à maneira simbólica, a sequência irreversível dos acontecimentos, tanto naturais como sociais, e serve de meio de orientação dentro da grande continuidade móvel, natural e social. Numerados, os meses e dias do calendário passam então a representar estruturas recorrentes, no interior de um devir que não se repete. (ELIAS, 1998, p. 10)

O autor salienta ainda que a coerção do tempo é de natureza social e repousa sobre dados naturais como o envelhecimento; portanto, a passagem do tempo é sentida com mais intensidade à medida que envelhecemos.

Podemos dizer que essa percepção se dá de duas formas: uma pelos sinais de natureza física, e outra pela memória. Esta, além de funcionar como referência da passagem do tempo, é guardiã de um passado social e individual do sujeito. Nesse sentido, a memória se apresenta como suporte no que concerne a essa percepção do tempo através do envelhecimento. Tivemos a oportunidade de fazer essas observações quando, em 2010, entrevistamos Dona Ana Maria¹ já citada anteriormente.

Nessa conversa pude perceber algumas das transformações ocorridas em Oiticica que interferiram na modificação do espaço e ao mesmo tempo influenciaram no “esquecimento” da “Maldizença”. Nossa conversa ocorreu em um espaço que, para Dona Ana, funcionou como um estímulo para sua memória. Refiro-me à rua da Bolandeira, onde morou com sua família durante boa parte de sua vida, na infância e adolescência.

A citada rua atualmente é praticamente deserta: além do cemitério, conta com apenas duas casas habitadas e duas casas abandonadas, todas construídas de taipa, onde o mato tomou de conta e se estende até o telhado, completando o quadro do mais completo abandono. Sem asfalto ou calçamento, conta apenas com cercas de arame farpado nas laterais da rua, deixando visível a vegetação que encobre um passado bem vivo na memória de Dona Ana. Tal fato nos remete ao pensamento de que “a memória e a identidade se concentram em lugares, e em

“lugares privilegiados”, quase sempre com um nome, e que se constituem como referências perenes percebidas como um desafio ao tempo” (CANDAU, 2011).

Na ocasião, Dona Ana, acompanhada de seu esposo, sua cunhada e sua nora, dirigia-se ao cemitério, localizado nessa mesma rua, para uma visita aos seus mortos. Uma excelente oportunidade para uma conversa, tendo em vista que a pessoa estaria exatamente nos lugares da memória. A morte, dessa maneira, nos remete não somente aos entes queridos que se foram, mas também ao tempo que passou e que levou consigo momentos vividos por Dona Ana, mas que permanecem vivos em sua memória.

Taí, eu morava aí, aí era minha. Vendi para um tio meu, aí fui morar na minha que era ali e vendi a de lá, aí mora um primo meu. Aí era tão bom...tenho um irmão que mora ali, tenho um que mora lá na vila, meu sogro mora ali em frente ao colégio, cunhada, cunhado, moram tudo ali. (DONA ANA MARIA, 2010)

Ao chegarna Terra da Santa no centro do povoado, começou a sua identificação com o lugar, através da referência que fez aos familiares que ainda residem em Oitica, e começou o seu trabalho de recordar ao se referir às casas que morou e que hoje já não lhe pertencem mais.

Aqui era um prédio, que era uma escola de dia e de noite era aí... se acabou-se, aí tá acabado. Aqui era muito bom de primeiro, Ave Maria. Aquela casa vermelha ali é meu sobrinho que mora ali. Aquelas duas casas brancas ali são do meu irmão, essas duas casas, essa de azulejo e essa outra que tem esse plástico, essa outra branca ali era minha, que eu vendi [...]pra inteirar pra comprar a lá de Quixadá... e essa rosa aí era do meu irmão que morreu. (DONA ANA MARIA, 2010)

Quando ela afirma que “Aqui era muito bom de primeiro”, faz referência a um passado que, nas suas palavras e expressão, foi um tempo que deixou marcas positivas por ter vivenciado momentos bons ao lado de sua família e amigos.

E como havíamos imaginado, no trajeto até nosso destino ela nos falava sobre o passado. Os lugares funcionavam como incentivadores do despertar da memória. Sobre esses espaços, Cícero Joaquim dos Santos, em diálogo com Maurice Halbwachs, afirma que:

Há espaços que são tidos como referências simbólicas de acontecimentos que, por marcarem um momento da vida social de uma comunidade ou mesmo as relações sociais, são revestidos de significados, fazendo

rememorar o ocorrido. Nesse contexto, no mesmo momento em que são rememorados, são também (re) significados. (SANTOS, 2009)

Ao chegar à Rua da Bolandeira percebemos que é um desses espaços cheios de simbologias que estão imbricados na história de Dona e Ana e de Oiticica.

Ave Maria, no tempo que nós era moça que morava pra cá, era tudo cheio de casa, o pessoal derrubaro [...] os moradores iam saindo, uns morreram, o papai, (pausa)taí, eu morava aí, eu ainda passei um ano morando nessa casa dele...

Num tem, quem vem pra chegar aqui de Quixadá, pra chegar no Mauro Freitas num tem aquele açudim? Ali era a cacimba, que a gente carregava água, que a gente morava pra cá pra Bolandeira. A gente carregava água, nesse tempo a gente num usava lata não, era cabaça, a gente carregava água em cabaça. A gente botava dacolá pra cá na cabeça, todo dia a gente botava, da “mei” dia pra tarde era aquela tropa de rapaz e moça com vazia pra vim buscar água aí. A gente se levantava de madrugada, era assim [...] hoje a água é encanada.

Aqui era a maior animação, era tudo casa, era muito bom aqui ... aí morava um tio meu, morreu [...] era tão bom quando a gente morava pra cá que a gente barria os terreiro debaixo dos pés de pau, era tão bom [...] De manhã eu me levanto vou barrer a calçada só aquela fretezinhavéa, os carro só falta passar por cima da gente e as moto⁹⁰. ...

Aí tudo era casa, tinha casa aí, tinha casa desse lado do Raimundim, derrubaro tudo, até o fim da terra, onde a gente chama Bolandeira mesmo, pra chegar no Triunfo pra banda de lá tinha casa.

Nesse momento percebemos um misto de alegria e tristeza em suas palavras. Recordou com alegria da adolescência em que as dificuldades típicas “daquele tempo” faziam parte da rotina sertaneja, e fez comparações com o tempo presente em que o acesso à água se dá de uma forma mais prática, porém deixa claro que, mesmo com as dificuldades, “aquele tempo” era mais animado. Podemos perceber que isso se dá pela recordação da socialização entre rapazes e moças nessa rotina de difícil acesso à água. Da mesma forma, compara a prática de varrer o terreiro de sua casa no sertão, quando morava com seus pais, com a prática de varrer a calçada da sua casa na cidade de Quixadá, onde mora atualmente.

Até nesse momento da conversa, caminhávamos pelo início da Rua da Bolandeira em direção ao cemitério. Ao chegarmos, Dona Ana acendeu as velas que carregava nas mãos em benefício de seus mortos: “Aqui é da minha mãe, aqui do meu pai, do meu irmão e da minha irmã” (ANA MARIA, 2010). E prosseguia apontando os túmulos dos familiares e conhecidos e falando sobre a história de quem se foi e, por consequência, revelando a história do lugar.

⁹⁰Dona Ana se refere a sua atual residência na cidade de Quixadá.

Ao citar Pierre Nora, Joël Candau (2011) afirma que “a razão fundamental de ser de um lugar de memória, é a de deter o tempo, bloquear o trabalho de esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte”. Nesse sentido ao recordar seus mortos, que um dia fizeram parte do cotidiano da Rua, Dona Ana ultrapassou as barreiras do tempo e trouxe à tona um passado recheado de um misto de sentimentos traduzidos nas suas próprias emoções. Ao indagá-la sobre o tempo em que morava na Rua da Bolandeira, de imediato foi tomada por um momento de nostalgia que lhe trouxe à memória a vivência de algumas décadas atrás quando seus pais ainda eram vivos.

Ao sairmos do cemitério, ela propôs um passeio até a antiga casa de sua família. Nesse momento foi que percebemos que a saudade se apresentava de uma forma clara nas palavras, gestos e expressões ao recordar dos momentos em que viveu com sua família naquele lugar, hoje desolado pelo abandono.

Aqui era tudo limpo, roçado, aí era campo de feijão e milho, acabou tudo. Aqui era uma casa também [...] essa daí ainda morou dois irmãos meus aí [...] tá acabado, tudo acabado [...] ainda foi minha mãe que plantou essas flores. Essa casa foi meu pai que fez. Nascemos tudim aqui nessa casa. Aqui era o pé de cajarana, de tarde a gente armava a rede e se deitava aí. No dia que ele tava fazendo essa parede, Denda⁹¹, eu ajudava ele⁹². De tarde ele botava um banquim ali e se sentava, aí nós tudo sentava aqui. Ali num tinha mato, era tudo limpinho quando apontava uma pessoa ali a gente via. Quando a mamãe tava pra bodega, pra comprar a merenda, nós ficava ali no pé da cerca botando a cabeça. Aí ainda foi minha mãe que plantou, ela gostava de planta, o pé de ateira, ela chamava meu pé de ateira. [...] aqui tudo era terreiro, eu barria tudo, era tudo limpo, a coisa mais linda (ANA MARIA, 2010)

Ainda encontrou vestígios do tempo passado, e tudo foi motivo de recordação, uma flor, uma parede, uma árvore, uma casa etc. A memória estava ancorada em tudo que olhava ao seu redor. Quando afirmou que “tá acabado, tudo acabado”, fez referência à passagem do tempo que deixou suas marcas cravadas nos lugares de memórias, nos remetendo à ideia de que o tempo, além de não ser algo palpável na sua essência, é imperceptível de imediato e transformador a médio e longo prazo.

⁹¹Denda é o nome pelo qual é conhecida a cunhada de dona Ana. Nesse momento ela falou se dirigindo à cunhada.

⁹² Nesse momento Dona Ana se dirige à sua cunhada e recorda com tristeza o dia em que seu pai construiu a parede da casa de taipa e que ela o ajudou.

E, da mesma forma que recordou de sua residência e dos bons momentos em família, recordou também dos momentos sociais na rua em épocas da colheita do algodão: “[...] no tempo das festas aqui era muito animado, era a gente nas capoeira de algodão apanhando algodão e a radiadora véa troando”. (D. ANA MARIA, 2011)

Dona Ana me pôs diante de uma rua povoada bem diferente da que estava diante dos meus olhos. É nesse sentido que “a narrativa acaba colorindo o passado”(ALBERTI, 2004: p. 14). No pensamento de Verena Alberti, a experiência de uma pessoa a torna um indivíduo único e singular, por aquilo que ele realmente viveu em nossa história, e ouvir essa pessoa é ter a sensação de que a história está sendo contada em um contínuo: “temos a sensação de que as descontinuidades são abolidas e recheadas com ingredientes pessoais: emoções, reações, observações, idiossincrasias, relatos pitorescos.” (ALBERTI, 2004: p. 14). Ao ressaltar a colheita do algodão, ela mencionou um tempo de fartura pelo qual passou o sertão cearense, mais especificamente o município de Quixadá. Ao citar a radiadora, ela recordou da festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Durante toda a conversa Dona Ana sempre deixou visível que em sua memória ainda estão registradas todas as casas que existiam na rua e seus respectivos donos. Foram destruídas pela ação do tempo e do homem, porém fazem parte de um tempo passado que deixou vestígios nos lugares de memória.

O despovoamento da rua se deu por alguns motivos, dentre eles o declínio do ouro branco do sertão, o algodão. Nos finais da década de 70 e início de 80 do século XX, já não existia mais a produção de algodão verificada anteriormente, motivo que levou alguns moradores a mudar e buscar outros destinos. Alguns passaram a morar em Oiticica mesmo, outros foram para outras cidades em busca de oportunidades. O fato é que, diante dessas circunstâncias, a rua ficou deserta, tendo como habitantes atualmente, segundo o imaginário das pessoas, apenas a “Maldizença” e a morte nas suas várias faces, passando de uma das principais ruas do distrito no passado à condição de rua assombrada atualmente, sobretudo durante a noite. O que não significa que a “Maldizença” só se fez presente depois da rua abandonada, pois, nas memórias de Dona Ana, seus agouros eram ouvidos pelos moradores tempos atrás. Se o medo do “Choro” e tudo

o que ela representava já era presente “naquele tempo”, podemos imaginar as aparições de espíritos na calada da noite em uma rua abandonada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início da construção desse trabalho fui impulsionada pelo desejo e curiosidade de conhecer um pouco mais da vida desses homens e mulheres do sertão, que em meio as suas lutas diárias constroem todo um sistema de simbologias que dão sentido as suas vidas. Dentre essas simbologias estão àquelas relacionadas à morte, que estão diretamente ligadas a crença na “Maldizença”.

A vida no sertão, sobretudo no início do período estudado, ainda era marcada fortemente pela violência tão típica da vida sertaneja descrita pelos memorialistas do século XIX. A vingança era responsável por boa parte dos crimes de morte, que geralmente ficavam sem a punição da lei oficial por conta da falta desta nos confins do sertão em meados do século XX. A lei era constituída pelo mais forte, que no caso da região em questão, ficava a cargo do poder político.

Na região da Serra azul, essa violência deixou como resultado uma série de mortes violentas, que permaneceram na memória social do lugar, e, por conseguinte influenciaram na crença da “Maldizença”. Esta por sua vez, espalhou o medo e ditou comportamentos. Suas aparições, tidas como presságios, eram interpretadas como o anúncio da morte geralmente por violência, este fato era suficiente para que a comunidade ficasse apreensiva temendo algum acontecimento que tivesse como desfecho a morte de alguém.

A experiência com a morte em Oiticica ocorria com uma frequência muito grande, pois era onde estava situado um dos poucos cemitérios que existia na região, portanto era comum a comunidade presenciar cortejos fúnebres que chegavam à comunidade. Não apenas de mortes violentas, mas de todo e qualquer motivo.

Tida como o momento final da vida, a morte é temida tanto por não se saber o que acontece após o fim da vida, quanto pela associação que é feita com a dor e o sofrimento. Nesse caso, para alguns, as vozes da “Maldizença” representaria esse sofrimento das almas daqueles que não conseguiram a salvação e vagueiam pelo mundo em busca de oração. Nesse sentido o mundo dos vivos também comportaria paralelamente o terceiro local, ou seja, uma espécie de purgatório, onde as almas que tiveram a chance de regeneração estariam a vagar em busca de ajuda para a sua salvação. Para outros essas vozes, choros e lamentos, são ecos das

almas sem salvação que já padecem no inferno, e que retornam para tirar o sossego dos vivos, anunciando ondas de violência e morte.

De uma forma ou de outra, essas construções da memória surgem das experiências vividas por essas pessoas, que as interpretam e dão um sentido ao que imaginam, que por sua vez passam a fazer parte do sistema de ideias e simbologias que movem a vida cotidiana.

Não busquei durante o período da pesquisa a veracidade ou não de tais aparições, até mesmo porque já é sabido que ela não existe da forma acabada como muitos pensavam em tempos anteriores, mas que existem versões diferenciadas para o mesmo fato. Buscamos sim compreender como essas pessoas percebiam esses fatos e como eram processados em suas memórias, tendo em vista que o produto desse processo vai influenciar no sistema de crenças que pautam sua existência.

No que se refere à metodologia, a utilização da História Oral é sempre gratificante na pesquisa de campo. É na experiência de campo que se confirma a assertiva de que não se conhece a metodologia da História Oral apenas na teoria, se faz necessário a prática para compreendê-la. Pois a cada trabalho de pesquisa feito é uma nova construção que se configura, e em cada entrevista uma nova experiência. Nenhuma substitui a outra, ao contrário, se interligam na composição do conhecimento.

Essa experiência da entrevista é ímpar, pois o entrevistado ou entrevistada não é dotado (a) de passividade nesse momento, essa pessoa, que confiará suas memórias a alguém, constrói a sua narrativa de acordo com alguns indicativos, dos quais podemos destacar, a leitura de mundo que essa pessoa tem, as experiências vividas e o mais importante, a leitura que ela faz do pesquisador ou pesquisadora, pois a entrevista é uma construção em conjunto, e a memória a ferramenta principal.

Nesse sentido posso afirmar que a palavra “confiança” é o que move esse momento, pois a memória individual é particular, não se mostra a quem não se confia, principalmente quando se trata de assuntos delicados como a morte, que mexe com todo um sistema de emoções como, medo, saudade, angústia, tristeza

etc., que muitas vezes afloram através dos indícios do corpo como a lágrima, o sorriso, etc.

Considero um trabalho delicado, quando se trata de compor a memória, e ao mesmo tempo me sinto lisonjeada ao receber a confiança dessas pessoas para conseguir realizar este trabalho.

Terminamos com a certeza de que a cada experiência é uma troca de conhecimentos, que ficam não apenas registrados nas páginas aqui escritas, mas que permanecem nos ensinamentos para a vida.

FONTES

Narrativas orais:

- Ana Maria de Almeida (nome fictício) entrevista realizada em Oiticica, Ibaretama, Ceará, em 30 de agosto de 2010.
- Antônio Maria de Andrade, 64 anos, entrevista realizada em Oiticica, Ibaretama, Ceará, em 16 de agosto de 2009
- Edson Queiroz, 76 anos, entrevista realizada em Quixadá, Ceará, em 23 de julho de 2010
- Elvira Bezerra de Queiroz, 59 anos, entrevista realizada, em Oiticica, Ibaretama, Ceará, em 19 de maio de 2009
- Francisca Carlos da Silva, 78 anos, entrevista realizada, em Oiticica, Ibaretama, Ceará, em 19 de maio de 2009.
- Josino Luiz da Silva, entrevista realizada, em Oiticica, Ibaretama, Ceará, em 17 de junho de 2009
- Mauro Jorge de Freitas, entrevista realizada no dia 17 de junho de 2009, em Oiticica, Ibaretama, Ceará.
- Ana Maria de Almeida (nome fictício) entrevista realizada em Oiticica, Ibaretama, Ceará, em 30 de agosto de 2010.
- Maria nogueira Viana, conhecida, 68 anos, entrevista realizada em Oiticica, Ibaretama, Ceará, julho de 2009.
- Maria Faustino da Silva, 64 anos, entrevista realizada em Oiticica, Ibaretama, Ceará, em 24 de julho de 2009.
- Maria de Fátima Pereira da Silva. 52 anos, professora. Entrevista realizada em fevereiro de 2015, em Oiticica, Ibaretama, Ceará.
- Sinval Bezerra, entrevista realizada em agosto de 2009, Oiticica, Ibaretama, Ceará.

Fontes Oficiais:

- **Tendência da Urbanização e Déficit Habitacional na Cidade de Quixadá.** Superintendência do Desenvolvimento econômico e cultural – SUDEC. Divisão de Biblioteca e documentação. Fortaleza, 1968. Disponível na Biblioteca Menezes Pimentel. Setor de obras raras. (Pesquisa realizada em Quixadá na década de 1960)
- **Bíblia Sagrada.** Editora Ave Maria Ltda. 85ª Edição. São Paulo. 199

Revistas do Instituto Histórico Cearense:

JUCA, José. **Crimes celebres no Ceará.** In: Revista do Instituto do Ceará. Ano XXVIII, Tomo 28, 1914. Acervo IHAC.

NOGUEIRA, João. **Enterros no tempo antigo.** In: **Revista do Instituto do Ceará,** ano XLVIII, Tomo 48, p. 75-81, 1934. Acervo IHAC.

Memorialista:

COSTA, João Eudes Cavalcante. **Retalhos da História de Quixadá.** Rio - São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2002

Sites consultados:

http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades/historico_conteudo.php?codmun=230526. Acesso em 17 de junho de 2009.

<http://wol.jw.org/pt/wol/d/r5/lp-t/2002480>>. Acesso em 21 de novembro de 2013.

<http://www.arautos.org/especial/2735/Nossa-Senhora-do-Perpetuo-Socorro.html>>. Acesso em 21.11.2013.

<http://www.ricardocosta.com/artigo/morte-e-representacoes-do-alem-na-doutrina-para-criancas-c1275-de-ramon-llull>. Acesso em 17 de janeiro de 2014.

BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. **História Oral**: a experiência do Cpdoc. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989

ALIGUIERI, Dante. **Divina Comédia**. Editora Martin Claret. São Paulo, 2004.

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001.

ARIÈS, Phillipe. **História da Morte no Ocidente**. Rio de Janeiro. Ediouro, 2003

BACHELARD, Gaston. **O ar e sonhos**: ensaio sobre a imaginação do movimento. Tradução: Antônio de Pádua Danesi. Editora Martins Fontes. 2001.

BARROS, José D'Assunção Barros. **A História Cultural Francesa** - caminhos de investigação. Fênix: Revista de História e Estudos Culturais. Vol. 2. Ano II N° 4, Outubro, Novembro, Dezembro de 2005.

BEZERRA, F.E.N. **Nos recantos da cidade a sabedoria que cura**: rezadores e mezinheiros de Quixadá em finais do século XX e início do XXI. Monografia de graduação em História. FECLESC-UECE. 2006.

BEZERRA, Sandra Nancy Ramos Freire. **Oralidade, Memória e Tradição nas Narrativas de Assombrações na Região do Cariri**. Dissertação apresentada ao Programa de Pósgraduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2011.

BRITO, Ênio José da Costa. **Os mortos vivos**: uma leitura teológica. In____ OLIVEIRA, Marcos Fleury e CALLIA, Marcos H. P. (orgs.) Reflexões sobre a morte no Brasil. São Paulo: Paulus, 2005.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo. Ateliê Editorial, 2003.

BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP. 1992.

_____. **O que é história cultural**; tradução: Sérgio Góes de Paula. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.

_____. **Variedades de história cultural**. Tradução Alda Porto. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CANDAU, Joël. **O jogo social da memória e da identidade** (2): fundar, construir in _____. Memória e identidade. São Paulo: Contexto, 2011.

CASCUDO, Luiz da Câmara. **Superstição no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Global, 2002.

COSTA, João Eudes Cavalcante. **Retalhos da História de Quixadá**. Rio - São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2002.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente**. 1300-1800 Uma cidade sitiada; tradução: Maria Lúcia Machado; tradução de notas: Heloisa Jahn. – São paulo: Companhia das Letras, 2009.

DOSSE, François. **O Império dos Sentidos**: A humanização das Ciências Humanas; Tradução: Ilka Stern Cohen, Bauru, SP, EDUSC, 2003.

_____. **A história**; tradução Maria Helena Ortiz Assunção, Bauru, SP, EDUSC, 2003.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Vol. 1. 1990.

_____. Introdução. In: **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1998. p. 07-32.

_____. **A Solidão dos Moribundos**, seguido de envelhecer e morrer. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.

ERTZOGUE, Maria Haizenreder e PARENTE, Temeis Gomes. **História e sensibilidade**, Brasília: Paralelo 15, 2006. FARGES, Arlette. Lugares para a história. Tradução – Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FARIAS, Airton de. **Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará, durante a ditadura militar (1968-72)**. Fortaleza: edições Livro Técnico, 2007.

FERREIRA, Mariete de Moraes. **História do tempo presente: desafios**. Cultura vozes, Petrópolis, v. 94 n° 3, p. 111-124, maio/jun., 2000.

FRANCO, Clarissa de. **A cara da morte**, o imaginário fúnebre e o imaginário onírico. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010.

FRANÇÓIS, Dosse. **O Império dos Sentidos: A humanização das Ciências Humanas**; Tradução: Ilka Stern Cohen, Bauru, SP, EDUSC, 2003.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Humanitas, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Assombrações do Recife Velho**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

FENTRESS, James & WICKHAM, Chris. **Memória Social: novas perspectivas sobre o passado**. Lisboa: Teorema, 1992.

GINZBURG, Carlo. **Os Andarilhos do Bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XV e XVII**. Tradução Jônatas Batista Neto. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 1988.

_____. **Mitos, emblemas, sinais**. Morfologia e história. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Tradução: Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Vértice Editora, Revista dos Tribunais, 1990.

JOSÉ, D'Assunção Barros. **A História Cultural Francesa - caminhos de investigação**. Fênix: Revista de História e Estudos Culturais. Vol. 2. Ano II N° 4, Outubro, Novembro, Dezembro de 2005.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **A oralidade dos velhos na polifonia urbana**. Fortaleza: Imprensa universitária, 2011.

KELLY, John. **A Grande Mortandade**: uma história íntima da peste negra, a pandemia mais devastadora de todos os tempos; tradução; Caetano Waldrigues Galindo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

LE GOFF, Jacque. **O imaginário medieval**. Editora Estampa. Portugal, 1994.

MARANHÃO, Luiz de Sousa. **O que é a morte**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Sobreviver e conviver**. In: Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho. Bauru, SP: Edusc, 2002, p. 169-188.

MANFESSOLI, Michel. **O Imaginário é uma realidade**. In: Revista FAMECOS. Porto Alegre. nº 15, agosto 2001. Entrevista concedida a Juremir Machado da Silva, em Paris, em 20/03/2001.

MARTINS, José de Souza (org). **A morte e os mortos na sociedade brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1983.

MORIN, Edgar. **O homem e a morte**. Publicações Europa-América, 1970.

NEVES, Frederico de Castro. As mil voltas de “seu” Muriçoca: migração e paternalismo no relato de um narrador exemplar. Trajetos. Revista de História UFC, vol. 2, nº 3, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: autêntica, 2008. _____ Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. Nuevo Mundo Mundos Nuevos [En línea], Coloquios, Puesto en línea el 04 febrero 2005, consultado em 12 de julho 2013. URL : <http://nuevomundo.revues.org/229> ; DOI : 10.4000/nuevomundo.229

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a História Oral diferente**. Projeto História. São Paulo, (14), fevereiro 1997

_____ **Forma e significado na História oral**. A pesquisa como um experimento em Igualdade. In Proj. História, São Paulo, (14), fev.1997.

_____ **A lógica da narrativa e a aprendizagem da diferença na pesquisa de campo**. In : WHITAKER, Dulce Consuelo Andratta. VELOSO, Thelma Maria Srisi (org). Oralidade e subjetividade: Os meandros infinitos da memória. Campina Grande: EDUEP, 2005.

RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do além**: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 2005.

_____ **Lugares dos mortos na cidade dos vivos**: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro - Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997. SÁEZ, Oscar Calavia. **Fantasmas falados**. Mitos e mortos no campo religioso brasileiro. Campinas, Editora da Unicamp, 1996.

SANTOS, Cícero Joaquim dos. **No entremeio dos mundos**: tessituras da morte da Rufina na tradição oral/ Cícero Joaquim dos Santos. – 2009.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SARTRE, Jean-Paul. **O Imaginário**, Psicologia fenomenológica da imaginação. Ed. Ática. São Paulo, 1996.

SCHMITT, Jean-Claude. **Os vivos e os mortos na sociedade medieval**. Tradução: Maria Lúcia Machado. — São Paulo Companhia das Letras. 1999.

SHOPENHAUER, Arthur. **Da morte, Metafísica do poder**, Do sofrimento do mundo. Editora Martin Claret Ltda. São Paulo. 2001.

SOUSA, Manoel Alves: **Entre as alvas plumas e o canto da coruja** – a relação da cotonicultura com a questão da Educação em Quixadá. Dissertação de Mestrado em Educação Brasileira. UFC – FAGED.

SOUSA, Simone de. (org). **Nova História do Ceará**.- Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

SOUZA, Robério Américo. “Vaqueiros de Deus”: A expansão do protestantismo pelo sertão cearense, nas primeiras décadas do século XX. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2008.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, Alistair. **Recompondo a memória**: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. In: Projeto História, São paulo. (15). Abr. 1997.

TRINDADE, Liana e LAPLANTINE, François. **O que é imaginário**. São Paulo; Brasiliense, 1997.

VERÍSSIMO, Érico. **Incidente em Antares**. São Paulo. Companhia das Letras, 2006.

VIEIRA JÚNIOR. Antônio Otaviano. **Entre paredes e bacamartes**: uma história da família no sertão (1780-1850). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha. HUCITEC, 2004

VOVELLE, Michel. **As almas do purgatório ou o trabalho do luto**. Tradução, Aline Meyert e Roberto Cattani. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ZILBERMAN, Regina. **Práticas Narrativas**; Oralidade e memória. In: Sobre as poéticas do dizer: pesquisas e reflexões em oralidade. Ana Lúcia Liberato Tettamanzy, JocelitoZalla, Luiz Fernando Telles D'Ajello, (organizadores). – São Paulo: Letra e Voz, 2010, 28-41.